

**Universidade Estadual de Campinas**

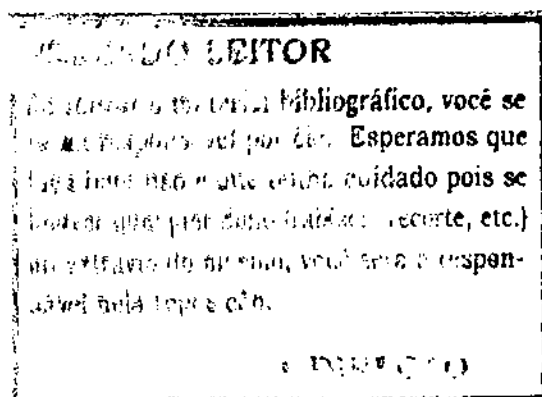
**Faculdade de Educação**

**Alina do Rocio Pacheco e Silva Ribeiro**

## **ALFABETIZAÇÃO**

**O ESTADO DA ARTE NA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL**

**(1987-2004)**



**Campinas**

**2006**

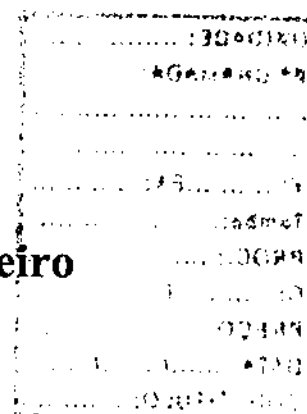
**UNICAMP - FE - BIBLIOTECA**

785617102

**Universidade Estadual de Campinas**

**Faculdade de Educação**

**Alina do Rocio Pacheco e Silva Ribeiro**



## **ALFABETIZAÇÃO**

**O ESTADO DA ARTE NA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL**

**(1987-2004)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à Faculdade de Educação da UNICAMP, para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Antônio da Silva Leite.

**Campinas**

**2006**

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNIDADE: ..FE.....
Nº CHAMADA: TCC/Unicamp R354a
V: .....EX: .....
Tempo: 5460
PROC.: 130/11
C: .....D: X
PREÇO: 11,00
DATA: 24/03/11
CÓD. TITULO: .....

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca  
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

R354a Ribeiro, Alina do Rocio Pacheco e Silva.  
Alfabetização : o estado da arte na alfabetização infantil (1987-2004) /  
Alina do Rocio Pacheco e Silva Ribeiro. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Orientadores : Sérgio Antônio da Silva Leite.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de  
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Alfabetização. 2. Crianças. 3. Analfabetismo. I. Leite, Sérgio Antônio da  
Silva. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III.  
Título.

06-772-BFE

---

Professor Doutor Sérgio Antônio da Silva Leite - Orientador.

---

Professor Doutor Luiz Carlos de Freitas – Segundo leitor

Dedico este trabalho a Francisca Helena Pacheco e Silva.Pessoa a qual Deus me abençoou permitindo ser sua filha.

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente a minha mãe, pessoa que me mostrou as maravilhas proporcionadas pela abertura e leitura de um livro.

Agradeço a todos os professores que ministraram aula para a turma de Pedagogia ano 2003 aqui na UNICAMP.

Obrigada a todos pelo empenho, dedicação, excelentes aulas, respeito e profissionalismo, requisitos estes, responsáveis por uma grande parte de meu crescimento pessoal e profissional. Que Deus os abençoe e permita que ainda muitos futuros professores tenham a honra, o privilégio, como eu tive, de adquirir conhecimentos pedagógicos em suas salas de aula.

A todos os funcionários da biblioteca Professor Joel Martins FE - UNICAMP, sem os quais este trabalho jamais poderia ter sido executado. Minha eterna gratidão.

Um agradecimento especial ao Professor Doutor Sérgio Leite por ter aceitado me orientar neste trabalho e ao Professor Doutor Luiz Carlos de Freitas por ter sido o meu segundo leitor.

## **Resumo**

**Palavras chaves:** alfabetização, crianças, analfabetismo

Nesta pesquisa leio e extraio tanto de textos, como de resumos, informações substanciais trazidas pelos autores sobre o tema analisado: Alfabetização infantil, produzidas no Brasil no período de 1987 a 2004 dentro de periódicos científicos com conceito A, publicação internacional no Qualis.

O trabalho se compõe de duas partes. Na primeira, pretendo inventariar o caminho da alfabetização infantil no Brasil, enquanto campo de produção do conhecimento, destacando: revistas analisadas; porcentagem de revistas publicadas e qual porcentagem dentre elas trazem artigos direcionados a área estudada; total de publicações do assunto por ano em cada revista para verificação do ano em que mais se focalizou a alfabetização infantil; área de onde se originam as pesquisas; gênero dos pesquisadores; e focos temáticos.

Na segunda parte, faço a demonstração de tudo o que foi pesquisado na área de alfabetização infantil no período de 1989 a 2004, utilizando tanto os resumos dos autores como partes corridas do texto do próprio autor com o objetivo de descrever tudo sobre o que foi estudado na área de alfabetização infantil no período enfocado.

## Sumário

Folha de aprovação.....	iii
Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Resumo.....	vi
Sumário.....	vii
Lista de ilustrações.....	viii
1-Introdução.....	1
2- Alfabetização.....	3
3- Metodologia.....	6
4- Material Coletado.....	8
4.1-Seleção das Revistas.....	8
4.2-Seleção dos artigos.....	10
4.3-Total de revistas analisadas.....	11
4.4-Anos com maior número de publicações.....	11
4.5-Gênero do pesquisador.....	12
4.6- Lugar de onde provém os pesquisadores(as).....	13
4.7- Focos privilegiados na construção do conhecimento sobre alfabetização nas revistas analisadas	
5- Análise do material coletado, por revista.	
5.1-Revista Educação e Sociedade	
5.2-Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas.	
5.3-Revista de Educação da USP cujo nome foi alterado posteriormente (a partir de 1989) para Educação e Pesquisa.	



- 5.4 – Revista Educação e Realidade
- 5.5-Revista Brasileira de Educação
- 5.6-Revista de Estudos de Psicologia (Natal).
- 5.7-Psicologia:Reflexão e crítica

## 6- Focos analisado nos artigos

- 6.1- Políticas Públicas
- 6.2-Livro didático
- 6.3-Alfabetização
- 6.4-Educação Infantil
- 6.5-Leitura
- 6.6-Construtivismo
- 6.7- Letramento
- 6.8- Professor

## 7-Conclusão

## Anexos

Anexo 1 - Artigos utilizados para a realização do foco Política Pública.....	87
Anexo 2 - Artigos utilizados para a discussão do foco Livro Didático.....	99
Anexo 3 - Artigos utilizados para a discussão do foco Alfabetização.....	101
Anexo 4 - Artigos Utilizados para a realização do foco Educação Infantil.....	106
Anexo 5 –Artigos utilizados para a discussão do foco Leitura.....	112
Anexo 6 - Artigos utilizados para a realização do foco Construtivismo.....	115
Anexo 7 - Artigos utilizados para a realização do foco Letramento.....	117
Anexo 8 - Artigos utilizados para a realização do foco Professores.....	121

## Lista de ilustrações

- Figura 1 – Porcentagem dos campos desenvolvidos dentro das Revistas da área de Educação classificadas com conceito A, publicação Internacional no Qualis.....9
- Figura 2 –Campos mais estudados dentro da área Educação nas Revistas com conceito A publicação internacional no Qualis.....10
- Figura 3 – Comparação do total de revistas editadas no período estudado,com o total de revistas editadas que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida.....11
- Figura 4 –Publicações que envolvem a área de alfabetização de crianças por ano no conjunto de revistas analisadas.....12
- Figura 5 – Alfabetização e gênero do Pesquisador nos artigos envolvidos nesta pesquisa..13
- Figura 6 – Estado que aparecem com maior frequência, quando observamos de onde provem os autores dos artigos selecionados para esta pesquisa.....14
- Figura 7 Comparação do total de revistas Educação e Sociedade editadas no período estudado,como o total de revistas editadas desta mesma revista que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida.....18
- Figura 8 – Publicações que envolvem a área de alfabetização de crianças por ano na Revista Educação e Sociedade.....19
- Figura 9 – Alfabetização e gênero do pesquisador, na Revista Educação e Sociedade.....20

Figura 10 – Lugares de onde provém os autores dos artigos publicados na Revista Educação e Sociedade.....	20
Figura 11 – Comparação do total de Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas editadas no período estudado, com o total de revistas editadas desta mesma revista que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida.....	21
Figura 12 – Publicações que envolvem a área alfabetização de crianças por ano no Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas.....	22
Figura 13 – Alfabetização e gênero do pesquisador no Caderno de pesquisa da Fundação Carlos Chagas.....	23
Figura 14 – Lugares de onde provém os autores dos artigos publicados no Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas.....	23
Figura 15 – Comparação do total de Revista da Faculdade de Educação (posteriormente chamada de Educação e Pesquisa) editadas no período estudado, com o total de revistas editadas desta mesma revista que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização é desenvolvida.....	24
Figura 16 – Publicações que envolvem a área da alfabetização de crianças por ano na Revista da Faculdade de Educação posteriormente chamada de Educação e Pesquisa.....	25
Figura 17 – Alfabetização e gênero do pesquisador na Revista da Faculdade de Educação agora chamada de Educação e Pesquisa.....	26
Figura 18 – Lugares de onde provém os autores dos artigos publicados na Revista da Faculdade de Educação agora chamada de Educação e Pesquisa.....	26

Figura 19 – Comparação do total de revistas Educação e Realidade no período estudado, com o total de revistas editadas desta mesma revista, que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida. ....	27
Figura 20 – Publicações que envolvem a área de alfabetização de crianças por ano na Revista Educação e Realidade.....	28
Figura 21 – Alfabetização e gênero do pesquisador na Revista Educação e realidade.....	28
Figura 22 – Lugares que representam os autores dos artigos publicados na Revista Educação e Realidade.....	29
Figura 23 – Comparação do total das Revistas Brasileiras de Educação, editadas no período estudado, com o total de revistas editadas nesta mesma revista que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida.....	29
Figura 24 – Publicações que envolvem a área alfabetização de crianças por ano na Revista Brasileira de Educação.....	30.
Figura 25 – Alfabetização e gênero do pesquisador na Revista Brasileira de Educação.....	30
Figura 26 – Lugares de onde provem os autores dos artigos publicados na Revista Brasileira de Educação.....	31
Figura 27 – Comparação do total de revistas Estudos de Psicologia – Natal editadas no período estudado, com o total de revistas editadas desta mesma revista, que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças e desenvolvida.....	32
Figura 28 – Publicações que envolvem a área de alfabetização de crianças por ano na Revista Estudos de Psicologia (Natal).	

Figura 29 – Alfabetização e gênero do Pesquisador na Revista Estudos de Psicologia (Natal).....	33
Figura 30 – Lugares de onde provém os autores dos artigos publicados na Revista Estudos de Psicologia (Natal).....	33
Figura 31 – Comparação do total de revista Psicologia :reflexão e crítica,editadas no período estudado, com o total de revistas editadas desta mesma revista que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida.....	34
Figura 32 – Publicações em alfabetização de crianças por ano na Revista Psicologia :reflexão e crítica.....	35
Figura 33 – Gênero do pesquisador na Revista Psicologia :reflexão e crítica.....	35
Figura 34 – Lugares de onde provém os autores dos artigos publicados na Revista Psicologia: Reflexão e crítica.....	36

## 1-Introdução

Esta pesquisa mostra o Estado da Arte na alfabetização infantil, utilizando-se de artigos publicados a partir do final da década de 80 (1987) até o ano de 2004 em periódicos científicos com conceito A , publicação Internacional no *Qualis*.

Traçamos o caminho evolutivo do estado do conhecimento em alfabetização infantil neste período, pois só assim, segundo Soares (2000), poderemos ter uma ordenação que permita a indicação das possibilidades de integração de diferentes perspectivas, aparentemente autônomas, a identificação de duplicações ou contradições e a determinação de lacunas.

Esta modalidade de pesquisa foi escolhida, pois como nos diz Ferreira (2002) ,este tipo de pesquisa é definido como de caráter bibliográfico, trazendo em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder quais aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários.

Diversos têm sido os enfoques de estudo na área, para demonstrar o processo de aquisição da língua escrita. Soares (2000) nos diz que até recentemente, estudos e pesquisas sobre alfabetização voltam-se quase exclusivamente para as facetas psicológicas e pedagógicas: privilegiam-se segundo ela os processos psicológicos por meio dos quais o indivíduo aprende a ler e escrever, particularmente em seus aspectos fisiológicos e neurológicos, com freqüente ênfase nas chamadas “disfunções psiconeurológicas” e privilegiavam-se as questões pedagógicas, sobretudo os problemas dos pré-requisitos (“prontidão”) para a alfabetização e dos métodos de alfabetização. Afirma que o enfoque tem se alterado para abordagens psicológicas cognitivas, sobretudo no quadro da psicogênese. Cita também o surgimento da perspectiva psicolinguística, sociolinguística, linguística, sociológica, antropológica, econômica e política, por isso a necessidade de se saber o real estado do conhecimento sobre o assunto.

Demonstraremos, dentro deste período de estudo, quais são os focos privilegiados dentro da alfabetização infantil, tentando com isso, contribuir para o estado do conhecimento nesta área.

## 2- Alfabetização

Braslavsky (1962) autora da discussão de métodos de orientação tanto sintética quanto analítica, está sendo vagarosamente sua discussão, sobre métodos, sendo deixada para trás. Não se trata de ignorá-la, pois teve importante papel na história da alfabetização, mas sim, aos poucos esta sendo superada por novos estudos e perspectivas para a área que fazem com que, tanto educadores como crianças percebam novos valores e funções da escrita. Leite (2006) considera o modelo tradicional de escrita como um simples reflexo da linguagem oral, sendo concebido como uma mera representação da fala, em que o ler e o escrever serão entendidos como atividades de codificação. Desta forma, o processo de Alfabetização fica reduzido ao ensino do código escrito, centrado no mecanicismo da leitura e da escrita, ou como diz Braslavsky (1962) aos métodos e questões metodológicas.

Leite (2006) também verifica em seu estudo, a necessidade da criança possuir uma prontidão para a aprendizagem do aprender a ler e escrever, causada pela maturação neurológica e experiências de vida. Havia, segundo ele, nesta “maturidade exigida”, a necessidade de se desenvolver pré-requisitos para alfabetização. Neste instante é verificado o auxílio da pré-escola, já que a Alfabetização em si seria desenvolvida na primeira série.

Ferreiro e Teberosky (1991) pressupõe, no livro “Psicogênese da língua escrita” discussão substancial para uma nova visão, pois apresentaram a interpretação do processo de alfabetização desde o ponto de vista do sujeito que aprende. Para elas, alguma coisa com os métodos não estava funcionando. A prova disto poderia ser encontrada nos altos índices que indicavam o alto número de crianças analfabetas apresentadas em dados da ONU ou outros órgãos importantes na apuração e controle de estatísticas. Para estas pesquisadoras o problema da aprendizagem da leitura e da escrita sempre fora exposto como uma questão de métodos, ficando educadores em torno da realização do “método sintético” ou método analítico” - como abordou Braslavsky (1962) - em suas salas de aula.

Verificava-se a pronúncia de letras, o estabelecimento de regras de sonorização da escrita no seu idioma correspondente ou o sujeito isolando e reconhecendo diferentes fonemas tornando a aprendizagem da leitura e escrita como algo mecânico, em que o processo era voltado para a aquisição de técnicas para o deciframento do texto. Segundo Ferreiro e Teberosky (1991) a psicologia, a pedagogia e a lingüística



pareciam considerar a leitura inicial como puro mecanismo. Os desacordos eram em torno do tipo de estratégia perceptiva em jogo: auditiva para uns e visual para outros descuidando de aspectos que segundo elas seriam fundamentais tais como a competência lingüística da criança e suas capacidades cognoscitivas. O modelo tradicional associacionista, portador de uma criança passiva frente ao reforço externo de uma resposta produzida pouco menos que o acaso, é superado por uma criança que procura ativamente compreender a natureza da linguagem que se fala à sua volta, e que, tratando de compreendê-la, formula hipóteses, busca regularidades colocando à prova suas antecipações e criando sua própria gramática, pois o que era visto como “erro ou falta de conhecimento” para as pesquisadoras é a prova do surpreendente grau de conhecimento que uma criança possa ter sobre o seu idioma. A criança de primeira série (etapa onde freqüentemente ocorre a alfabetização nas escolas estaduais) à qual era fornecido somente instrumentos que lhe serviriam mais tarde para adquirir outros conhecimentos (cálculo elementar e lecto-escrita não eram considerados conhecimentos e sim instrumentos para se adquirir o conhecimento em si) passa agora a construir o seu conhecimento e seu pensamento lógico pois é vista como um sujeito cognoscente. Assim, o paradigma cognitivista, segundo Soares (2003) domina na década de 80 e 90 a área da alfabetização com a denominação de Construtivismo. .

O que verificamos apoiados em Leite (2006) é um grande progresso teórico-metodológico, embora a formação do aluno enquanto um competente leitor e produtor de texto, em nossas escolas públicas e particulares, ainda seja colocado como um dos grandes objetivos a serem alcançados, ainda mais se for pensada uma proposta de Alfabetização Escolar que possa ser considerada crítica. Leite(2006) Acredita que o desafio da escola hoje seria o de possibilitar ao aluno a ampliação das possibilidades dos usos lingüísticos da escrita habilitando-o nos diferentes usos da linguagem escrita e oral, numa perspectiva crítica, ou seja, formar o leitor e o produtor de textos tendo em vista o aprimoramento da cidadania o que diferiria de uma apropriação de códigos permitindo o surgimento de um outro conceito, o de Letramento.

Soares (2003), diz que o letramento, surgido no Brasil na década de 80, aparece devido à necessidade que se tem de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita. Especificamente para nosso país, a pesquisadora afirma que o despertar para a importância e necessidade de habilidades para o uso competente da leitura e da escrita tem sua origem vinculada à aprendizagem inicial da

escrita, desenvolvendo-se basicamente a partir de um questionamento do conceito de alfabetização. Portanto, os conceitos de alfabetização e letramento se mesclam- segundo a pesquisadora- confundindo-se freqüentemente e fazendo com que inclusive a alfabetização seja “apagada”.

Parafraseando Leite (2006) assumimos a alfabetização como um processo que possibilita a aquisição do sistema convencional da escrita alfabética e ortográfica, necessária para a sua plena funcionalidade. Isto implica a consciência fonológica, as relações grafema-fonema e todo o conhecimento necessário para o uso da escrita enquanto código. Portanto, vemos que o processo de Alfabetização não pode ser dissociado das práticas sociais de Letramento, pois caso contrário, teremos um retrocesso histórico às práticas tradicionais cartilhescas de Alfabetização.

### 3 – Metodologia

Pretendemos aqui, demonstrar todos os passos realizados para a coleta dos artigos sobre alfabetização infantil, realizada nas revistas com conceito A, publicação internacional no *Qualis* demonstrando assim como chegamos à formação deste Estado da Arte da Alfabetização Infantil.

No primeiro passo, houve a busca de quais revistas seriam analisadas por nós. Conversando com profissionais da área, descobrimos que para uma revista ser considerada respeitada no meio acadêmico, ela deveria estar incluída no ranking de revistas da CAPES.

Nosso segundo passo, se restringiu a conhecermos estas revistas. Em pesquisa no site <http://www.capes.gov.br/capes/portal/>, no tópico “*Qualis das áreas*” encontramos revistas classificadas com conceito A,B e C tanto para publicações de nível internacional como para revistas editadas nacionalmente.

Decidimos que esta pesquisa ficaria restrita a todas as Revistas Científicas classificadas pela *Qualis* com conceito A, publicação internacional, devido a sua maior abrangência no meio acadêmico, atingindo inclusive o exterior. Dentro deste quesito, as revistas cujos campos direcionados à área de educação possuísem o maior índice percentual de revistas publicadas.

Começamos então nosso terceiro passo: a busca de palavras chaves para orientação da busca dos artigos. Como queríamos algo que abrangesse diferentes áreas pelas quais a alfabetização tivesse sido enfocada, as palavras chaves escolhidas foram: Alfabetização, letramento, analfabetismo funcional, analfabeto, ciclo básico, educação básica, ensino fundamental, ensino básico, educação primária, pré-escola, pré-escolar, educação infantil, professores de ensino básico, professores do ensino fundamental, professores de pré-escola, crianças. Nosso objetivo é que elas nos ajudassem a mapear a produção científica de alfabetização infantil dentro do nosso país.

O quarto passo se resumiu na leitura do índice, de cada revista selecionada, para verificação, da existência, das palavras chaves selecionadas, no título dos artigos. Assim, todos os artigos que fariam parte desta pesquisa, foram identificados.

Dentro do quinto passo, já possuindo todos os artigos que seriam utilizados, houve a possibilidade da verificação dos temas abordados, sendo então os artigos agrupados por focos comuns. Quando pensamos em artigos de revistas científicas

abordando o tema alfabetização infantil, achamos este tema pelo título específico: alfabetização de crianças ou em muitos outros sub-temas ou focos que apesar de não estarem explícitos no título abordam o assunto, direta ou indiretamente, no desenvolver da discussão. Assim foram formados vinte e oito focos possíveis de se analisar a alfabetização. Devido ao fator tempo, apenas oito deles serão aqui analisados. São eles: Política Pública, livro didático, Alfabetização (quando esta já aparece diretamente no título), Educação infantil, Leitura, Professor, Letramento, Construtivismo.

A partir deste ponto houve para nós, a possibilidade da leitura de cada texto relatando, dentro do seu foco, o que foi abordado, sobre alfabetização infantil, pelo autor.

Assim chegamos ao sexto e sétimo passo desta pesquisa, traçando uma conclusão e uma discussão geral sobre o conteúdo de alfabetização infantil encontrado nos periódicos analisados.

#### 4- Material coletado

Pretendemos abordar neste capítulo, todos os passos do processo para a escolha das revistas utilizadas e uma simplificação dos dados obtidos.

Iniciamos com uma tabela formada pelas revistas, consideradas conceito A, publicação internacional, no *Qualis*. Esta nos permitiu a identificação dos campos de conhecimentos privilegiados dentro da área de Educação. A área da própria Educação e também a área da Psicologia prevaleceram em termos percentuais.

A partir das revistas publicadas dentro das áreas de Educação e Psicologia, aplicamos palavras chaves que nos permitiram a seleção dos artigos.

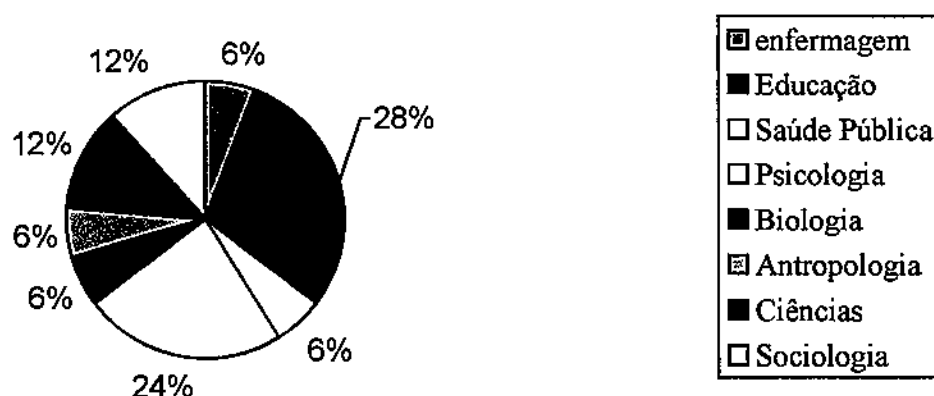
A seleção dos artigos nos permitiu a obtenção de diversos tipos de dados tais como: o total de revistas da área que trazem artigos sobre alfabetização infantil, o ano privilegiado para este tipo de publicação, os estados que mais se preocuparam no estudo deste assunto e o gênero do pesquisador prevalecente neste campo de conhecimento. Todos estes dados poderão ser verificados neste capítulo tanto em forma de textos como de figuras.

##### 4.1-Seleção das revistas

Dentro da área da Educação com conceito A, publicação Internacional no *Qualis*, existe a seguinte relação de Revistas Científicas para a área

ISSN	Título	Classificação	Circulação
0103-2100	Acta Paulista de Enfermagem	A	Internacional
0100-1574	Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)	A	Internacional
0102-311X	Cadernos de Saúde Pública	A	Internacional
1517-9702	Educação e Pesquisa	A	Internacional
0100-3143	Educação e Realidade	A	Internacional
0101-7330	Educação e Sociedade	A	Internacional
1413-294X	Estudos de Psicologia (Natal)	A	Internacional
1354-1013	Global Change Biology	A	Internacional
0104-7183	Horizontes Antropológicos	A	Internacional
0020-7594	International Journal of Psychology	A	Internacional
0950-0693	International Journal of Science Education	A	Internacional
0094-582X	Latin American Perspectives	A	Internacional
0167-8655	Pattern Recognition Letters	A	Internacional
0102-7972	Psicologia. Reflexão e Crítica	A	Internacional
0102-3772	Psicologia. Teoria e Pesquisa	A	Internacional
1413-2478	Revista Brasileira de Educação	A	Internacional
0104-026X	Revista Estudos Feministas	A	Internacional

**Figura 1- Porcentagem dos campos desenvolvidos dentro das Revistas da área de Educação classificadas com conceito A publicação Internacional do Qualis.**

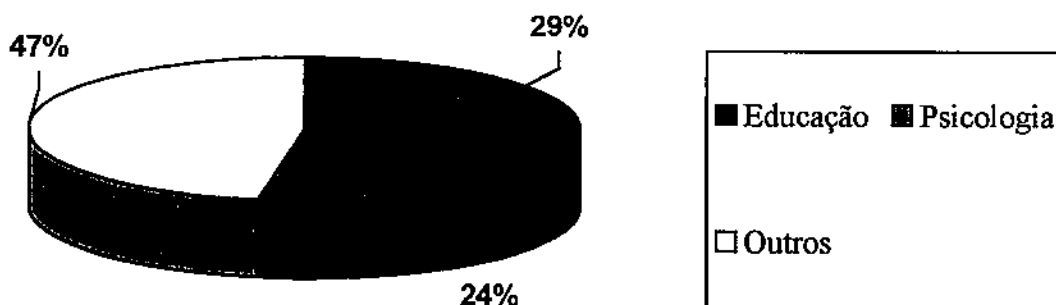


Frente às porcentagens obtidas no gráfico acima, apoiamos nossa pesquisa nas Revistas advindas dos campos de estudo dentro da Educação que mais se destacaram em quantidade.

As revistas que se encontram em maior número foram as revistas da área de Psicologia e as revistas da própria Educação.

As áreas de Enfermagem, Saúde Pública, Biologia, Antropologia, Ciências e Sociologia serão consideradas como “outros” não sendo constados nos dados desta pesquisa, devido não satisfazerem ao interesse do objeto de pesquisa.

**Figura 2: Campos mais estudados dentro da área Educação nas Revistas com conceito A publicação internacional no Qualis.**



Concluindo, as revistas utilizadas foram:

Educação e Sociedade
Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas)
Educação e Pesquisa
Educação e Realidade
Revista Brasileira de Educação
Dentro da área de psicologia serão:
Estudos de Psicologia (Natal)
Psicologia. Reflexão e Crítica
Psicologia. Teoria e Pesquisa

Envolvendo somente as publicações editadas dentro do período de 1987 a 2004.

#### **4.2-Seleção dos artigos**

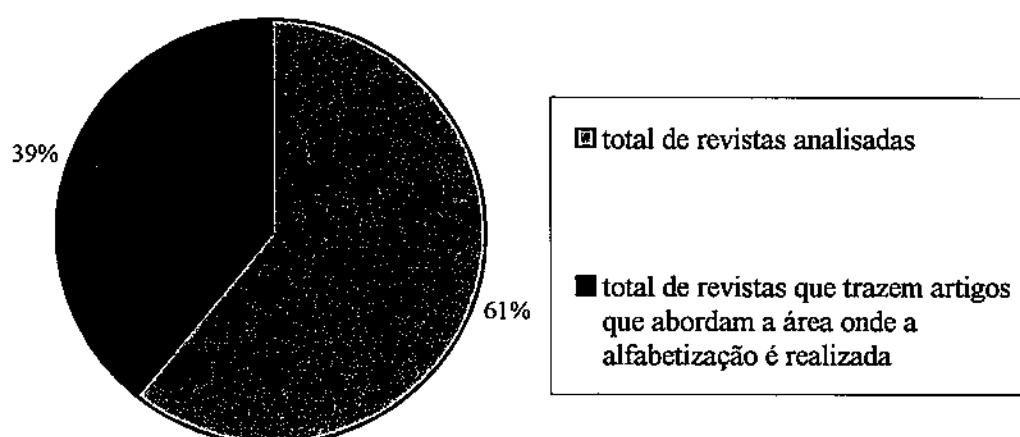
Para seleção dos artigos, todas as palavras que tenham a ver com alfabetização foram selecionadas. As palavras chave escolhidas foram: Alfabetização, letramento, analfabetismo funcional, analfabeto, ciclo básico, educação básica, ensino fundamental, ensino básico, educação primária, pré-escola, pré-escolar, educação infantil, professores de ensino básico, professores do ensino fundamental, professores de pré-escola, crianças.

Enfatizamos que existe a possibilidade da realização da alfabetização (em nível tradicional) de crianças dentro do período denominado de Educação Infantil. Devido a isso textos que tratam desde nível de ensino foram anexados através das palavras chave já explicitadas.

#### **4.3- Total de revistas analisadas**

Foram analisadas o total de cento e noventa e cinco revistas, sendo que destas, cento e vinte e seis trouxeram artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida. Podemos verificar isto na figura 3 abaixo:

**Figura 3: Comparação do total de revistas editadas no período estudado, com o total de revistas editadas que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida.**



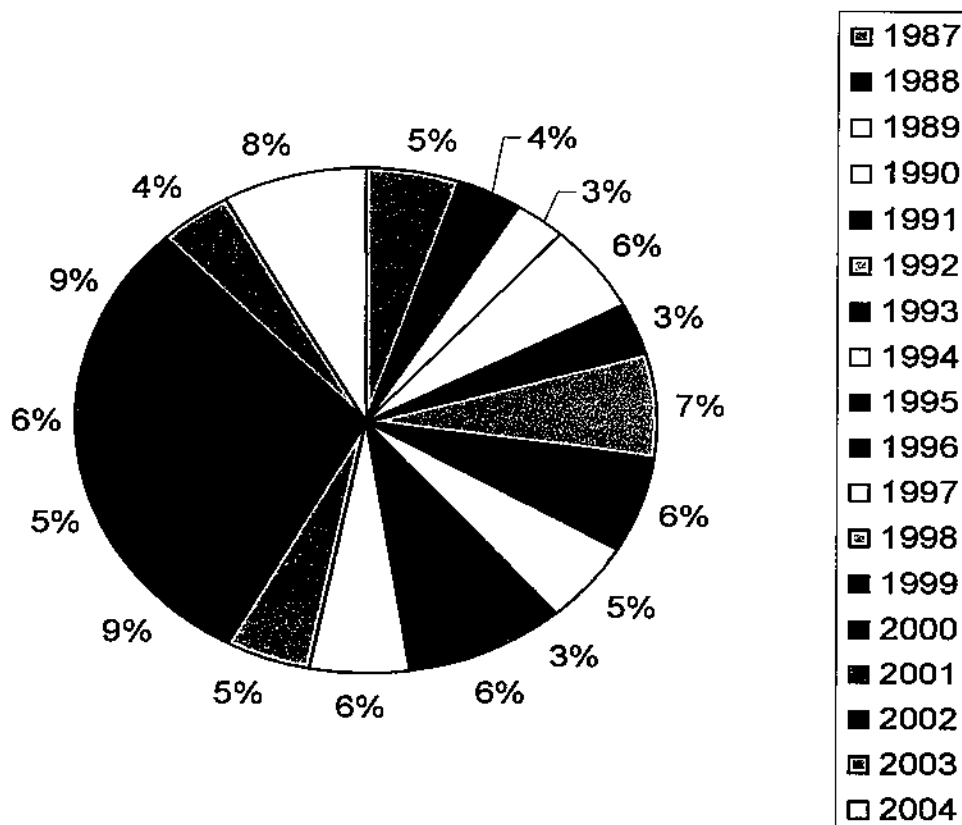
#### **4.4- Anos com maior número de publicações**

Analisando os artigos através do ano de publicação, verificamos que o ano no qual mais se editou artigos que tratassem da área onde a alfabetização é desenvolvida foi o ano de 2002, com um total de trinta e dois artigos editados. Posteriormente vem o



ano de 1999 com a edição de trinta artigos e em terceiro o ano de 2004, com vinte e oito artigos editados.

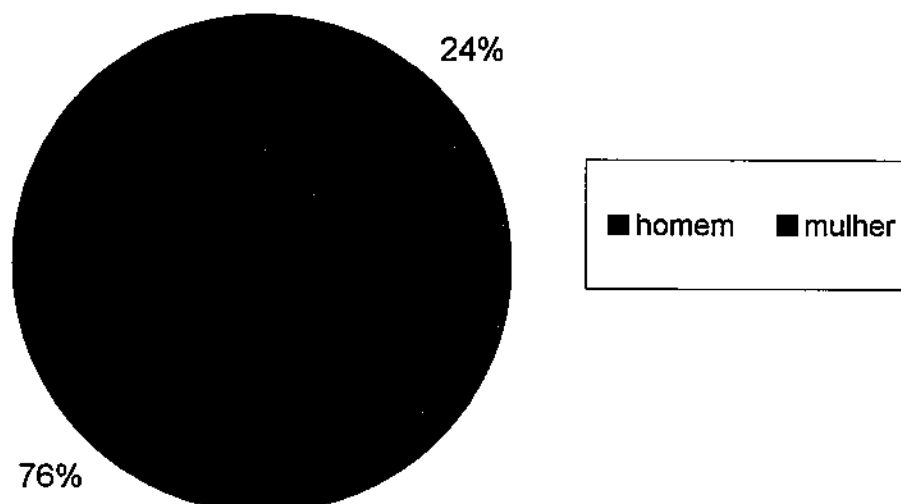
**Figura 4: Publicações que envolvem a área de alfabetização de crianças por ano no conjunto de revista analisadas.**



#### 4.5-Gênero do pesquisador

O gênero dos pesquisadores (as), dos artigos selecionados para esta pesquisa, indicou a predominância do gênero feminino nos estudos referentes à área onde a alfabetização infantil é desenvolvida. Favor verificar figura 5.

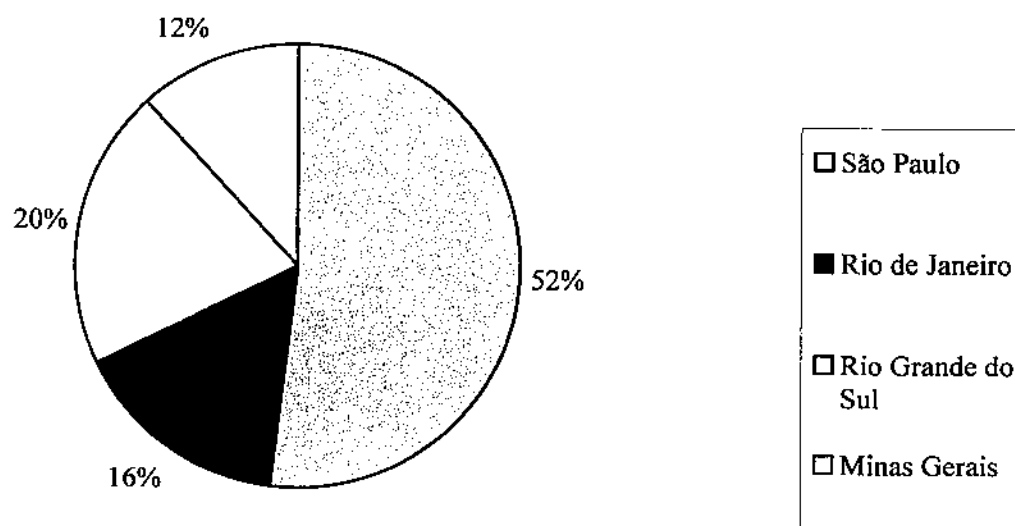
**Figura 5: Alfabetização e gênero do pesquisador nos artigos envolvidos nesta pesquisa**



#### **4.6-Lugares de onde provém os pesquisadores (as)**

Os lugares de onde provem os autores dos artigos analisados no conjunto de revistas selecionadas focam principalmente quatro Estados da Federação Brasileira.

**Figura 6: Estados que aparecem com maior frequência, quando observamos de onde provem os autores dos artigos selecionados para esta pesquisa.**



#### **4.7- Focos privilegiados na construção do conhecimento sobre alfabetização nas revistas analisadas**

Observando os títulos das Revistas e respectivos resumos dos artigos publicados, podemos verificar dentro do tema: alfabetização infantil, os focos priorizados.

Dentro da Revista Educação e Sociedade entre os anos de 1987-1989 encontramos cinco focos diferentes pelos quais direta ou indiretamente se aborda o assunto. Os focos foram: idade para se alfabetizar, conteúdo dos livros didáticos do primeiro grau, questões da política de zero a seis, dificuldades encontradas quando se trata de alfabetizar uma criança e perspectiva histórica tendo como foco a República com um artigo cada.

No período de 1990 a 1999 foi registrada na Revista Educação e Sociedade a presença de vinte e dois artigos sobre a área estudada. Cinco artigos focaram a área de política, dois artigos focaram na área de leitura, sete deles analisaram o professor, quatro

artigos focalizaram a América Latina, três artigos a área de 0 a 6, e somente um deu prioridade ao alfabetismo e analfabetismo funcional.

A partir de 2000, esta revista apresentou estudos em alfabetização com um artigo voltado para a “consulta”<sup>1</sup>, dois para a alfabetização, dois estudando a avaliação, nove para a política, um artigo trabalhando a escrita, cinco priorizando o letramento, um tratando das crianças de 0 a 6, dois focando a história da educação no período colonial juntamente com uma retrospectiva, e concluindo um artigo falando sobre a América Latina.

Dentro dos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, entre os anos de 1987-1989 podemos verificar dentro do tema: alfabetização de crianças, os focos priorizados. Para esta revista, foram encontrados oito focos diferentes para se estudar a alfabetização. O primeiro foco abordado, com três, textos foi política pública. O segundo foco, com sete textos, abordou as relações raciais. O terceiro foco se denominou fracasso escolar, sendo ele formado por dois textos. “Consulta” formou o quarto foco, tendo sido abordada por três textos. Temos também o foco método, a perspectiva histórica a área de 0 a 6 e o foco da escrita formando o quarto, quinto, sexto e sétimo focos também com somente um artigo cada.

Dentro dos anos 90, para os Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, encontramos dezesseis focos diferentes. O primeiro foi política pública com oito artigos, o segundo avaliação, com cinco artigos, o terceiro Alfabetização em si com seis artigos, o quarto analfabetismo com um artigo, o quinto com nove artigos perspectiva histórica, o sexto com seis artigos escrita, o sétimo com dois artigos livros didáticos. O oitavo foco sala de aula com sete artigos, o nono com dois artigos ciclo básico, o décimo com seis artigos o professor, o décimo primeiro com um artigo tecnologia, o décimo segundo com quatro artigos relações raciais, o décimo terceiro com sete artigos área de 0 a 6, o décimo quarto foco com dois artigos leitura, o décimo quinto foco com um artigo exclusão e o décimo sexto foco com dois artigos aceleração.

A partir de 2000 dentro dos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas possuíram nove focos diferentes abordados. O primeiro foco com um texto é o fracasso escolar, o segundo foco estudado é política pública com três textos, o terceiro foco é Avaliação com dois textos, o quarto foco é o professor com três textos, o quinto foco é crianças de 0 a 6 com dois textos. O sexto, sétimo e oitavo foco são aceleração, escrita e

---

<sup>1</sup> Serão chamados de “consultas” artigos que não se encaixaram em nenhum dos focos mas que tratam da área aonde a alfabetização de crianças é realizada.

currículo com um texto cada encerrando com Alfabetização em si como nono foco com dois textos.

Para a Revista da Faculdade de Educação da USP chamada após 1999 de Educação e Pesquisa, entre os anos de 1987-1989 foram encontrados nove focos diferentes para se estudar a alfabetização. Os focos: o professor, “consulta”, a escrita, Língua materna, rendimento escolar e alfabetização em si tiveram um só texto. Crianças de 0 a 6 anos e perspectiva histórica tiveram dois textos cada. Políticas públicas foi o foco com um dos maiores representantes possuindo a quantidade de três textos. Entre 1990-1999 a alfabetização foi abordada por doze focos diferentes. Exclusão, epistemologia genética e psicanálise, livro didático, letramento, atendimento pedagógico para crianças hospitalizadas tiveram um texto que o representassem. Avaliação, o professor, sala de aula, escrita foram representados por dois textos cada foco. América latina foi um dos focos mais desenvolvidos com três textos juntamente com crianças de 0 a 6. Políticas públicas foi o foco mais desenvolvido com cinco textos que a representassem.

A partir de 2000 podemos verificar o desenvolvimento de 14 temas. Crianças de 0 a 6, escrita, políticas públicas, alfabetização em si, leitura, evasão escolar, letramento, relações raciais, tecnologia e ciclos (progressão) foram desenvolvidos em um artigo cada um. O professor, perspectiva histórica, América Latina e fracasso escolar possuíram cada um dois textos que o representassem. Pelo verificado não foi dada prioridade a nenhum tema sendo a atenção dividida entre os focos já existentes nas décadas anteriores aqui relatadas.

Na revista Educação e Realidade dentro da década de 80 (1987-1989) tivemos cinco focos priorizados dentro da alfabetização de crianças. O primeiro e segundo deles com dois artigos cada foram “consulta” e o analfabetismo. O terceiro e quarto foco com um artigo somente foi à escrita juntamente com a área de 0 a 6. O quinto para finalizar com dois artigos cada a perspectiva histórica.

De 1990 a 1999 a revista foi marcada por dez focos sendo eles: analfabetismo e escrita com dois artigos, área de 0 a 6 com um artigo, escola básica com um artigo, alfabetização em si com dois artigos, construtivismo com cinco artigos, linguagem com dois artigos, América latina com três artigos, Currículo com três artigos, política pública com três artigos, e para encerrar o professor com dois artigos. A partir de 2000 os focos para os quais a alfabetização de crianças se volta são: analfabetismo com um artigo, escrita com três artigos, alfabetização em si com dois artigos.

Para a Revista Psicologia Reflexão e crítica, no período de 1987 a 1989, não temos a verificação de artigos que pudesse ser relacionado à alfabetização de crianças nesta revista.

A partir de 1990 até 1991, tivemos dez áreas priorizadas dentro da alfabetização. Linguagem, alfabetização em si, funcionamento mental e inclusão com três artigos cada. A área de 0 a 6, sala de aula com quatro artigos cada. Rendimento escolar e interpretação da escrita com um artigo cada.

A partir de 2000 temos nove focos priorizados nos estudos associados à alfabetização. A área de 0 a 6 e avaliação com um artigo, inclusão, funcionamento mental, sala de aula e alfabetização em si com dois artigos cada .Leitura com seis artigos e escrita com cinco artigos.

Apesar da revista Estudos de psicologia (Natal) ter sido editada tarde, perto das demais analisadas (1996), somente a partir de 2000 pudemos identificar focos que priorizam a área de alfabetização de crianças. Leitura, matemática, psicogenética, construtivismo e tecnologia formam o foco número um, dois, três, quatro e cinco possuindo cada um respectivamente um artigo cada. Escrita, atendimento pedagógico a criança hospitalizada e inclusão formam o sexto, sétimo e oitavo foco com dois artigos representando cada um deles.

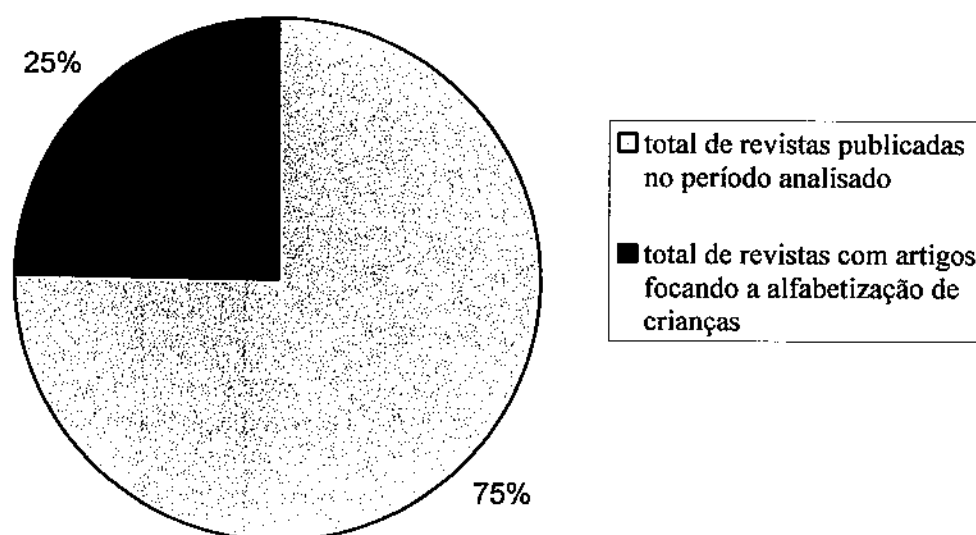
## 5-Análise do material, por revista.

Para a obtenção dos dados foi necessária a verificação, revista por revista, das áreas selecionadas. Apresentamos aqui todos os dados obtidos dentro de cada periódico analisado.

### 5.1-Revista Educação e Sociedade

Das sessenta e quatro revistas editadas no período de 1987 a 2004, dentro da Revista Educação e Sociedade, vinte e cinco trazem artigos referentes à área em que a alfabetização de crianças é realizada como mostra a figura abaixo.

**Figura 7: Comparação do total de revistas Educação e Sociedades editadas no período estudado, com o total de revistas editadas desta mesma revista que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida.**

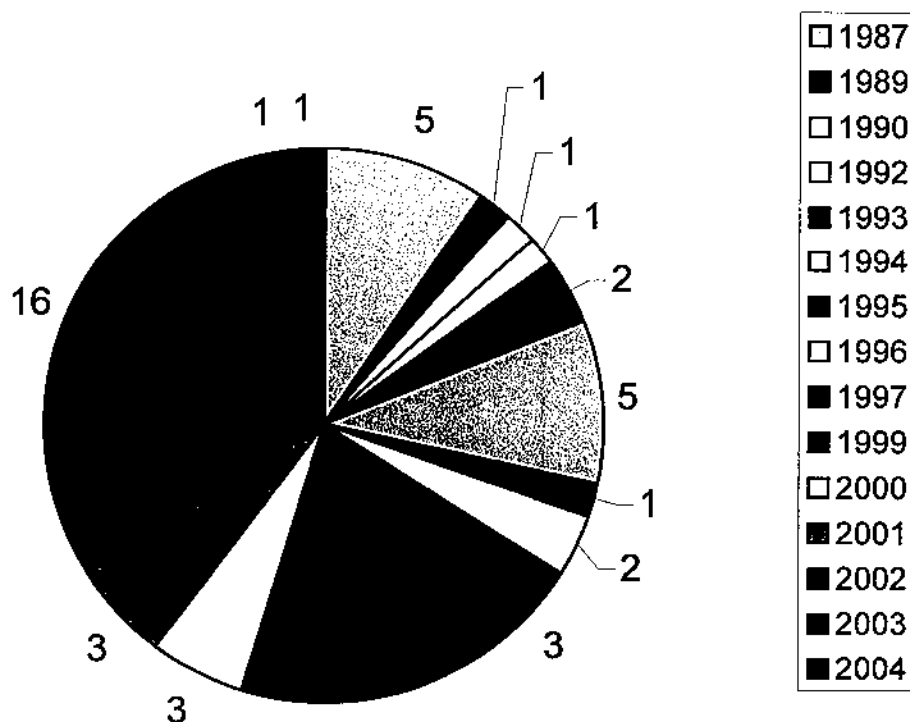


Destes 25%, o ano de 2002 foi o recordista na edição de artigos referentes à área onde a alfabetização de crianças é realizada, perfazendo um total de dezesseis artigos.

Posteriormente temos, em segundo lugar, o ano de 1999 como outro marco na edição de artigos sobre alfabetização com o total de oito publicações.

Em terceiro lugar temos um empate com os anos de 1987 e o ano de 1994 tendo sido editado cinco artigos em ambos os anos.

**Figura 8: Publicações que envolvem a área de alfabetização de crianças por ano na Revista Educação e Sociedade.**

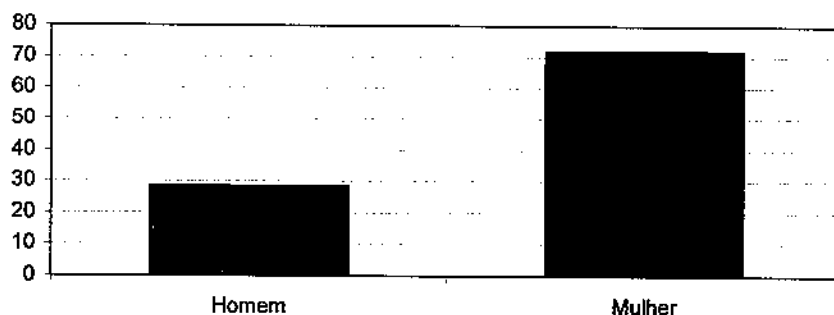


**Observação:** Os anos de 1988, 1991, 1998 não constam no gráfico por não ter sido verificada nenhuma edição sobre alfabetização de crianças na Revista Educação e Sociedade nestes respectivos anos.

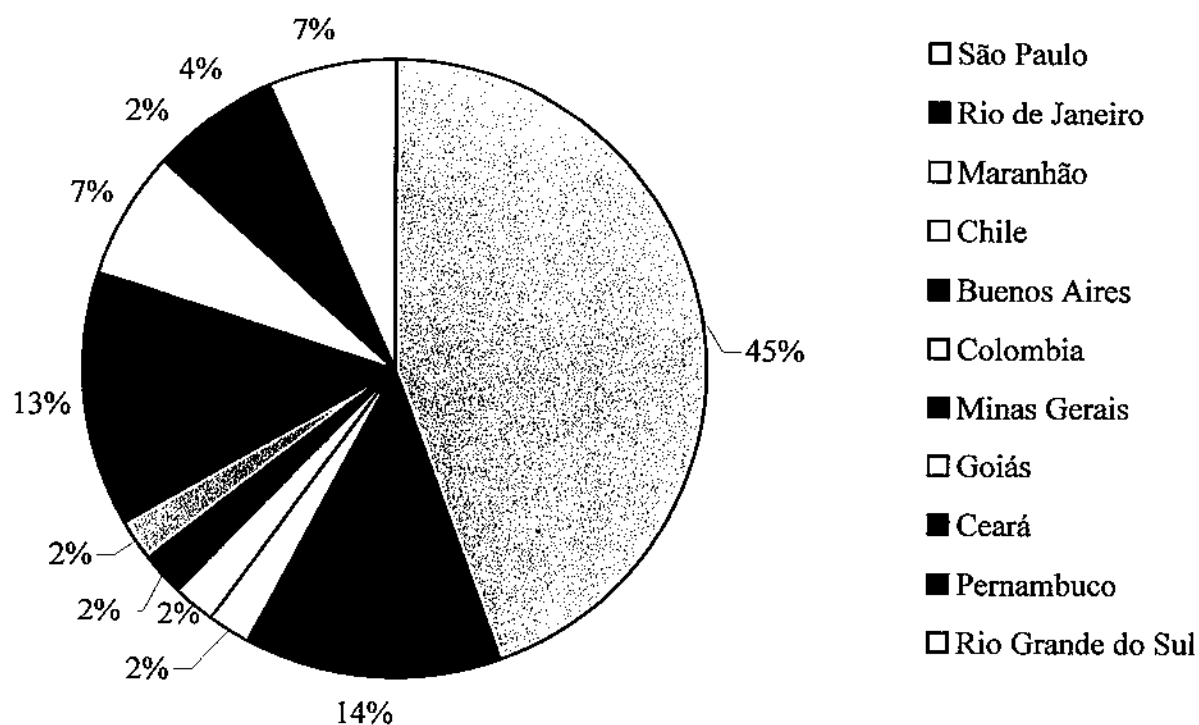


A seleção dos artigos também nos mostra um indicador de gênero. São as mulheres que se dedicam mais a área de estudos em alfabetização de crianças. Do total de sessenta pesquisadores verificados nesta revista, quarenta e três são mulheres e dezessete são homens. Podemos verificar a porcentagem na figura número nove.

**Figura 9- Alfabetização e gênero do pesquisador, na Revista Educação e Sociedade.**



**Figura 10- Lugares de onde provem os autores<sup>2</sup> dos artigos publicados na Revista Educação e Sociedade**



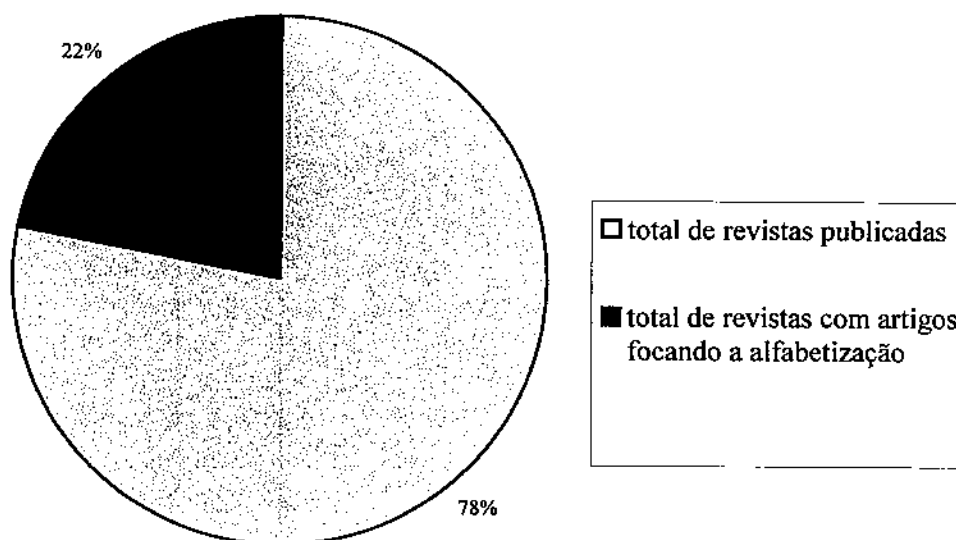
<sup>2</sup> Para autores que apresentam mais de uma origem foi estipulada a de maior presença no quadro 1.

Como é possível verificar na figura dez, São Paulo foi o Estado predominante na publicação de artigos relacionados à alfabetização de crianças quando analisamos a revista Educação e Sociedade.

## 5.2- Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas

Dos sessenta e quatro cadernos editados no período de 1987 a 2004, dentro dos Cadernos da Fundação Carlos Chagas, dezoito trazem artigos referentes à área onde a alfabetização de crianças é realizada como mostra a figura abaixo.

**Figura 11 - Comparação do total de Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas editadas no período estudado, com o total de revistas editadas desta mesma revista que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida.**

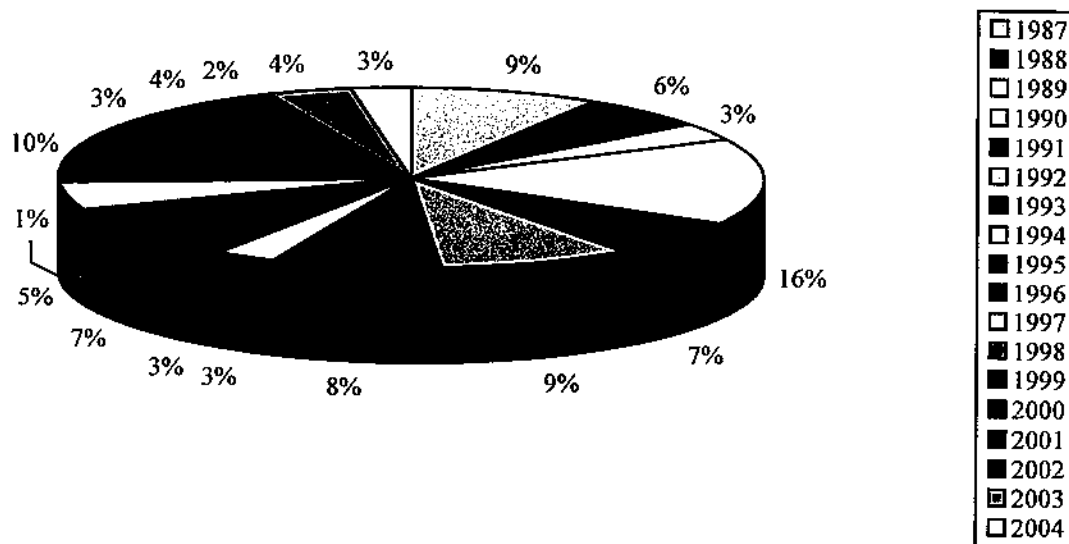


Destes 22%, o ano de 1990 foi o ano em que mais se editou artigos referentes à área onde a alfabetização de crianças é realizada, perfazendo um total de dezesseis artigos.

Posteriormente temos em segundo lugar, o ano de 1999 como outro marco na edição de artigos sobre alfabetização com o total de dez publicações.

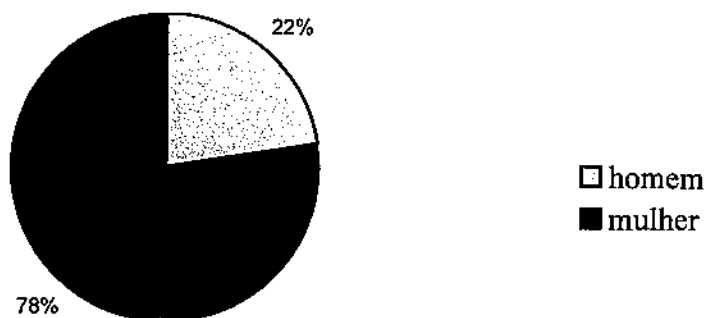
Em terceiro lugar acontece um empate com os anos de 1987 e o ano de 1992 tendo sido editado cinco artigos em ambos os anos.

**Figura 12: Publicações que envolvem a área alfabetização de crianças por ano no Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas.**

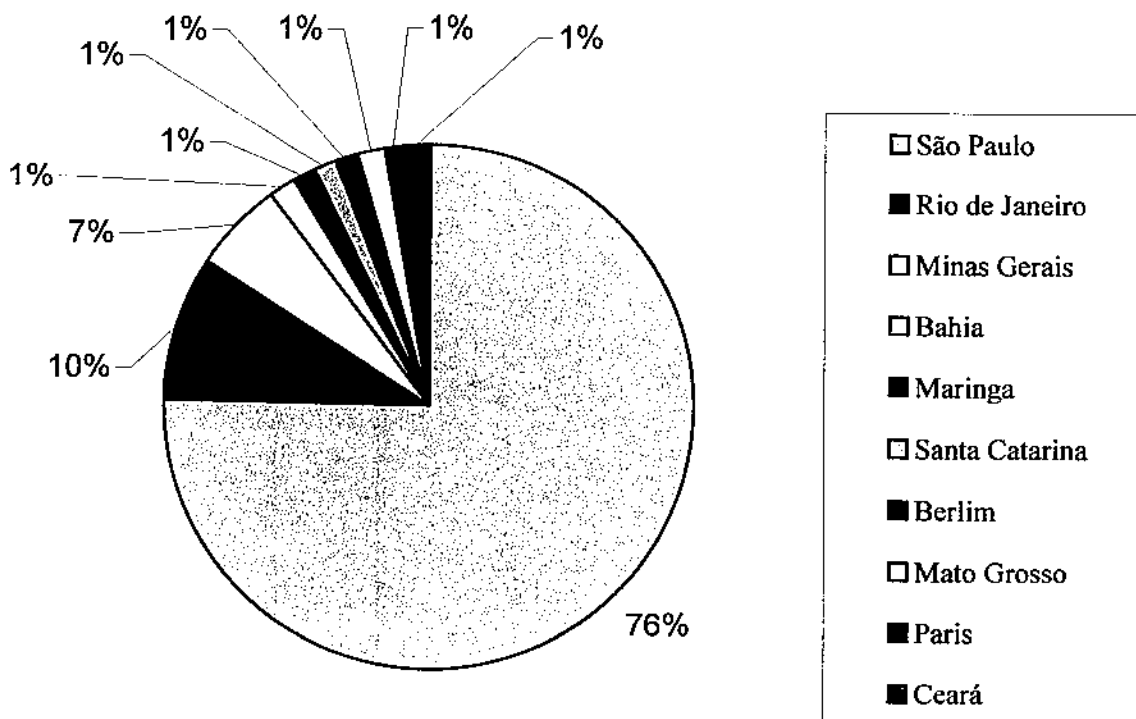


A seleção dos artigos também nos mostra um indicador de gênero. São as mulheres que se dedicam mais a área de estudos em alfabetização de crianças. Do total de noventa e oito pesquisadores verificados, setenta e seis são mulheres e vinte e dois são homens. Podemos verificar a porcentagem na figura número 13.

**Figura 13- Alfabetização e gênero do pesquisador no Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas**



**Figura 14-Lugares de onde provém os autores dos artigos publicados no Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas.**

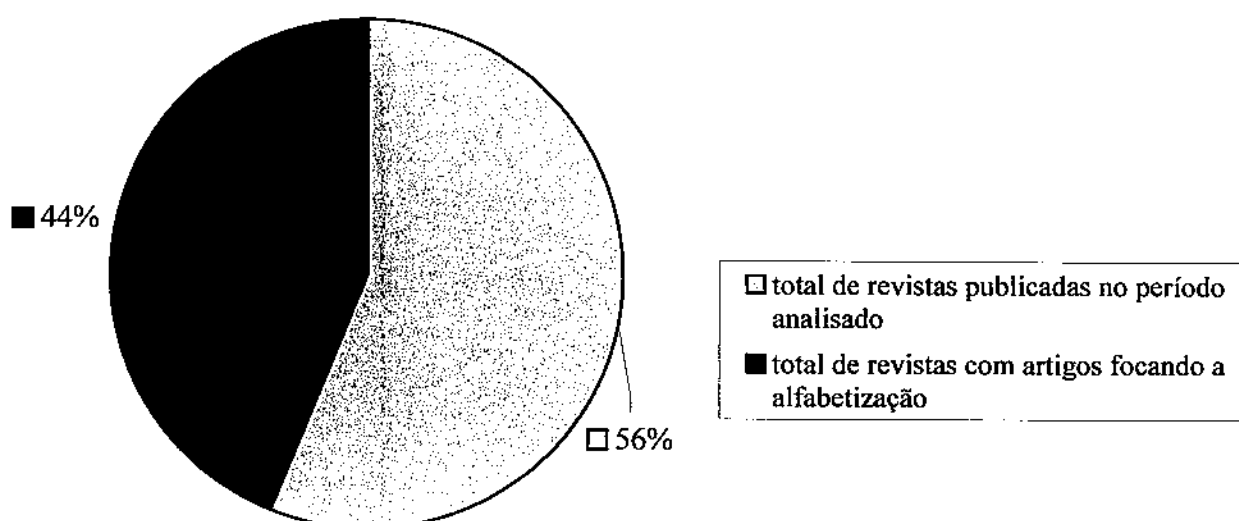


Como é possível verificar na figura dez, São Paulo é o Estado predominante na publicação de artigos relacionados à alfabetização de crianças quando analisamos o Caderno de Pesquisas da Fundação Carlos Chagas.

### **5.3- Revista de Educação da USP cujo nome foi alterado posteriormente (a partir de 1999) para Educação e Pesquisa**

Das dezenove revistas editadas pela USP com o nome de Revista da Faculdade de Educação, mais as 13 editadas pela USP com o nome de Educação e Pesquisa temos no período estudado (1987-2004) o total de trinta e duas revistas. Destas, somente vinte e cinco trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é realizada como mostra a figura abaixo.

**Figura 15-Comparação do total Revista da Faculdade de Educação (posteriormente chamada de Educação e Pesquisa) editadas no período estudado, com o total de revistas editadas desta mesma revistas que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização é desenvolvida.**

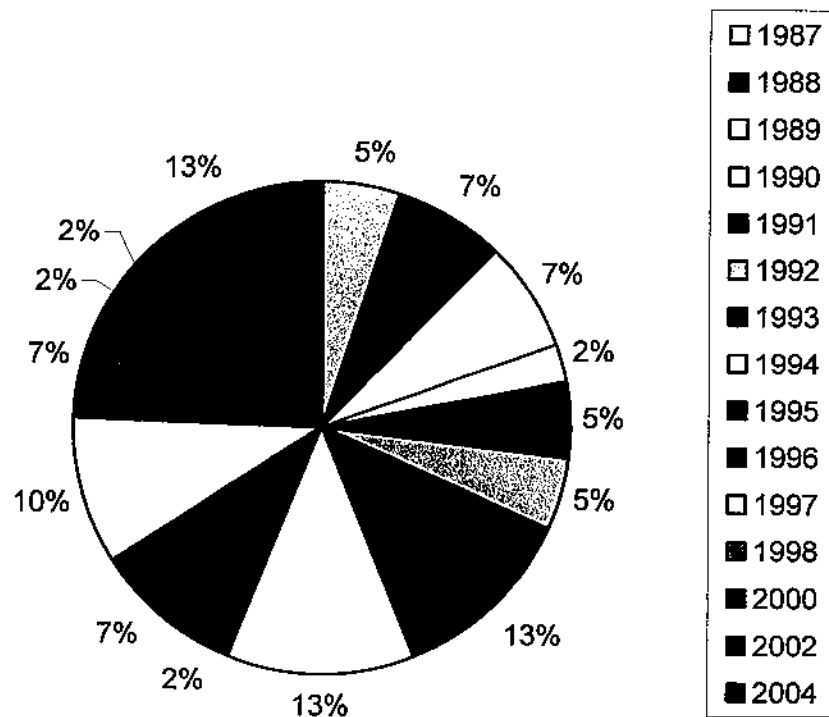


Destes 44%, os anos de 1993, 1994 e o de 2004 foram os anos em que mais se editou artigos referentes à área onde a alfabetização de crianças é realizada, perfazendo um total de cinco a cada um destes anos.

Posteriormente temos em segundo lugar, o ano de 1997 como outro marco na edição de artigos sobre alfabetização com o total de quatro publicações.

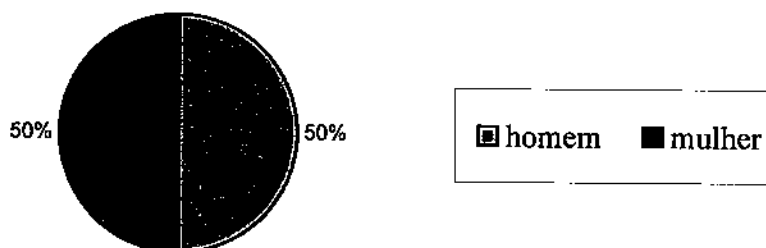
Em terceiro lugar temos um empate com os anos de 88, 89,96 e 98 com a publicação de quatro artigos em cada um destes anos.

**Figura 16 - Publicações que envolvem a área da alfabetização de crianças por ano na Revista da Faculdade de Educação posteriormente chamada de Educação e Pesquisa.**

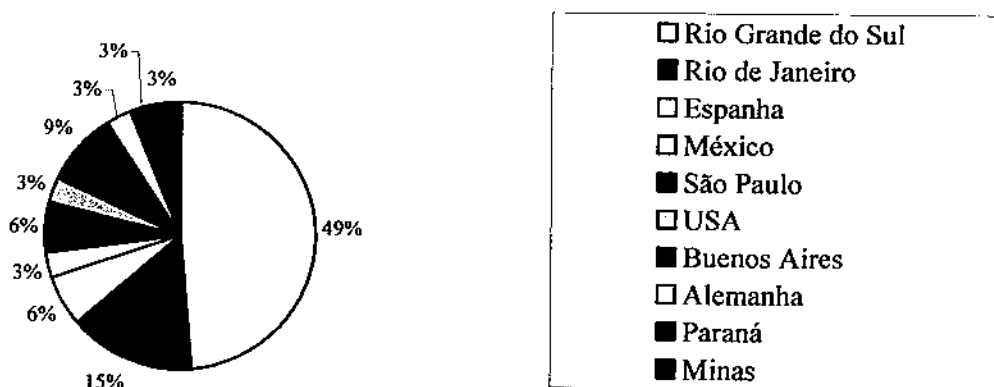


A seleção dos artigos também nos mostra um indicador de gênero. Nesta revista existe um equilíbrio entre pesquisadores do sexo feminino e do sexo masculino na dedicação ao estudo de alfabetização.

**Figura 17 - Alfabetização e gênero do pesquisador na Revista da Faculdade de Educação agora chamada de Educação e Pesquisa**



**Figura 18 - Lugares de onde provém os autores dos artigos publicados na Revista da Faculdade de Educação agora chamada de Educação e Pesquisa**

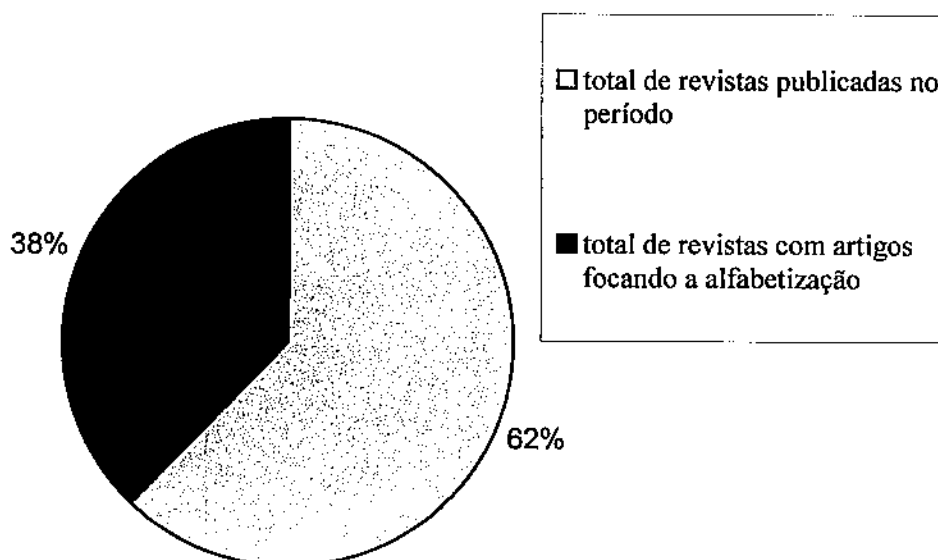


Como é possível verificar na figura dezoito, o Rio Grande do Sul é o Estado predominante na publicação de artigos relacionados à alfabetização de crianças quando analisamos a Revista da Faculdade de Educação agora chamada de Educação e Pesquisa.

#### 5.4-Revista Educação e Realidade

Das trinta e três revistas editadas com o nome da Educação e Realidade no período de 1987 a 2004, vinte trazem artigos referentes à área onde a alfabetização de crianças é realizada como mostra a figura abaixo.

**Figura 19 -Comparação do total de revistas Educação e Realidade editadas no período estudado, com o total de revistas editadas desta mesma revista, que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida.**

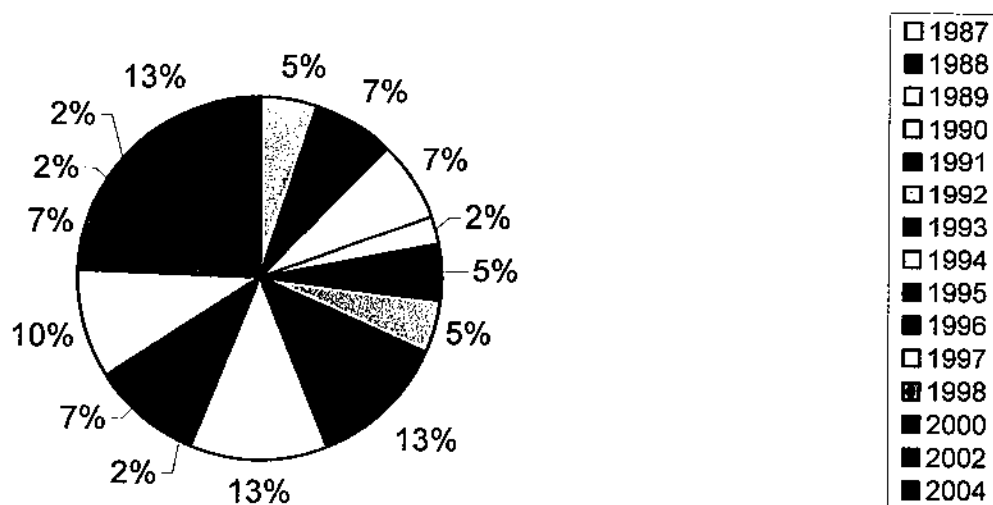


Destes vinte artigos, se verifica que o ano de 1993, 1994, 1997 e 2004 foram os anos que mais publicaram artigos referentes à área em que a alfabetização é realizada, com cinco artigos cada um.

Em segundo lugar são seguidos pelo ano de 1995 com quatro artigos, em terceiro lugar os anos de 1988, 1989, 1996, 1998 com três artigos publicados em cada respectivo ano.

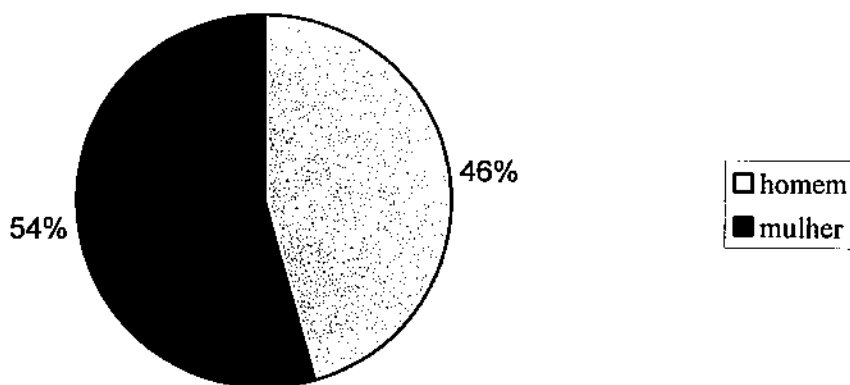


**Figura 20- Publicações que envolvem a área de alfabetização de crianças por ano na Revista Educação e Realidade.**

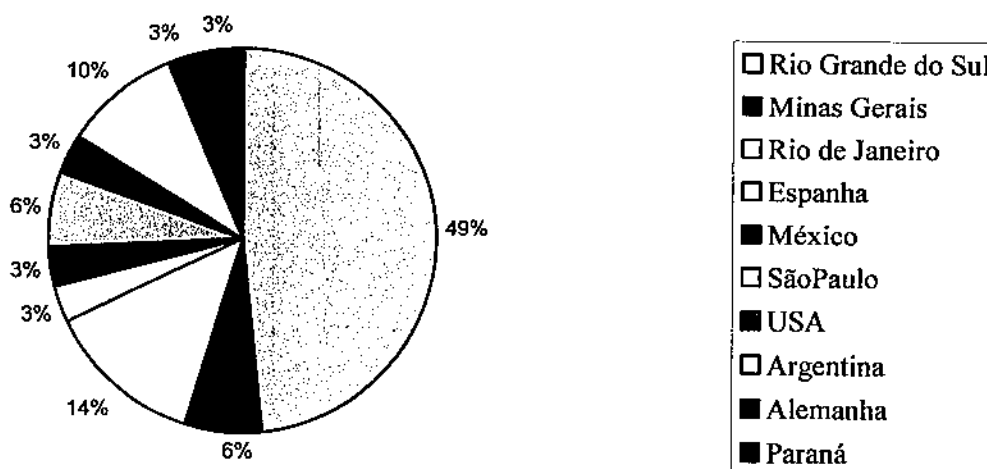


**Observação:** Os anos de 1999, 2001 e 2003 não constam no gráfico por não ter sido verificada nenhuma edição sobre alfabetização de crianças na Revista Educação e Sociedade nestes respectivos anos.

**Figura 21- Alfabetização e gênero do pesquisador na Revista Educação e realidade**



**Figura 22-Lugares que representam os autores dos artigos publicados na Revista Educação e Realidade**

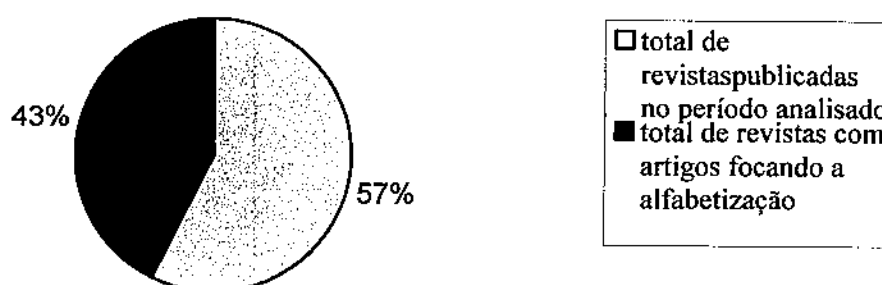


Como é possível verificar na figura vinte e dois, Rio Grande do Sul é o Estado predominante na publicação de artigos relacionados à alfabetização de criança quando analisamos a Revista Educação e Realidade.

### 5.5-Revista Brasileira de Educação.

Das vinte e quatro revistas editadas no período de 1987 a 2004 ,dentro da Revista Brasileira de Educação, dezoito trazem artigos referentes à área em que a alfabetização de crianças é realizada como mostra a figura abaixo:

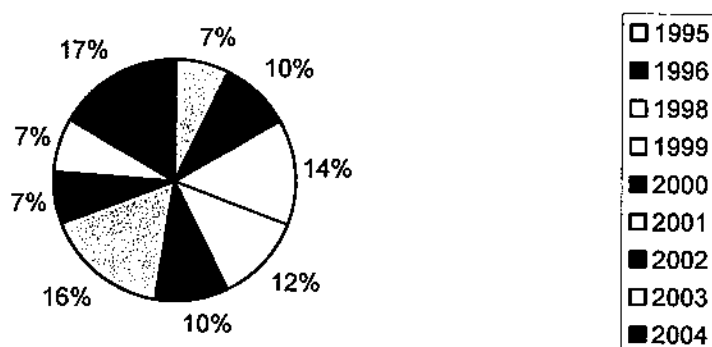
**Figura 23-Comparação do total das Revistas Brasileira de Educação, editadas no período estudado, com o total de revistas editadas desta mesma revista que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida.**



Destes 43%, o ano de 2001 e 2004 foram os dois anos em que mais se publicou artigos referente à área onde a alfabetização é realizada, perfazendo um total de sete artigos em cada ano.

Em segundo veio o ano de 1998, com seis artigos e em terceiro o ano de 1999 com cinco artigos.

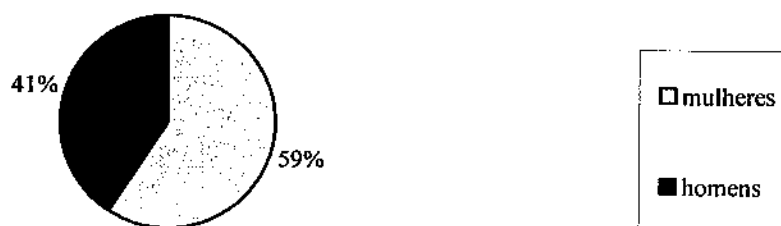
**Figura 24- Publicações que envolvem a área alfabetização de crianças por ano na Revista Brasileira de Educação**



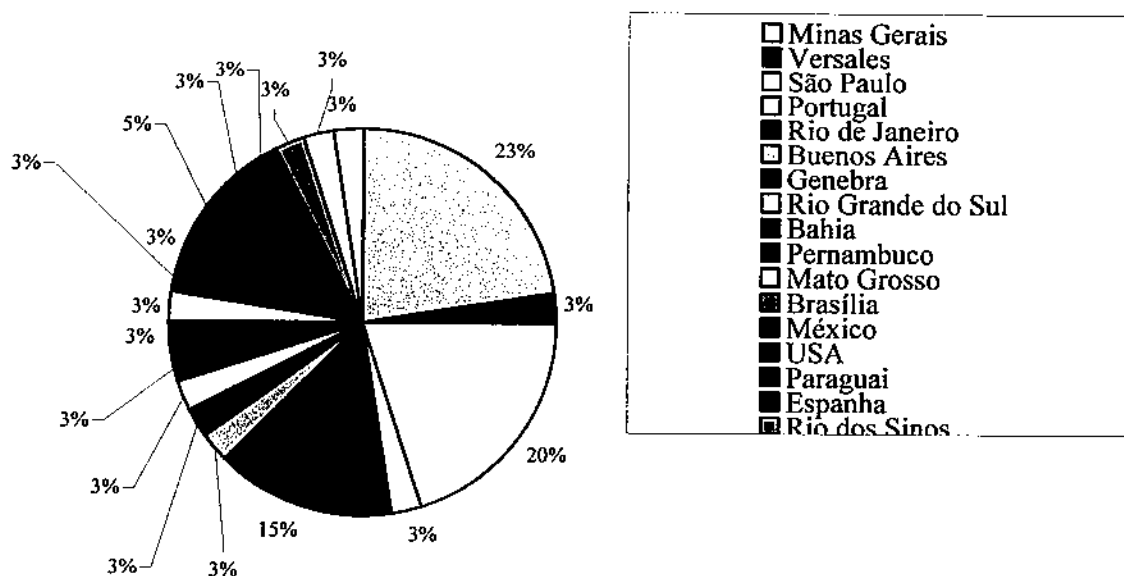
**Observação:** Esta revista começa a ser editada somente no ano de 1995. No ano de 1997 não foi encontrado nenhum artigo, por isso este não consta do gráfico a cima.

A seleção dos artigos também nos mostra um indicador de gênero. São as mulheres que se dedicam mais a área de estudos em alfabetização de crianças. Do total de quarenta e quatro pesquisadores verificados, vinte e seis são mulheres e dezoito são homens. Podemos verificar a porcentagem na figura número vinte e um.

**Figura 25 - Alfabetização e gênero do pesquisador na Revista Brasileira de Educação**



**Figura 26: Lugares de onde provem os autores<sup>3</sup> dos artigos publicados na Revista Brasileira de Educação.**



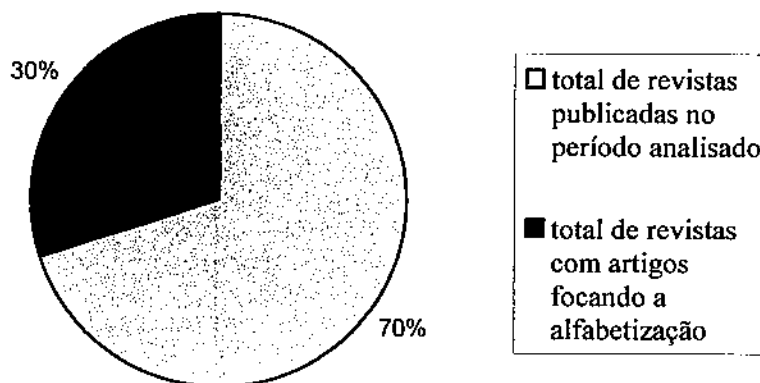
Como é possível verificar na figura vinte e seis, Minas Gerais é o Estado predominante na publicação de artigos relacionados à alfabetização de crianças quando analisamos a Revista Brasileira de Educação.

### 5.6-Revista Estudos de psicologia (Natal)

Das vinte e uma revistas editadas no período de 1996 a 2004 dentro da Revista Estudos de psicologia (Natal), nove trazem artigos referentes à área em que a alfabetização de crianças é realizada como mostra o gráfico abaixo:

<sup>3</sup> Para autores que apresentam mais de uma origem foi estipulada a de maior presença no quadro 1.

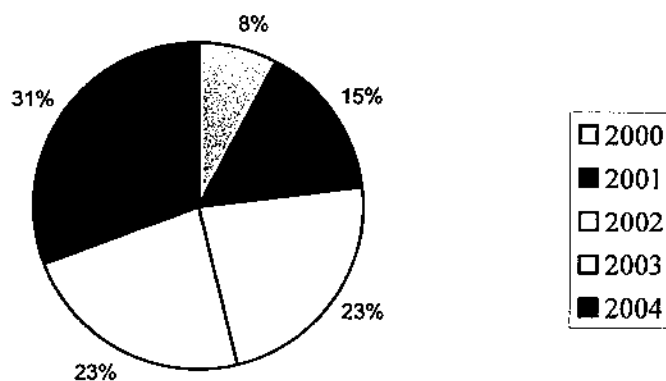
**Figura 27-Comparação do total de revistas Estudos de psicologia – Natal editadas no período estudado, com o total de revistas editadas desta mesma revista, que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida.**



Destes 30% se verifica que o ano de 2004 foi o ano em que mais se editou artigos referentes à alfabetização de crianças perfazendo um total de quatro artigos.

Em segundo lugar temos os anos de 2002 e 2003 com três artigos publicados em cada ano e em terceiro lugar ficamos com o ano de 2001 com dois artigos publicados.

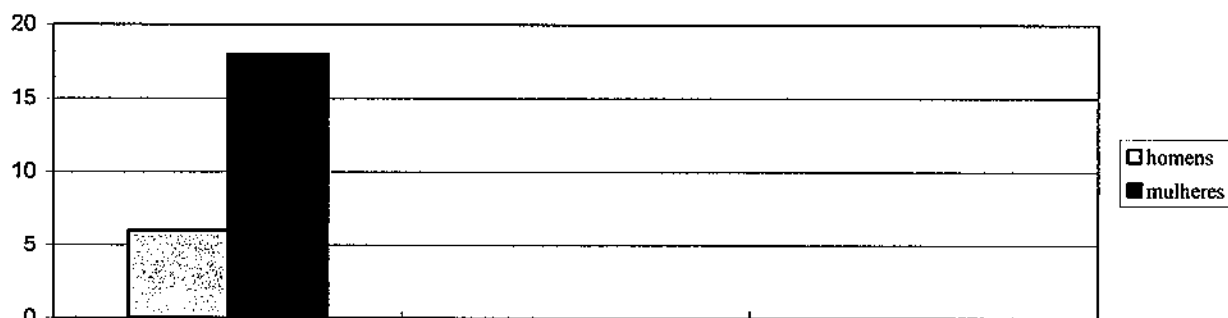
**Figura 28-Publicações que envolvem a área de alfabetização de crianças por ano na Revista Estudos de psicologia (Natal)**



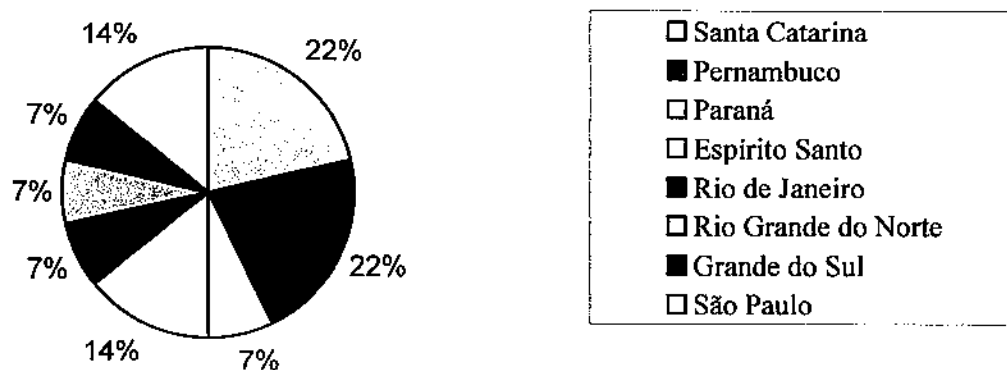
**Observação:** Diferentemente de todas as revistas analisadas neste trabalho, a primeira edição desta revista se iniciou em 1996. Os anos de 1996, 1997, 1998, 1999 não constam no gráfico por não ter sido verificada nenhuma edição sobre alfabetização de crianças na Revista Estudos de Psicologia (Natal) nestes respectivos anos.

A seleção dos artigos também nos mostra um indicador de gênero. São as mulheres que se dedicam mais a área referente à alfabetização de crianças. Do total de vinte e quatro pesquisadores, dezoito são mulheres e os seis restantes são homens. Podemos verificar a porcentagem na figura vinte e nove.

**Figura 29- Alfabetização e gênero do pesquisador na Revista Estudos de Psicologia (Natal).**



**Figura 30- Lugares de onde provém os autores dos artigos publicados na Revista Estudos de Psicologia Natal**

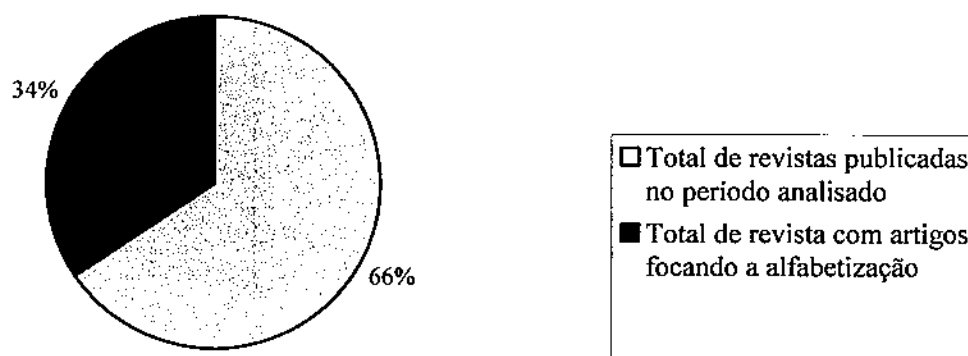


Como é possível verificar na figura trinta, São Paulo é o Estado predominante na publicação de artigos relacionados à alfabetização de crianças quando analisamos a Revista Estudos de psicologia (Natal).

### 5.7- Psicologia: reflexão e crítica

Das vinte e uma revistas editadas no período de 1987 a 2004 dentro da Revista Psicologia: reflexão e crítica onze trazem artigos referentes à área em que a alfabetização de crianças é realizada como mostra a figura abaixo.

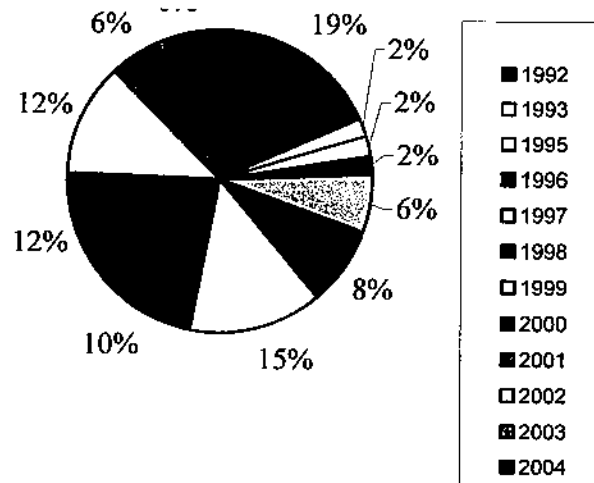
**Figura 31- Comparação do total de revistas Psicologia: reflexão e crítica, editadas no período estudado, com o total de revistas editadas desta mesma revista, que trazem artigos relacionados à área onde a alfabetização de crianças é desenvolvida.**



Destes 34% se verifica que o ano de 1992 foi o ano em que mais se editou artigos referentes à área onde a alfabetização de crianças é realizada, perfazendo um total de nove artigos.

Em segundo lugar, temos o ano de 1999, com sete artigos sobre a área onde a alfabetização de crianças é realizada, e em terceiro lugar o ano de 2001 com seis artigos no total.

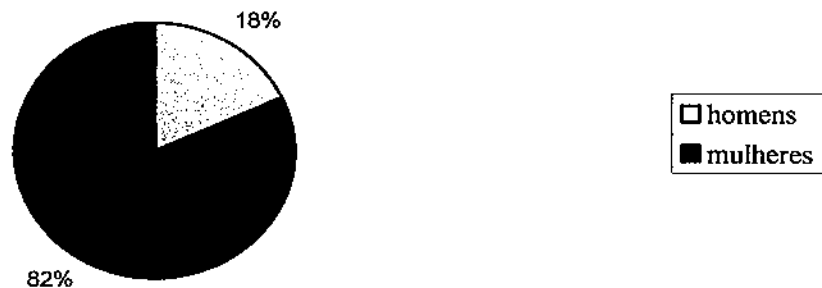
**Figura 32-Publicações em alfabetização de crianças por ano na Revista Psicologia: reflexão e crítica**



**Observação:** Os anos de 1987, 1989, 1990, 1991 e 1994 não constam no gráfico por não ter sido verificada nenhuma edição sobre alfabetização de crianças na Revista psicologia. Reflexão e crítica nestes respectivos anos.

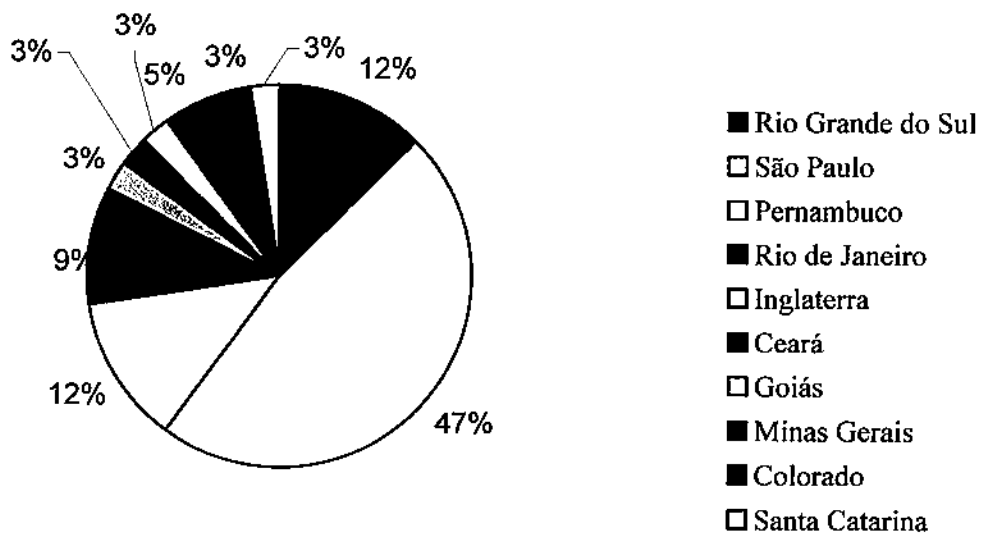
A seleção dos artigos nos mostra um indicador de gênero. São as mulheres que se dedicam mais a área de estudos em alfabetização de crianças. Do total de setenta e três pesquisadores, cinquenta e nove são mulheres e catorze são homens. Podemos verificar a porcentagem na figura de número trinta e três.

**Figura 33- Gênero do pesquisador na Revista Psicologia: reflexão e crítica**





**Figura 34: Lugares de onde provem os autores dos artigos publicados na Revista Psicologia. Reflexão e crítica.**



**Observação:** A figura trinta e quatro não pode ser considerada completa, pois muitos artigos não possuíam a origem do autor do artigo na Revista.

## **6 - Focos analisados nos artigos.**

Como explicitado na metodologia, os artigos foram separados por focos. Apresentamos aqui a descrição do assunto abordado em cada foco. Concluimos apresentando uma análise geral dos dados obtidos.

### **6.1-Foco Políticas Públicas**

Foram considerados para análise, dentro deste foco, todos os artigos que possuíssem no título as seguintes palavras chaves: política educacional, tempo integral, gestão ou gestão colegiada, objetivos da Educação Nacional, Constituição, Ensino Fundamental, Municipalização, qualidade de ensino, Ensino Básico, Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental, Educação, Lei de Diretrizes e Bases, FUNDEF, universalização do ensino, Educação Básica, exclusão, SAEB.

Oliveira (1989) relatou em seu trabalho que a Constituição (de 1988) possui maior precisão e adequação na redação, contribuindo para a discussão da alfabetização infantil. Ela permite a cobrança, por parte da sociedade, junto aos governantes, pelo não cumprimento das disposições relativas à obrigatoriedade educacional.

Já Cury (1996) quando discutiu a nova Constituição (de 1988) voltou sua problemática para a formação do currículo, sendo seguido por Azanha (1988), que abordando o currículo do Ensino Fundamental mostrou a necessidade de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Endente-se aqui, uma preocupação com a alfabetização de crianças já que o currículo citado refere-se à área onde alfabetização infantil é desenvolvida.

Frente às pesquisas realizadas no Ensino Fundamental, Beisiegel (1996) tratou da formação do profissional docente de primeiro grau. Para ele as Universidades têm um importante papel quando o objetivo é o de fornecer ao corpo docente um programa de aperfeiçoamento docente do ensino público, apoiando estas aulas nos livros e materiais didáticos montados pela Universidade. Azanha (1985) também levanta esta grave preocupação com a formação de professores escrevendo em seu artigo um questionamento sobre a falha dos currículos de formação dos profissionais do magistério de primeiro grau. Diz não ser só uma questão pedagógica mas, sobretudo, de política educacional. Para ele em termos quantitativos as Universidades Públicas e as poucas particulares consideradas de qualidade, contribuem escassamente para a formação de professores de 1º grau. A

grande massa desses profissionais, segundo ele, é preparada com currículo mínimos - que se tornam máximos - em instituições sem o mínimo de qualidade de ensino.

Weber (1992) na discussão do Ensino Fundamental trouxe o artigo 60 das disposições transitórias. Lembrou que este impõe a erradicação do analfabetismo, dentro do período de dez anos. Frente a todo este processo, as Universidades Públicas Federais foram acusadas de serem responsáveis pela histórica omissão do MEC na efetiva alfabetização dos alunos da Rede Pública.

O autor se juntou a Beisiegel (1996) e Azanha (1985) quando descreveu a relação Universidade - Ensino Fundamental como um progresso para que se concretize o direito básico à educação escolar. Utilizou-se de experiências realizadas que indicaram avanços na alfabetização de alunos matriculados nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Silva e Davis (1992), acreditam que cabe aos educadores superar o tradicionalismo na alfabetização, fundamentando suas ações em conhecimentos sólidos sobre o processo de ensino - aprendizagem, evitando dados de reprovação ocorridas na 1ª série. Apresentam dados de que na 1ª série elementar em 1960, apenas 141 alunos chegavam a 4ª série ginásial sendo que posteriormente em 1967, após a Lei 5.692, os dados demonstraram os valores de 466 alunos chegando à oitava série de cada 1.000 alunos analisados.

Oliveira (1992) quando tratou sobre política pública, demonstrou alguns dados da atual e trágica situação da alfabetização brasileira. Apresentou ao seu leitor dados específicos para pensarmos a alfabetização no nosso país. Apoiou-se em dados fornecidos pelo IBGE (Anuário Estatístico do Brasil) mostrando que a alfabetização da população brasileira com dez anos e mais cresceu em números do ano de 1970 para o ano de 1987. Discutiu assim a existência de uma grande contradição nestes números para o registro de dados, pois a caracterização de um indivíduo alfabetizado (para o IBGE) é a sua própria resposta, se considerando inclusive aqueles que respondem que apenas assinam o próprio nome.

Com a exemplificação de suas tabelas, Oliveira (1992) questionou que frente à população com dez anos de idade, quase 20% desta está em estado de completo analfabetismo. Destes, 24% os alunos não conseguem progredir nem concluir qualquer curso no final de seu período de estudos. Surgiu assim um novo conceito que os define. Foram chamados - segundo padrões internacionais - de analfabetos funcionais. Relatou que aos que nunca foram à escola ou têm menos de um ano de escolarização, foi

constatado situarem-se entre os setores mais empobrecidos da população “miséria absoluta”. Segundo a tabela apresentada em torno de 20 % da população brasileira com dez anos de idade ou mais.

Oliveira (1994) utilizando dados internacionais, traçou o perfil de escolarização da população brasileira. Situou o Brasil entre um dos piores desempenhos do mundo, constatando que apenas 22% dos ingressantes concluem o Ensino Fundamental de oito anos e apenas 39% atingem a quinta série.

A abordagem da alfabetização de crianças pelo viés dos Parâmetros Curriculares Nacionais trouxe à tona os trabalhos de Moreira (1996) e a tentativa de instauração do cumprimento do artigo 210 da Constituição Brasileira de 1988. Segundo ele, cobrava-se a definição dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Percebemos novamente a preocupação com a elaboração de um currículo para a alfabetização infantil que assegurasse a formação básica comum e o respeito aos valores culturais, artísticos, nacional e regional.

Moreira (1996) questiona também a ausência da universidade na elaboração teórica dos Parâmetros Curriculares Nacionais e a hegemonia do construtivismo na proposta. A principal discussão levantada é o tamanho que deve ser o “mínimo” quando da estipulação de um currículo mínimo nacional, a fim de que apareça a importância do professor no desenvolvimento deste contexto.

Barreto (1992) focando o Ensino Básico afirma que dentre 100 matrículas na 1ª série do 1º grau em 1980, houve considerável perda no decorrer dos oito anos previstos para a duração da escola básica, sobretudo nas redes públicas em função da repetência e evasão. Em seu artigo mostra dados de perda percentual semelhante de alunos na passagem da 1ª para a 2ª série do primeiro grau em torno de 40%. Aguirre (1996) através de dados gerais do Ensino Básico em Minas Gerais, apresenta em seu artigo a informação de que 950 milhões de analfabetos que existem no mundo, 800 milhões se concentram em apenas dez países, sendo que o Brasil aparece em oitavo lugar nesse conjunto, com 18 milhões de iletrados ( PNAD / IBGE-89).

A estimativa da porcentagem de brasileiros que se formam no primeiro grau é de apenas 22% dos que iniciam os estudos. Só 5% dos alunos conseguem concluir o primeiro grau sem repetir um ano. A média de permanência na escola de um aluno que completa a oitava série é de doze anos.

Ao focar a municipalização, Felix (1990) recapitula a história da educação brasileira mostrando como a ditadura, de orientação tecnicista necessitava de um controle

direcionando totalmente a sociedade. Devido a isso cita que eram ignoradas inclusive as campanhas de alfabetização realizadas na década de 50 e 60.

Para Felix (1990) e Oliveira (1991) o termo municipalização vem para nomear uma política adotada pelo governo federal para “descentralizar” e “democratizar” o sistema educacional do país (excluindo o trabalho centralizador realizado pela ditadura). Apresentam a visão de que a transferência de responsabilidades da esfera municipal dos encargos e serviços da rede de 1º grau, era vista como um fator que universalizaria a Educação Básica. A ideologia apresentada era de que assim seria possível identificar melhor as necessidades da população local, havendo maior sensibilidade às reivindicações populares e à participação dos cidadãos na administração do sistema de Ensino Municipal.

Felix (1990) cita a execução do PROMUNICÍPIO (1975-1981) e seu alto investimento na região Nordeste, juntamente com dados que contradizem a quantidade de investimento aplicado. São registrados os seguintes dados: 52% de analfabetos, 65% de analfabetismo rural, 75% de taxa de escolarização (7 a 14 anos), sendo que de 100 alunos que ingressam na 1º série menos de 12 alcançam a 8º série do 1º grau.

Aponta que em Pernambuco em 1958 a questão da municipalização foi posta pela Secretaria de Educação a qual criou uma estrutura de assessoramento que realizava concursos, dava treinamento para o pessoal da Educação Municipal e outras providências.

Cita também a Lei 6.104/67 a qual orientou as normas básicas de planejamento da educação no Estado de Pernambuco apontando para a necessidade de participação do Ensino Municipal na política estadual de educação. Relata que o decreto nº1430/67 criou Centros de Aperfeiçoamento do Magistério com a finalidade de elevação do nível técnico dos profissionais em exercício.

Em seu artigo usa o caso específico de Pernambuco, mostrando que a gestão da Secretaria de Educação de Pernambuco em 1987 tomou como parâmetros para as suas ações a perspectiva da educação escolar como um direito social que deve ser assegurado pelo Estado, integrando instâncias públicas municipais ao esforço que deveria ser feito para generalizar a educação fundamental como qualidade no período de 1988-1991.

Segundo Felix (1990) as municipalidades colaboraram no processo de decisão da definição da política educacional o que foi decidido previamente em Fóruns Itinerantes regionais abertos a sociedade civil.

Aos municípios coube a co-responsabilidade incluindo evitar as ações fragmentadas, aleatórias e omissas, permitindo também ao Estado intervenções caso for necessário. A atribuição aos municípios da educação pré - escolar e séries iniciais (1º a 4º)

do 1º grau foi realizada cabendo entretanto, a organicidade e as ações pedagógicas às esferas Municipal e Estadual. Atenta que estas transformações provocaram muitas mudanças ocorrendo inclusive Fóruns Itinerantes Temáticos de âmbito também regional, com conteúdos eminentemente pedagógico. Os docentes discutiam diversos temas dentro de um espaço democrático inclusive a alfabetização.

Oliveira (1991) citando a Lei 5692/71 lembra que esta traz o discurso da cooperação entre as esferas públicas promovendo a municipalização da educação básica.

Silva, Davis, Espósito e Mello (1993) estudam a qualidade de ensino focalizando o Estado de São Paulo através da apresentação de uma discussão pelo viés histórico. Descrevem que a mudança do modelo econômico dos anos 60 leva o país a uma fase recessiva com desaceleração do desenvolvimento sem que as desigualdades sociais tenham sido superadas. Isto, segundo os autores, teria causado uma desarticulação do projeto educacional vigente, surgindo uma política de tônica assistencialista e culturalista. Esta estratégia foi descrita para época como uma forma de recuperação da pobreza, pois a realidade passa a ser mais valorizada e políticas adequadas às localidades são criadas.

Citam o EDURUAL que tinha como prioridade a melhoria das condições do ensino nas quatro primeiras séries iniciais, fazendo uma adequação curricular e de materiais para ensino aprendizagem adaptadas ao meio rural, preparando recursos humanos e físicos. A conclusão do programa, apresentada por estes autores foi de que a avaliação do mesmo não detectou substanciais mudanças, apesar da grande quantidade de recursos financeiros dependidos na região.

Posteriormente lembram que na época da ditadura a meta básica era constituir efetivamente a expansão dos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso à escola para a maioria da população o que pode se constatado quando se consideram as taxas de escolarização para a época.

Silva, Davis, Espósito e Mello (1993) citam na década de 80 programas que atingiram grupos significativos de estudantes ou tiveram razoável repercussão política e social. Dentre eles apresentam o Ciclo Básico instituído por decreto em 1983 na rede pública do Estado de São Paulo. Segundo eles, este programa visava ampliar o período de alfabetização dos alunos das duas primeiras séries do 1º grau (atingindo cerca de 1 milhão de crianças) de modo a diminuir a reprovação nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Para que este programa fosse criado, citam que foi incluído no calendário escolar reuniões semanais de professores para planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades. Foram acrescentados também duas horas diárias a mais de aula para alunos das

duas primeiras séries que necessitassem de maior tempo de escolarização (não limite de oito horas semanais) dando remuneração suplementar aos professores que ficassem trabalhando neste período.

Vários incentivos governamentais foram verificados na implantação deste projeto pelos autores. É citada a oferta de material didático às crianças carentes e benefícios na pontuação para professores que ali atuassem.

Segundo ainda Silva, Davis, Espósito e Mello (1993) o ciclo básico tinha como objetivo assegurar a continuidade do processo educativo nas duas primeiras séries do ensino de 1º grau, eliminando a possibilidade de o aluno ser reprovado ao final do primeiro ano escolar. Centrava-se a avaliação na evolução do aluno e em suas dificuldades. Poderia haver reagrupamento durante o ano letivo.

A avaliação sobre este projeto verificou que houve uma estigmatização das crianças remanejadas e alocadas as classes consideradas “médias” e “fracas”. A reprovação dos alunos, ao final da 1ª série com nova matrícula na mesma, de forma camuflada, continuou a existir em muitas escolas, obrigando crianças reiniciarem o processo de alfabetização como se fossem uma folha de papel em branco, nada assimilando no ano anterior.

As orientações para atuação efetiva nas séries iniciais não foram dominadas e/ou recebidas por cerca de 1/3 dos professores alocados. Em 1996 se verificou uma melhora de 10% nos índices de promoção.

É citado que a mesma proposta de Ciclo Básico para a Alfabetização descrita para o estado de São Paulo foi instalada, no mesmo período em Minas Gerais posteriormente no Paraná e Recife.

Outros programas denominados assistencialistas foram criados visando melhorar a qualidade de ensino. Silva, Davis, Espósito e Mello (1993) descrevem o CIEPs, o PROFIC e os CIACs. Fora estes também tratam do Programa de Jornada Única.

Descrevem que o programa de Jornada Única é citado nos documentos como um programa pioneiro de reorganização estrutural da escola pública, na medida que possibilita aumentar a permanência diária de todos os alunos do ciclo básico, mantendo-os na escola durante seis horas- aula nos dois primeiros anos iniciais.

Para o programa assistencialista CIEPs distribuído por diferentes municípios do Rio de Janeiro (visto como um dos mais populosos e com maior déficit de atendimento escolar no 1º grau) a meta era atender no máximo 1.000 alunos de 1º a 8º série do primeiro em tempo integral, durante nove horas diárias, oferecendo atenção pedagógica, material escolar, alimentação e assistência médico odontológica.

Quando apresentam a avaliação deste programa os autores nos dizem que os CIEPs atuaram na maioria das vezes basicamente junto às quatro séries iniciais. O material didático destinado às classes de alfabetização deixou de ser distribuído devido ao seu alto custo e pelo fato de não ser reaproveitado por novos alunos. Além disso o treinamento dos professores foi enxugado, sendo eliminada a idéia de formar professores multiplicadores através de encontros semanais.

Para o programa assistencialista PROFIC ,criado no final de 1986 em São Paulo, dizem que este foi considerado polêmico porque pretendia redefinir a função da escola de instituição voltada à instrução da criança. Devido a isto foi ampliado o horário de permanência da criança, bem como a faixa etária pelo qual o Estado se responsabilizaria. Focava crianças de 7 a 14 anos de idade visando aumentar o tempo de permanência para 8 horas. Além das aulas o aluno seria envolvido em atividades recreativas, esportivas e artísticas recebendo inclusive reforço para a sua aprendizagem.

Os CIACs no início de 1991, também considerado um programa assistencialista, foi implantado pelo governo federal tendo como temática a educação integral. Focava a união toda. Foi verificado que a alta seletividade educacional continua fornecendo os valores de 9,8% de alunos dentro da pré - escola e 76,5% no 1º grau ou ensino fundamental.

As conseqüências desta realidade refletem-se na distorção idade/série já que 75% dos alunos de 1º a 8 º série estão fora da faixa etária ideal. Tal ineficiência levou a cobertura das crianças de 7 as 14 anos a sofrer uma diminuição na década de 80 passando de 84% em 1878 para 82% em 1898.

Silva, Davis, Espósito e Mello (1993) discutem que a dificuldade de permanência e continuidade verificada nos estudos fez com que entrássemos a década de 90 com quatro milhões e meio de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos fora da escola.

Beisiegel (1996) defendendo a secretaria da educação do Estado de São Paulo, diz que durante diferentes gestões diversas atitudes foram tomadas visando a melhoria da qualidade do ensino no Estado. Cita iniciativas de grande potencial já trabalhada por outros autores como o ciclo básico, a jornada única. Relata um tímido começo do processo de descentralização administrativa com os passos ainda para ele quase inexistentes da municipalização. Discute a criação dos CEFANS (e a formação adequada do profissional atuante na alfabetização) finalizando o artigo com uma discussão sobre oficinas pedagógicas.



Lenhart (1996) questiona se foi estabelecido, mundialmente, um modelo válido em termos de currículo. Diz que a comunidade de pesquisadores israelita - americana de Mayer, Kamens, Benavot verificou um standart mundialmente válido para o currículo primário.

Lenhard (1996) fala também que está estabelecido um monitoramento da educação a nível mundial. Este autor cita o resultado da conferência internacional "Educação para Todos", em 1990, Jomtien, Tailândia publicado o Relatório Mundial de Educação da UNESCO, desde 1991 de dois em dois anos. O "World Education Report" segundo ele, não tem caráter meramente descritivo tratando de temas como o analfabetismo. Estabelece standarts aos quais os atores da política nacional e internacional tem muita dificuldade de afastar-se.

Existe portanto um registro de fatos ocorridos sendo que sua percentagem e a repetição de postulados oferecem um critério mundial, os quais servem de medida para a ação política e educacional. Assim, o autor atenta que tudo isto ocorre meio a grandes diferenças em partes do sistema surgindo um grande abismo. Utiliza o financiamento público da educação, a taxa de escolarização, a alfabetização e a qualidade escolar como exemplos .

Para o financiamento e a qualidade de ensino o autor expõe a discrepância de investimento de um país para outro, dizendo que a taxa bruta de escolarização em 1992, para a escola primária era de 98,4% nos países em desenvolvimento e de 99% nos países desenvolvidos com disparidades internas verificadas.

Foca a alfabetização afirmando que a taxa mundial de analfabetos para o grupo etário acima de 15 anos que, em 1980 era de 30,5% tem uma previsão de queda de 20,6% para 2000.

Cita dados que mostram que em 1995 70,4% dos habitantes dos países em desenvolvimento eram alfabetizados enquanto que nos países industriais a porcentagem indicava 98,7%.

Focando ainda mais fundo as causas que explicam o analfabetismo Lenhart (1996) diz que parte da população mais pobre é a mais afetada pelo analfabetismo, constituindo-se num importante indicador das singularidades sociais ou regionais, que expressam diferentes estruturas de propriedades e de referências econômicas. As gerações mais velhas para ele são afetadas mais no que as mais novas. A população rural é mais afetada pelo analfabetismo que a urbana, a sua falta de inclusão segundo o autor na comunidade social torna-se uma importante causa do analfabetismo. As mulheres para ele são mais

afetadas pelo analfabetismo que os homens. O estabelecimento cultural do papel dos gêneros focalizado por este autor torna-se uma causa importante do analfabetismo.

Oliveira (1992) mostra que dentro do período de 1977-1988 foi verificado que 50% das crianças ingressantes na primeira série do primeiro grau não conseguiram alcançar sequer a segunda série. Surge devido esta constatação a partir de 1984 a proposta do Ciclo Básico.

O programa do Ciclo Básico tinha como fundamentação abolir a avaliação definitiva ao final da primeira série, criando-se mecanismos de acompanhamento e recuperação para aqueles que não estivessem apresentando bom rendimento. Isto ocasionou a diminuição no índice de repetentes na primeira série do primeiro grau, dobrando o tempo de permanência das crianças na escola.

Cita que as partes do projeto do Ciclo Básico implementadas tiveram como maior dificuldade a resistência por parte dos professores que viram nesta medida sua autonomia questionada.

Altmann (2002) mostra dados apresentados em uma carta às mães (nos dias das mães), escritos pelo Ministro da Educação sobre a porcentagem de crianças na escola. Na faixa dos 7 aos 14 anos o Ministro escreve que a porcentagem de crianças nas escolas subiu de 87% para 96% em sete anos.

Ferraro e Machado (2002) focando a exclusão analisam como se distribuem pelo território nacional os 8,1 milhões de crianças e adolescentes brasileiros de 4 a 17 anos, que em 1996 não freqüentavam a escola. Questionam a tese segundo a qual a universalização do acesso à escola estaria assegurada no Brasil desde a década de 80 a qual reduz o não acesso em torno de 5%. Segundo eles as taxas de não freqüência à escola em 1996, para as pessoas de 4 até 17 anos, são sempre superiores a 5% passando inclusive de 20 % entre crianças de 4 a 6 anos e 15 aos 17 anos.

Para esses autores o não acesso à escola, portanto é um problema real no Brasil. Citam as regiões do nordeste, os estados do Amazonas e Pará na região norte como regiões que possuem crianças que nunca foram a escola. Verificam que o gênero masculino é mais excluído da escola do que o gênero feminino.

Consideram a noção de não - acesso não apenas os que nunca freqüentaram a escola, mas também aqueles que, a tendo freqüentado ainda em idade escolar, se encontram fora da escola.

Freitas (2002) procura mostrar as formas dissimuladas que as políticas públicas neoliberais colocaram em funcionamento com a finalidade de reduzir custos econômicos,

sociais e políticos das formas de exclusão objetivas, sem alterar a seletividade da escola, criando um campo de exclusão subjetiva, no qual a responsabilidade a exclusão recai sobre o próprio excluído.

Apresenta três teses para compreensão do movimento.

Na primeira trata da conversão da exclusão objetiva em exclusão subjetiva, dentro da segunda mostra como os mecanismos de avaliação informal são acionados no sentido de “criar trilhas de progressão continuada diferenciadas” nas propostas de organização por ciclo de progressão continuada. Finaliza com terceira apontando a desresponsabilização da escola em relação à escolarização das camadas populares, na esteira da desresponsabilização do próprio Estado mínimo proposto pelas atuais políticas públicas.

Focalizando, políticas públicas para a alfabetização, percebemos que quanto tratado o sub - tema Constituição, o final da década de 80 foi marcada por profundas transformações educacionais que atingiram diretamente o tema alfabetização infantil no país. Estava a se formular uma nova Constituição e acadêmicos clamavam a necessidade dos Parâmetros Curriculares Nacionais preocupados com o currículo a ser ministrado na faixa etária onde a alfabetização se concretiza. Podemos citar como autores que discutem este tópico Oliveira (1989), Cury (1996) e Azanha (1988).

O currículo também foi pensado quando o sub – tema foi o ensino fundamental pelo ângulo da formação dos professores. A Universidade além de ser vista como fundamental na realização de programas e materiais que visem à melhoria da formação dos professores, também é tida como falha neste processo deixando a desejar frente ao cumprimento de suas obrigações sociais. Foi verificado a existência de pesquisas que descrevem a relação universidade/ ensino fundamental, como progresso para a concretização do direito básico a educação escolar como discutem Silva e Davis (1992), Beisiegel (1996), Azanha (1985) e Weber (1992) podendo assim colaborar para superar as altas taxas “desagradáveis” no país quando o assunto é evasão, exclusão, analfabetismo etc.

Percebemos nesta parte da pesquisa, a importância atribuída aos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o qual fornece uma infinita quantidade de dados para os educadores. Somente uma vez foi considerada a concepção que o órgão possui sobre alfabetização para a realização de suas estatísticas.

Oliveira (1994) e Barreto (1992) se apoiam neste órgão para discutir dentro do sub - tema política pública os dados para a alfabetização infantil mostrando que os mesmos são altamente insatisfatórios. Discutem aumento de crianças alfabetizadas, relatando que ~~este~~ <sup>estes</sup> para a contabilidade deste aumento, estão somente sendo considerados alfabetizados aqueles pela sua própria resposta ou os que assinam o próprio nome. Mostra para nós o termo analfabetos – funcionais, terminologia atribuída as crianças que no final do período de estudos não conseguem progredir nem concluir qualquer curso. Os dados apresentados são tão ruins, que é citado como um dos países com piores desempenhos do mundo.

A discussão em cima da municipalização, trazida por Felix (1990), Oliveira (1991), Silva, Davis, Espósito e Mello (1993) trás à tona como a alfabetização foi utilizada como arma para a ditadura (centralizadora) que ignorava inclusive campanhas de alfabetização. Após esse questionamento a alfabetização é tratada como responsabilidade do município (descentralização) já que a ele foi delegado o ensino de primeiro grau. Assim espera-se universalizar a educação básica, pois vários programas são criados com este intuito. É citado o ciclo básico, o programa de jornada unia, CIEPs. PROFIC.

Lenhart (1996) levanta dados também importantes para a análise da alfabetização, dizendo que são as mulheres as mais prejudicadas juntamente com os pobres, pois a ela são os que menos tem acesso. Já em 2002 Ferraro e Machado dizem ser os homens os mais excluídos da escola e se utiliza também de dados para mostrar em forma de números a calamitosa situação do país. Dentro do sub - tema exclusão como tratado por esses dois autores temos Freitas (2002) atentando para as artimanhas do neoliberalismo sobre a escola comprova sua fala pelas pesquisas dos demais autores, que em números mostraram a discussão feita por este autor.

## **6.2)Foco livro didático**

Dentro deste foco foram colocados todos os textos que possuíssem em seu título as palavras chaves: livros didáticos de 1º grau ou cartilhas.

Estudando cartilhas Alves (1987) relata que o Programa Nacional do Livro Didático, de responsabilidade da FAE (Fundação de Assistência ao estudante), comprou para distribuição em 1986, a estudantes de todo o país, aproximadamente 45 milhões de livros didáticos dos quais, a maior parte, são livros que atingem da alfabetização a 4º série do 1º grau.

A primeira problemática abordada por esta autora é que dos quase 800 títulos do catálogo da FAE, de 1985, 474 títulos comprados pertenciam a dez editoras.

Sendo o livro didático, o único meio para professores da rede terem acesso a orientação para seu trabalho, e sendo estes uma das únicas publicações a que o próprio aluno tem acesso, ressalta a importância e o papel destas dez editoras para a educação e conseqüentemente a possível influência que as mesmas possam ter exercido sobre a educação do país.

No segundo foco tratado, sua análise se deteve nos conceitos existentes (ou não) nas cartilhas. Afirma que estas, na sua maioria absoluta, ignoram aquilo que o aluno já sabe. Para a autora deve haver uma revolução, cabendo ao professor, dentro desta transformação descobrir o que os alunos já sabem, fazendo valer, dentro da escola, a realidade do aluno e a apreensão que ele já traz desta realidade tendo com isto a prática social como ponto de partida e ponto de chegada do processo pedagógico.

Apresenta exercícios encontrados nas cartilhas analisadas questionando a forma como os mesmos são formuladas, esboçando conceitos errados e deslocando o aluno de sua realidade.

Dietzsch (1990) focando também a alfabetização das crianças dentro do sub - tema “cartilhas” analisa oito cartilhas, usadas em São Paulo entre 1930 e 1970. Além das cartilhas selecionadas a autora afirma ter consultado outras para obter uma idéia mais abrangente do material utilizado para a alfabetização das escolas.

Segundo esta autora a análise do discurso das cartilhas revela-se como um discurso da “não pessoa” limitando espaço para a interlocução. Para a autora a análise de diferentes edições da mesma cartilha comprovou como Alves(1987) que não houve mudanças significativas, a não ser em sua apresentação gráfica, o que influi sobremaneira na alfabetização de crianças já que o contexto histórico-social aparece ignorado. Diz da existência de diferentes contrapontos que refletem diferentes concepções de leitura e escrita fazendo que a autora levante as seguintes questões:

- serão as cartilhas o grande mal de nossa alfabetização?
- para quem falam as cartilhas?

Que sentido tem o que dizem as crianças que “suave” ou “amargamente” são impelidas a seguirem seus caminhos, ou melhor, a se pautarem por suas linhas?

\* Independente do que sejam as respostas, a autora atenta que embora as preocupações variassem ao longo do tempo no que diz respeito à alfabetização de

crianças, uma delas esteve presente todos os anos: A discussão que envolve a questão do método de alfabetização.

Segundo ainda Dietzsch (1990) as vantagens de um método sobre o outro e a importância de se comprimir o tempo de ensino da leitura são preocupações que manifestaram-se nos títulos das cartilhas ou suas respectivas apresentações. Outro fator detectado pela pesquisadora foi de que apesar da presença da cartilha ser reservada em um ambiente que deveria ser dinâmico e vivo como uma classe de alfabetização, as cartilhas, qual monumento estático, espreitam, do lado de dentro da escola, o suceder de cenas que transcorrem lá fora, sendo seu discurso impermeável a uma visão mais ampla e aprofundada do espaço à sua volta ignorando a relação com o contexto histórico - social.

A autora aborda também o que denominou de leitura da interlocução buscando o entendimento das formas pelas quais se organiza o discurso da alfabetização, materializado nas cartilhas para denotar sentidos nem sempre denotados em certos processos de análise.

Monhr (1995) em concordância com Alves (1987) afirmou que o livro didático teve sua importância devido ser um recurso pedagógico importantíssimo e extremamente utilizado, envolvendo para a sua produção altos recursos. Frente a área da saúde verificou um agravante. Nos livros utilizados para trabalhar saúde com crianças em fase de alfabetização foram encontrados inadequações de conteúdos, metodologias utilizadas e ilustrações apresentadas.

Bittencourt (1996) tratou das práticas de leituras realizadas com o livro didático procurando identificar o papel desempenhado pelo livro didático no processo de aprendizagem da leitura e da escrita como instrumento fundamental para a elaboração do conhecimento escolar, dentro de profundas transformações sociais ocorridas entre 1870 e 1920. Nesta delimitação de tempo, a pesquisadora pode constatar que o livro didático sofria intervenções constantes do poder estabelecido, Estado ou Igreja, devendo os editores e autores, submeterem-se aos programas oficiais escolares. A interferência do poder era regulamentada por legislação e a censura foi uma constante na história dessa literatura. Nesta época também foi verificada uma concepção iluminista sobre o poder da palavra impressa foi assim, dentro deste contexto abordou a iconografia dos livros didáticos, especialmente livros de leitura introduzidos no processo de alfabetização.

Foi verificado também o reforço, a disciplina do corpo no ato de ler. Relata que em vários destes livros de leitura podem ser encontradas cenas de crianças lendo em grupo,

mas, sobretudo individualmente. Suas posturas eram controladas até para segurar o livro e manuseá-lo.

Relatos colhidos pelas autoras, demonstram que muitas vezes o aluno não era devidamente corrigido em sua leitura porque o próprio docente não dominava a leitura plenamente para poder realizar este ato.

Segundo Bittencourt (1996) aprender a ler, no século XIX, significava igualmente aprender a escrever. Este ensino simultâneo, ler e escrever, nem sempre foi um aprendizado usual. A alfabetização teve, como objetivo inicial, desenvolver o conhecimento das verdades da fé cristã, tendo as escolas que se contentarem em formar apenas leitores.

Citando os métodos utilizados para que a alfabetização fosse desenvolvida a autora verificou registros da aplicação do método simultâneo introduzido no decorrer do século XIX. Para ela foi através dele que as crianças aprenderam a reconhecer as letras, dizendo-as em voz alta, juntando-as, identificando as sílabas e ligando-as as palavras com algum significado. O objetivo era levar as crianças a identificação de um código. Por este processo certamente a criança teria acesso à caneta e papel traçando letras maiúsculas e minúsculas.

Bittencourt (1996) atenta para ao fato de que não passava muitas crianças deste estágio, limitando-se a sua escrita a sua assinatura. Saber escrever corretamente, dominando uma caligrafia exigia um ensino mais duradouro associado à disciplina do corpo, das mãos que apenas uma pequena parte da população tinha condição de fazer. É relatado também pela pesquisadora que aprender a ler e a escrever demandava gastos e cabia a família o fornecimento dos objetos de aprendizagem tais como ardósia e tinta para as canetas “de pena” e a partir do século XX os papéis e lápis. Isto fazia, segundo autora, com que boa parte da população pobre fosse impedida de frequentar a escola dificultando ainda mais o processo de aprendizagem da leitura e escrita.

Outro problema verificado foi a falta de paciência dos professores para com os alunos e as punições que aí se produziam. Escrever neste período em sala de aula não era uma atividade criativa, mas sim repetição de temas controlados.

A autora conclui que diante deste contexto, que o livro didático era um instrumento que possibilitava ao aluno dominar a leitura e indiretamente a escrita. Batista, Galvão e Klenke (2002) analisando livros didáticos em Minas Gerais e Pernambuco no período de 1866 A 1956 citam que em 1956 Lourenço Filho inicia a publicação da série Pedrinho e

seus amigos renovando os padrões do livro escolar de leitura substituindo as cartilhas grosseiras ou materiais manuscritos.

Esta pesquisa possui dados semelhantes aos obtidos por Alves (1987) pois dos 110 livros envolvidos na pesquisa, 63 possuem registro de 9 edições, concluindo que a maior parte dos exemplares dos anos de 1940 a 1975 foi publicada pela 1ª vez pelo menos dez anos antes representando estes livros de leitura (subentendido cartilhas) os períodos de 20 a 39 e 40 1959 e 60 a 75. Também aborda dois grandes grupos de livros (séries graduadas e os livros isolados) e dentro da série graduada são citados cinco livros sendo o quinto atribuído a alfabetização de crianças.

Apresenta o detalhe curioso de um livro denominado *Leitura manuscrita* em 1909, este livro possuía diferentes caligrafias. Dentro do mais antigo livro apresentado em Pernambuco foi encontrado modelos de caligrafia para a cópia que era vista como uma importante dimensão do aprendizado da escrita. Com o decreto nº 6.655 some o termo “livros manuscritos” sendo substituído pelo melhor livro adotado.

As discussões trazidas por Alves (1987), Dietzsch (1990), Monhr (1995), Bitencourt (1996) foram em muitas das suas falas semelhantes, trazendo à citação da entrega de livros ou cartilhas de alfabetização pelos autores através do Programa Nacional do Livro didático as escolas.

Nestes livros e cartilhas foi verificado uma limitação do espaço de interlocução não sendo o aluno visto como um ser que apreende a realidade em que vive, ele é ignorado, completamente frente a prática social, como ponto de partida e chegada do processo pedagógico.

O contexto histórico social sendo completamente ignorado, desde a primeira a última edição, leva a pensar na existência de uma criança que além de não pensar e interagir no seu meio fosse a mesma durante dez anos seguidos.

A inadequação de metodologias e gravuras para o processo de aprendizagem dentro da alfabetização também é verificado. Houve estudos também que comprovaram o livro como instrumento fundamental para a elaboração do conhecimento escolar sofrendo intervenções constantes do poder estabelecido tanto que foram as verdades da fé cristão que o iniciou. Os demais autores Galvão e Klenle (2002) se detiveram em fatos históricos.



### 6.3- Alfabetização

Neste foco foram colocados todos os textos que trouxesse a palavra alfabetização, diretamente no título.

Maluf (1987) tem a alfabetização como um processo, ainda que iniciado intencionalmente na escola, começa de fato, com as primeiras leituras feitas pela criança do mundo, desde que nasce. Este conhecimento vai se consolidando nas quatro primeiras séries e continuando por toda a vida. Trabalha a alfabetização apoiada em dados do IBGE apresentando números que indicam que o ano de 1984 foi registrado a existência de 111.426.700 brasileiros com mais de cinco anos de idade e destes 30.254.205 não haviam sido alfabetizados.

Para o ano de 1982, relata que 21.773.750 milhões de pessoas com mais de sete anos nunca haviam freqüentado o ensino regular. Em sua maioria foram apresentada como preta, parda e renda igual ou abaixo de três salários mínimos.

Discute com esses dados a necessidade de se acabar com o analfabetismo nativo, pois segundo Maluf (1987) é através do código escrito, indecifrável para o analfabeto que a lei declara que os cidadãos são iguais perante ela.

Constatou que poder ler e escrever se constituiu em estratégia de melhoria de vida e em condição facilitadora da organização política dos indivíduos.

Para ela uma adequada solução viria da discussão da questão da alfabetização na pré - escola os conceitos e preconceitos ai embutidos.

Diz ter pessoas em dois opostos. Tanto quanto do sim como do não. Por isso, sua abordagem limita-se a ver a questão da alfabetização na pré - escola como um fato social, sujeito aos movimentos da história e da sociedade, defendendo o papel de que a pré-escola brasileira tem, no momento presente, um papel fundamental a desempenhar na luta contra o analfabetismo. Ela proporcionaria a estimulação visual com o sistema gráfico, a interação cooperativa fornecendo a comunicação, a possibilidade de representar a sua fala significativa através da escrita e a oportunidade de manuseio espontâneo de símbolos gráficos significativos (principalmente a aquela criança sem as mínimas condições sócio - econômicas com pais analfabetos dentro de casa).

Acredita Maluf (1987) que a pré - escola exerceria um importante papel oferecendo modelos e solicitando mudanças no sistema escolar, ao menos em nível de primeira série. A autora acredita ser necessário pensar nessa parceria pré/ primeira série tendo em vista

que os dados em 1985 mostraram que 1.233.000 crianças de 6 anos de idade estarão matriculados na pré- escola em 1986 correspondendo segundo ela a 39% da população daquela faixa etária.

Garcia (1987), estudando as professoras alfabetizadoras, questiona baseada em resultados da sua pesquisa, ser responsabilidade delas, o fracasso escolar dos alunos atribuído normalmente às mesmas.

Constatou em sua pesquisa que existe na verdade um processo de descrédito à professora, desde as condições de trabalho que lhe são oferecidas: ridículos salários, formação deficiente, expectativa em relação a seu desempenho profissional, orientações escritas no guia de professores de cartilhas publicadas as quais consideram o professor um completo ser não pensante, fornecendo então todos os passos a serem realizados em salas de aula.

Todos esses elementos, segundo a pesquisadora, formariam a tal incompetência atribuída à profissional da área.

Relata que, apesar de tudo, esta mesma profissional constrói sua competência quando luta por melhores condições de vida.

Também analisa que a maioria destas professoras são recém - formadas, malformadas e freqüentaram a disciplina de didática com um profissional que nunca entrou numa sala de primeira série para alfabetizar.

Relata a existência de cursos de pedagogia onde jamais foi abordada a alfabetização num enfoque sócio - político.

Garcia (1987) justifica, então, a razão de a alfabetização muitas vezes sofrer o reducionismo de sua abordagem, sendo limitada a aspectos metodológicos ou técnicos e ser trabalhada nos cursos de formação de professores através da idéia de que o sucesso da alfabetização reside no uso da melhor cartilha.

Assim, ressalta a autora, a professora desacreditada na sua capacidade de pensar e criar desacreditará também na capacidade de seus alunos construir conhecimentos, produzirem textos ou os lerem.

Apresenta, depois de todo este enfoque, que de cada mil crianças que entram na 1º série, apenas 550 passam para a 2º série no final do ano; o que a autora acha e descreve ser mais estranho, é que as crianças retidas na primeira série repetem de duas a nove vezes a 1º série, saindo da escola sem saber sequer ler e escrever.

Outra questão levantada pela autora é a necessidade que se tem de “métodos de alfabetização” fazendo com que a mesma seja vista como mero conjunto de técnicas

perceptivo - motoras, desconsiderando o fato de que além de habilidades perceptivas, há uma competência lingüística e capacidades cognitivas que devem ser consideradas quando uma criança se alfabetiza.

A autora verificou, estudando métodos, que possuem uma grande inconsistência teórica, chegando alguns à produção de uma miscelânea metodológica, pois professores alfabetizadores ignoram que os pressupostos teórico - epistemológicos de diferentes métodos são muitas vezes conflitantes, por se basearem em correntes psicológicas e teorias de aprendizagem que se opõem.

Nesta confusão de conceitos, também são erroneamente interpretados, segundo a autora, os processos de aprendizagem. Aborda que crianças diferentes possuem tempos diferentes, aprendendo diferentemente. Entretanto, isso nunca é levado em conta nas cartilhas, pois estas apresentam um mundo desinteressante, habitado por pessoas idiotizadas, onde animais e objetos são introduzidos artificialmente, apenas pela necessidade de apresentação de todos os fonemas, dígrafos, encontros consonantais e o que mais seja para que uma criança seja considerada um ser alfabetizado.

Também pressupõem momentos estanques na alfabetização apresentando uma visão unívoca de homem e mundo. Ressalta que todas as cartilhas possuem período preparatório.

Afirma que frente a toda essa realidade, nossas crianças não aprendem a ler, sendo treinadas na identificação de letras, sílabas, palavras e frases, não aprendendo a escrever, mas sim são sujeitadas a treinar a copiar e a juntar as letras, sílabas, palavras e frases, sem qualquer preocupação com o que é função da escrita. Não vêm a expressão como comunicação de idéias, impressões, sentimentos e conhecimentos.

Freitag (1990) interessado em analisar se diferentes programas de alfabetização, empregados nos primeiros anos de escolaridade infantil, repercutem diferentemente sobre a psicogênese estabeleceu em seu estudo uma relação entre psicogênese e o rendimento escolar da escrita, leitura e aritmética.

Este estudo longitudinal fez parte de uma pesquisa mais ampla denominada Alfabetização e Linguagem realizada no ano de 1985 e partiu do ano letivo de 1986.

Esta pesquisa, da qual fizeram parte 300 crianças do Distrito Federal (área urbana) e de Goiás (área rural), incluiu testes piagetianos (de linguagem, moralidade e pensamento lógico).

Assim, nos apresenta um estudo longitudinal com 20 destas trezentas alunas previamente apresentadas, analisando o impacto de dois programas de alfabetização sobre a psicogênese.

Acompanhou alunos desde a matrícula na 1º série até a 3º série em escolas públicas de Ceilândia (Brasília), durante o período de três anos incluso o período de recuperação.

A pesquisa envolveu o período de 1985 a 1987. Foram dois os programas analisados por Freitag (1990). O primeiro analisou livros didáticos de orientação skinneriana (método tradicional) e o segundo, sem a adoção de livros (método experimental), parte de frases criadas pelas crianças induzidas pela professora.

A autora conclui em seu estudo, que o primeiro programa apresentava vantagens face ao experimental, promovendo tanto a psicogênese quanto o rendimento escolar. A sua superioridade, adveio ao fato de que o programa utilizado dependeu menos do professor que o programa experimental, revelando-se mais apropriado para um contexto escolar caracterizado pela alta rotatividade e pelo absenteísmo do professor.

Freitag (1990) assim como os demais pesquisadores do Programa do Livro Didático do Ensino Fundamental, realizado pelo governo federal na década de 80, relatou que as cidades – satélite de Brasília, inclusive Ceilândia, beneficiaram-se desse programa a partir de sua implementação.

Cita que todos os alunos possuíam livro para sua utilização e que a amostra de 10 alunos submetidos ao método tradicional utilizou a Cartilha Caminho Suave de Branca Alves.

Explica, então, o método inserido neste livro didático detalhando o método silábico.

Conclui seu trabalho dizendo que o estudo longitudinal realizado, controlando o desenvolvimento psicogenético de 20 crianças, permitiu descartar a hipótese de que o baixo rendimento escolar das crianças tenha sido devido a deficiências cognitivas das mesmas. Segundo o estudo, o programa tradicional demonstrou-se superior. Mas o autor lembra que aplaudir este seria uma falácia, indicando o fluxo excessivo de professores, durante o ano escolar, como verdadeiro culpado pelo fracasso. As crianças cumpriram sua parte, segundo o estudo, desenvolvendo os instrumentos cognitivos para processamento de informações apresentadas. Já as instituições, não cumpriram sua parte permitindo a rotatividade dos professores e a mudança de métodos em situações inapropriadas.

Freitag (1990) expõe que as técnicas de leitura e escrita não intervieram na organização do pensamento nos primeiros estágios da psicogênese; já no estágio das operações concretas e operações formais, a leitura e a escrita são indispensáveis para organizar os patamares do pensamento hipotético dedutivo, assegurando a autonomia do julgamento.

Espósito (1992) a pedido da revista *Cadernos de Pesquisa*, fez uma análise crítica dos estudos e ensaios publicados sobre o tema da alfabetização.

Cita os trabalhos importantíssimos da área realizados por Magda Soares nos anos de 1985 e 1989. Posteriormente, afirma que a década de 70 neste Caderno voltou os estudos em alfabetização exclusivamente para as facetas psicológicas e pedagógicas do processo de alfabetização. Na década de 80, mais a partir de 1985, a pesquisadora informa que os textos se diversificaram na área da aprendizagem da leitura e da escrita ganhando os aportes e contribuições de investigações conduzidas no interior de diferentes áreas do conhecimento, tais como a Psicologia Cognitiva, Lingüística, Sociolingüística e a Sociologia. Como alguns de seus textos estão na presente pesquisa, eles não serão novamente citados.

Espósito (1992) conclui seu trabalho afirmando que o grande desafio da década de 90 na área de alfabetização seria o de chegar a uma teoria coerente que articule e integre as várias facetas desse processo e que se construa de forma contextualizada social e culturalmente, tendo como norte uma postura política que resgate seu verdadeiro significado.

Gatti, Silva e Espósito (1990) apresentam as taxas de analfabetismo no país até 1987, com substanciais diferenças em cada região. Segundo estas pesquisadoras, estas taxas estão diretamente ligadas ao atendimento das redes de ensino básico, cuja expansão qualitativa nas décadas de 40 e 50 mostra certo declínio nas últimas décadas.

Para elas, o desafio não é a entrada na escola e sim a permanência dentro dela. Dizem que erradicar o analfabetismo e o semi – analfabetismo se impõe como uma revolução necessária na política educacional, para a qual a mobilização política e social é importantíssima. Associam a quantidade de analfabetos ao contexto sócio- político e econômico do país.

Apoiadas nos dados da PNAD 87 apresentam os seguintes dados: somente 25% das pessoas com 10 anos ou mais de idade chegaram a completar no máximo um ano de estudos, 34% para quem chegou a dois anos de estudos e 37% dos brasileiros com 10 anos e mais de idade não têm instrução nenhuma ou têm menos de um ano de estudos.

Acreditam que existe muita complacência dentro da sociedade dos alfabetizados em considerar alfabetizada uma pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples. Para elas, deveria ser adotado um critério mais rigoroso, incluindo entre os alfabetizados apenas os indivíduos com quatro anos de ensino básico e, portanto, não sujeitos a regressões no processo de alfabetização.

Assim, seria constatado que 43% da população de 10 anos ou mais de idade não atingiria, segundo as pesquisadoras esse patamar sendo que no nordeste o índice seria de 64%.

As pesquisadoras apresentam uma tabela das taxas de analfabetismo, por faixa etária, nos censos de 1940 a 1980 e estimativa para 87 no Brasil. Segundo esta tabela, baseada em dados do IBGE, entre 10 e 14 anos as taxas de analfabetismo diminuíram indo de 60,2% em 1940, para 56,3% em 1950, 38,3 em 1960, 27,1 % em 1970, 22,3% em 1980 e 17,0 de estimativa para o ano de 1987.

Para a primeira série, também apresentam o crescimento das matrículas no ensino de 1º grau no Brasil entre os anos de 1950 a 1985. Para 1950, apresentam dois milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e duas crianças matriculadas na primeira série indo para três milhões, novecentos e cinquenta mil, quinhentos e quatro crianças matriculadas também na primeira série, verificando aí um percentual de 60,7% de aumento de uma década para a outra.

No ano de 1970, apresentam cinco milhões, setecentos e noventa mil, oitocentos e dezesseis matriculados com um percentual em relação ao ano anterior de 46,6% de crescimento.

O ano de 1980 apresentou, segundo as pesquisadoras, o número de sete milhões, oito mil, setecentos e oitenta e oito matriculados, inserindo aí um aumento de 21,4% em relação à década anterior. Fecham a tabela mostrando que em 1985 o total de matrículas foi de seis milhões, setecentos e quarenta e cinco mil, cento e noventa e dois, apresentando um saldo negativo de 3,7% em relação às matrículas do ano anterior.

Todo esse aumento percentual no número de crianças matriculadas na primeira série é devido à expansão do ensino básico promovido pelo governo federal. Os autores também dizem que, apesar do aumento, o índice ainda é menor do que o aumento verificado entre outros níveis de ensino.

Associam também este crescimento a industrialização de grandes centros urbanos. Segundo Gatti, Silva e Espósito (1990), a década de 80 foi marcada não pelo acesso da criança à escola, pois isto já acontecia, mas sim pela repetência continuada nas primeiras

séries do 1º grau. Apoiadas em Fletcher e Ribeiro (1987), analisaram a distorção idade-série, verificando que é a repetência na primeira série do primeiro grau o principal responsável pelo atraso na idade do sistema de primeiro grau, sendo que o quadro de evasão não se dá na primeira série, acontecendo nas duas séries subseqüentes.

Gatti, Silva e Espósito (1990) nos apresentam uma tabela apoiada em dados coletados pelo IBGE e Unicef dizendo que a porcentagem de crianças e jovens de 10 a 14 anos, segundo o número de anos de estudo e grupos de idade, no Brasil entre os anos de 1981 e 1986, são respectivamente 22,5 e 17,4 aumentando para 48,0 e 49,09 de um a três anos de estudo chegando 0,3 e 0,5 com oito anos de estudo na pesquisa analisada.

Com isto, mais uma vez afirmam que a entrada não garante a permanência de crianças na escola. Continuam apresentando dados que demonstram a seriedade do estado da alfabetização no Brasil.

Gatti, Silva e Espósito (1990), apoiadas novamente no IBGE e UNICEF, afirmam que dentre as crianças com 7 anos, que deveriam estar obrigatoriamente matriculadas na 1º série do ensino básico, 23% encontram-se fora da escola. Já dentre as crianças com 9 anos, que deveriam estar cursando a 3º série do 1º grau, se seu percurso escolar transcorresse com certa regularidade, apenas 28% aí se encontravam, sendo que 29% estavam na 2º série com um ano de defasagem, para menos de 28% na 1º série com dois anos de defasagem e 12% sendo considerados evadidos.

Fazem também um cruzamento de freqüência escolar com rendimento familiar. Para o ano de 1986 foi verificado que nas faixas de renda familiar mais baixas, 25% das crianças de 7 a 9 anos, nunca freqüentaram escola, e dentre as de 10 a 14 anos, 13% encontravam-se nesta mesma condição.

Concluem dizendo que 33%, ou 1/3 das crianças brasileiras de 7 a 14 anos, estão fora da escola.

Colello (1993) resgatou o significado do fazer corporal no desenvolvimento infantil. Se ao lado do treinamento motor, o movimento humano for considerado como uma forma de linguagem, manifestação afetiva e cognitiva, é possível segundo esta pesquisadora reintegrar o corpo no processo de aprendizagem e na apropriação da linguagem escrita.

Afirma que mais do que garantir a sua dimensão figurativa, a vivência motora assegura a formação do interlocutor, que é indispensável na expressão da escrita.

Conclui falando dos benefícios conquistados pela educação de corpo inteiro, e a interferência positiva no processo de alfabetização, incluso ai dimensões figurativas

(caligrafia, posição das letras e disposição do traçado no papel) e construtiva da escrita (compreensão de seu significado e funcionamento).

Segundo ela, é preciso aprender a desenhar as letras, mas antes disso, é preciso aprender a ser interlocutor, um emissor e receptor crítico nas linguagens próprias do ser humano, capaz de se posicionar em cada momento nesse meio tão dinâmico que é a sociedade na qual estamos inseridos.

Do ponto de vista da pesquisadora, o ato e significado da escrita, uma das mais belas formas de comunicação, só é possível enquanto continuidade de um longo processo expressivo, iniciado muito antes do conhecimento das letras e palavras.

Leite e Souza (1995) pretendem descrever e analisar as concepções de alfabetização, leitura, escrita, texto e linguagem das alunas e professoras que são transmitidas dentro dos cursos de Habilitação para o Magistério, da rede estadual de ensino de Campinas. Analisaram cinco, das sete escolas públicas de Campinas que oferecem o curso de Habilitação Específica para o Magistério.

Dessas escolas, a amostra foi de 32 alunas do 4º Ano, sendo 18 do período diurno e 14 do noturno. Seis professoras da disciplina Conteúdos Metodológicos da Língua Portuguesa (que pelo programa envolve a questão da alfabetização) também fizeram parte da amostra.

A pesquisa foi estruturada em entrevistas que seguiam um roteiro básico de doze questões e preenchimento de um questionário para caracterização da amostra da população envolvida na pesquisa.

Segundo os dados colhidos por estes pesquisadores, a maioria das alunas do 4º ano dos cursos, bem como os docentes da disciplina analisados, ainda apresentam concepções de alfabetização consideradas dentro das tradicionais.

As únicas alunas e professoras que assim não o responderam, dentro desta pesquisa, foram as pertencentes ao CEFAM.

O aspecto mais preocupante, para estes pesquisadores, são os dados obtidos na pesquisa indicando que existe um despreparo, da maioria das alunas que concluem o curso de Habilitação para o magistério, quando o foco é alfabetização. Isto mostrou que existiu uma defasagem, teórico pedagógica, dos cursos com relação ao tema.

Partindo desta verificação, os autores, levantaram a importância do profissional da disciplina de Conteúdos Metodológicos da Língua Portuguesa para a criação da concepção de alfabetização por parte das alunas, cabendo a Secretaria de Educação a responsabilidade da reciclagem destes professores.



Na discussão realizada pelos autores, estes também nos apresentam que o documento da Secretaria de Educação publicado em 1981, Subsídios para a implantação do guia curricular de Língua Português para o primeiro grau, apresenta a concepção dita tradicional com o trabalho de alfabetização baseado na cartilha, iniciando pelas vogais isoladas e seguindo-se com as famílias silábicas.

Variações lingüísticas, segundo eles, não são apresentadas neste documento e afirmam ser os procedimentos de apresentação dos conteúdos ortográficos infantilizados, confundindo inclusive o conceito de grafema / fonema.

Neste documento é verificado que a linguagem escrita é vista como espelho da linguagem oral existindo nele uma grande preocupação com os erros ortográficos.

Além de todas estas características, os autores verificaram a presença de atividades descontextualizadas que enfatizam apenas os aspectos mecânicos da leitura e da escrita.

Após esta análise mostram as mudanças apresentadas no documento publicado pela CENP no ano de 1991 "Proposta Curricular para o ensino de primeiro grau". Neste documento os autores dizem haver uma preocupação com os objetivos voltando-o para a compreensão da base alfabética do sistema de escrita, leitura e produção de diversos tipos de texto, além de ser citado a necessidade do domínio por parte do aluno das convenções fixas e externas ao sistema de representação da linguagem escrita.

Leite e Souza (1995) dizem que assim o processo de alfabetização passa a ser assumido com ênfase nos seus aspectos de funcionalidade e contextualização. Analisam o caráter simbólico da escrita, sendo esta identificada como um instrumento de transmissão de idéias, emoções, informações como também seu aspecto funcional e os usos sociais embutido.

À parte das convenções, devem ser desenvolvidas gradualmente conforme seja realizada a relação funcional e contextualizada entre o sujeito e o objeto de conhecimento, já que o texto passa a ser o ponto de partida e de chegada do processo de alfabetização.

Os pesquisadores afirmam que uma das principais características dessa concepção refere-se ao fato de partir dos padrões de linguagem oral e escrita que a criança traz para a escola, desenvolvendo a partir daí a consciência sobre as variações dialetais e a percepção da necessidade do domínio da norma - padrão. Os autores, dizem, para este documento, que somente foi considerado alfabetizado, o indivíduo que compreende o que lê e sabe se expressar tanto pela escrita, quanto oralmente, devendo ser valorizado nas suas formas de expressão.

Silva e Lomônaco (1990) coletaram dados durante o desenvolvimento de um projeto com professoras alfabetizadoras, coordenado pelo Centro de Pesquisa para Educação e Cultura – CENPEC onde trabalhavam com o programa de Leitura e Escrita elaborado dentro de uma perspectiva sócio - interacionista.

Selecionaram depoimentos e relatos de um grupo de nove professoras alfabetizadoras em escolas Públicas da grande São Paulo buscando desvendar, apoiadas na teoria de Habermas, sobre que bases pode ter sido construída a identidade do papel de professor.

Vinculadas a seis, diferentes escola, abrangendo então um total de aproximadamente 320 crianças o projeto foi realizado através de reuniões semanais com as professoras e observações em sala de aula no decorrer do ano de 1989. Tudo foi feito com o objetivo de propiciar a reflexão da prática de sala de aula, problematizando temas, e possibilitando o questionamento do próprio papel do professor, mobilizando-o para a troca de conhecimentos e experiências. Estes professores forneceram depoimentos descritos através de questionários e entrevistas realizados ao longo do ano e sua análise permitiu a constatação por parte de Silva e Lomônaco (1990) que as reflexões da professora ainda são muito centralizadas em sua prática imediata sendo verificando que todas elas possuem a dificuldade em se expressar e colocar de modo mais formal suas concepções acerca da situação da educação, da escola e de sua ação docente possuindo uma visão difusa e fragmentada da prática pedagógica.

Em sua análise sugerem a necessidade de que professores, transcendendo a esfera do privado, construam uma identidade na interação com seus pares. Insistem na importância da formação na interação com seus pares, valorizando o trabalho grupal para a interação de professores, em escolas onde a direção e a coordenação pedagógica assumam, conjuntamente, um compromisso com um projeto educacional e sua clientela.

Macedo (2000) focaliza a alfabetização na África vendo a alfabetização como um conjunto de práticas que atuam quer para dar poder, quer para marginalizar as pessoas. Ele analisa a alfabetização como instrumento de reprodução das formações sociais existentes, ou como um conjunto de práticas culturais que promovam a mudança democrática e emancipadora examinado em detalhes, os programas de alfabetização à luz das teorias da produção e da reprodução cultural.

O autor também defende com vigor a utilização da linguagem dos educandos como pré-requisito para o desenvolvimento de qualquer campanha de alfabetização que pretenda

servir como meio para chegar-se a uma apropriação crítica da própria cultura, da própria história e de uma pedagogia emancipadora.

Macedo (2000) afirma que para a idéia de alfabetização ganhar significado, deve estar situada em uma teoria de produção cultural sendo encarada como parte integrante do modo pela qual as pessoas produzem, transformam e reproduzem significados.

A alfabetização para ele deve também ser vista como um meio que contribui tanto para a produção, como para reprodução, das experiências culturais de determinados grupos sociais. Daí a justificativa para a afirmação do autor que a alfabetização é um fenômeno eminentemente político e deve ser analisada no contexto de uma teoria de relações de poder e de uma compreensão da reprodução e da produção social e cultural.

Em seu artigo, analisa diversas abordagens da alfabetização, as abordagens filiadas à escola positivista e vinculadas ao processo de reprodução cultural. Posteriormente analisa o papel da língua no processo de reprodução e finalmente analisa a única abordagem da alfabetização que segundo ele seja compatível com a construção de uma sociedade democrática alicerçada na dinâmica da produção cultural animada pela pedagogia radical. O autor apresenta a constatação em sua pesquisa que apesar do ensino português propiciar o acesso aos postos de poder político e econômico para o alto escalão da sociedade africana, ele exclui a maior parte das massas, que não conseguem aprender o português suficientemente bem para adquirir a alfabetização necessária para progredir social, econômica e politicamente.

Goulart (2000) apresenta um estudo do processo de produção de textos escritos, vivenciado por dez crianças de seis anos, em uma classe de alfabetização. Ela tem verificado que o trabalho pedagógico realizado nas classes de alfabetização, em geral, não tem se mostrado suficiente para formar leitores e escritores pacientes. Existe uma decodificação generalizada de letras em sons e sons em letras sem haja a produção do sentido nestas atividades. Diz ser a alfabetização sempre pautada em um método regulado pela escolha de uma unidade lingüística básica, guiados por um critério de gradação de fonemas e de padrão silábico.

Afirma que no geral a língua escrita é considerado um código de transcrição da língua oral como se houvesse um isomorfismo entre estruturas sonoras e escritas. Lembra que é importante observarmos que desafios cognitivos diferenciados se colocam dependendo da forma trabalhada.

O trabalho pedagógico, realizado pela professora analisada, tem relevância teórica e metodológica para o estudo por ela realizado. Dois objetivos foram pela pesquisadora

definidos: (i) caracterizar as estratégias utilizadas pelas crianças para se aproximarem das convenções do sistema de escrita, notadamente, o princípio alfabético e a segmentação do texto em palavras; e (ii) caracterizar a atividade de elaboração e reelaboração do conhecimento lingüístico, evidenciando a atividade epilingüística das crianças e deixando emergir o sujeito da/na linguagem.

A pesquisadora analisou 115 textos, produzidos ao longo de um semestre utilizando uma metodologia de investigação indiciária, com base em Ginzburg (1989). A análise dos dados obtidos, apontou estratégias singulares e estratégias comuns de aproximação do sistema de escrita pelas crianças.

Goulart (2000) verificou atividade epilingüística se manifestando durante todo o período estudado, em vários níveis concluindo que o percurso de produção dos textos escritos é próprio de cada sujeito: o processo funda-se na escrita social e converge para a escrita social por caminhos singulares.

Afirma que em relação às crianças existem muitos fatores determinando uma compreensão maior ou menor da língua escrita. Seu estudo evidenciou que o movimento em direção às características da escrita em língua portuguesa vistas nos textos socialmente significativos fez com que as crianças criassem diversas estratégias e hipóteses muito importantes para a criação de seus próprios textos.

Carmo e Chaves (2001) apresentam resultados da análise das concepções de aprendizagem, construídas por uma alfabetizadora da rede pública, durante sua formação acadêmica e sua prática pedagógica.

Segundo eles próprios, a abordagem utilizada é a etnográfica, levantando dados mediante observações em sala de aula (e seus respectivos diários de campos), entrevistas gravadas, relatórios e anotações pessoais da docente.

Afirmam chegar à conclusão de que essa alfabetizadora fundamentou suas práticas em teorias diversas, principalmente em pressupostos psicogenéticos, apoiando-se também em alguns aspectos básicos do Behaviorismo e do Humanismo. Isto segundo Carmo e Chaves (2001) indicou que a formação teórica ganhou importância em sua vida profissional e lhe possibilitou a aplicação desses conhecimentos em suas práticas cotidianas.

Magalhães (1996) traça as linhas de investigação em História da alfabetização em Portugal, discutindo todo o caminho por ela traçada.

Chartier (1998) analisando a França acredita que para saber como os professores foram formados para alfabetizar, é necessário explicitar o tipo de demanda social e ver

como sua evolução transformou a maneira de ensinar, na tentativa de responder a essa demanda. Busca saber que tipo de jovem leitor cada professor procurou formar em diferentes épocas e interroga sobre o tipo de leitor que o método por ele utilizado pretende formar. Conclui seu artigo afirmando que a alfabetização infantil mostra-se hoje em um processo longo e lento, indo de se aprender em um ano, como acontecia antigamente, para três quatro anos devido a mudança da ênfase da decifração para a compreensão dos textos e da capacidade de grafar a produção de textos escritos. Afirma que o ponto decisivo do aprendizado atualmente não é mais a leitura mas sim a escrita pois sem ela não se obtêm uma escolarização prolongada e a autonomia social dos adultos no espaço político e econômico das sociedades desenvolvidas.

Correra e Lean (1999) examinam narrativas de criança de primeira série, que estavam passando pelo processo de alfabetização com dificuldades. Estas, crianças eram vindas de famílias de baixa renda e freqüentaram escola pública no Rio de Janeiro.

Produziram narrativas focando dois temas. Um se referia à descrição da rotina escolar o outro a atividades ligadas a leitura e a escrita, sem relatar o seu processo pessoal de desenvolvimento inserido na história. Fora isso também temos Goulart e Kramer (2002) fazendo uma retrospectiva dos trabalhos realizados na ANPED sobre alfabetização.

Podemos verificar neste tópico os dados do IBGE são novamente valorizados por Maluf (1987), Gatti, Silva e Espósito (1990), Fletcher e Ribeiro(1987) .

Para a alfabetização temos Maluf (1987) defendendo o fim do analfabetismo nativo e a alfabetização como sendo fato social, sujeito aos movimentos históricos tendo dentro deste contexto a pré –escola um importante papel. Leite e Souza(1995) defendem concepções de alfabetização passadas em cursos do magistério. Goulart (2000) analisando o processo de produção de textos escritos.

Para professoras alfabetizadoras, temos Garcia (1987) focalizando o descrédito atribuído a professora inclusive este podendo ser verificado em guias de orientações vindos em cartilhas onde o professor é considerado um ser não pensante. Falando de professores alfabetizadores, também é focalizado a má formação dos mesmos dizendo terem sido formadas sem que a alfabetização uma das vezes tenha sido apresentada com um enfoque sócio político. São acompanhados posteriormente de Silva e Lomônaco

(1990) que analisam os professores alfabetizadores para saber sobre que bases (baseados na teoria de Habermas) podem ter sido construídas a identidade do papel de professor.

Métodos também são focalizados. Garcia (1987) fala que a alfabetização é vista como um mero conjunto de técnicas perceptivo - motoras.

Programas de alfabetização e livro didático possuem Freitag (1990) como representante da discussão.

Correa e Lean (1999) examinam as narrativas de criança de primeira série que estão passando pelo processo de alfabetização. Entrevistam 38 crianças vindas de famílias de baixa renda e que freqüentam escola pública no Rio de Janeiro. As crianças que passaram por dificuldades no processo de alfabetização produziram narrativas que se referiram à descrição da rotina escolar ou de atividade ligada a leitura e a escrita, sem relatar o seu processo pessoal de desenvolvimento inserido na história. Estes pesquisadores perceberam também que em questão de gênero as mulheres possuíram um desempenho muito melhor do que os meninos sendo promovidas em maior número para a segunda série. Fora isso também temos Goulart e Kramer (2002) fazendo uma retrospectiva dos trabalhos realizados na ANPEd sobre alfabetização.

#### **6.4-Educação Infantil**

Neste foco foram colocados todos os textos que tratassem da Educação Infantil e que discutissem alfabetização infantil.

Campos e Haddad (1992) revisam artigos publicados no Caderno de Pesquisa. Citam que para a área de alfabetização infantil, no ano de 1971 houve, dentro do segundo número da revista, um espaço inteiramente dedicado as pesquisas de Ana Maria Popovic. Esta pesquisadora investigou a alfabetização de crianças de 6 anos de idade que freqüentavam uma pré - escola pública.

As pesquisadoras afirmam que apesar da crescente influência das pesquisas de Emília Ferreiro sobre a produção da escrita, o processo de alfabetização é discutido, na maioria das vezes, como se só ocorresse a partir da 1º série.

Campos e Haddad (1992) lembram que dentro de uma concepção construtivista, o processo de desenvolvimento e maturação se inicia, na criança, muito antes dos 7 anos, quando a escola brasileira prevê o ensino obrigatório. As pesquisadoras citam Kramer e Abramovay (1985) dizendo que as mesmas hesitam em assumir claramente esta posição

em seu artigo “Alfabetização na pré escola: exigência ou necessidade” como se o contraponto da exclusão da pré - escola da discussão sobre alfabetização fosse a exclusão da alfabetização da educação pré - escolar.

A autora também fala que em outros países como a Argentina e Chile as pesquisas que procuram analisar os efeitos da frequência a pré - escolas no desempenho de alunos de 1º série levam em conta fatores como características da pré - escola, tipo de avaliação utilizado.

Ana Maria Poppovic é novamente citada pela autora e indicada como a líder do grupo precursor dos estudos sobre crianças menores de 7 anos. A preocupação se voltava para o desenvolvimento cognitivo infantil estreitamente voltado para a alfabetização, procurando identificar fatores que estariam interferindo nos problemas apresentados pelas crianças no início de sua alfabetização.

Campos e Haddad (1992) perceberam durante a construção histórica da alfabetização, uma mudança na ênfase colocada nas pré - condições individuais das crianças, para uns focos voltados a fatores sociais e culturais que estariam condicionando este desenvolvimento individual.

Rosemberg (1996) aborda em seu artigo a disfunção idade / série para a creche e a pré- escola. Dizem ser expressivo o número de crianças com mais de 7 anos freqüentando creches e pré -escolas.

Apoiada no PNADs a pesquisadora nos diz que 1,1 milhão de crianças que deveriam freqüentar o 1º grau, encontram-se ainda em creches e pré - escolas. A autora denomina isto de morte educacional e completa fornecendo dados obtidos pelo MEC em 1995 relatando que existem equipamentos de educação infantil formais e públicos com crianças, freqüentando as denominadas classes de alfabetização, destinadas a aprendizagem da leitura e escrita permanecendo aí até serem alfabetizadas, repetindo a pré - escola quantos anos forem necessários para se alfabetizarem.

Afirmam que esta atitude, é um modo de Estados ostentarem níveis reduzidos de repetência na 1º série do 1º grau, pois esta diminuição é camuflada pela repetência na pré-escola. Outra medida utilizada e verificada foi a institucionalização em algumas redes oficiais, do “vestibulinho” para entrada no primeiro grau da rede pública.

Nicolau (1997) realizou um estudo sobre a escrita e a alfabetização de diversos autores. Encontrou em sua pesquisa resultados obtidos com crianças de seis anos juntamente com a prontidão de crianças de 4,5 e 6 anos para a alfabetização.

Para ele, prontidão refere-se a um estado de alerta, de interesse duradouro e pleno para interagir com o material simbólico da alfabetização.

Ele verificou como crianças processavam as suas respostas no nível afetivo - social, psicomotor e cognitivo, observando, no próprio ambiente escolar, suas manifestações das potencialidades, habilidades e possíveis influências sobre as concepções que as crianças construía sobre a escrita.

Assim analisou o desempenho da linguagem verbal e não - verbal, a manifestação de habilidades psicomotoras, orientação espaço temporal, percepção lateralidade e esquema corporal baseado em Moraes (1996), concepções de escrita e suas representações baseado em Ferreiro (1987) e ao desempenho no teste ABC de Filho (1967).

Concluiu que a classe social não foi causa suficiente para explicar positiva ou negativamente o desempenho infantil e que o nível de auto estima, as condições do processo de socialização, a idade, o trabalho pedagógico da creche, foram verificados como responsáveis pelo desempenho das crianças.

Maria e Linhares (1999) falando de crianças com problemas de aprendizagem e deficiência mental leve, afirmam que muitas vezes essas crianças são encaminhadas a uma classe especial de ensino com base em determinações legais, considerando os deficientes mentais educáveis (grau leve) alunos que podem ser alfabetizados seguindo o programa curricular adaptado às suas condições pessoais, alcançando ajustamento social e ocupacional na idade adulta, independência econômica parcial ou total.

Fonseca (1988) apresentou um relato de seus estudos acadêmicos na USP, sendo estes sua dissertação de mestrado, doutorado e início da tese de Livre - docência. Fala de sua preocupação com a exclusão e da repetência no nosso sistema escolar dizendo que constatou em seus estudos que mais ou menos metade das crianças que ingressam a primeira série do primeiro grau não consegue passar para a segunda série.

Uma revisão sobre artigos em alfabetização, como podemos ver - dentro dos artigos publicados no caderno de pesquisa - foi realizado por Campos e Haddad (1992). Nicolau (1997) foca a prontidão buscando verificar resposta no nível afetivo - social, psicomotor e cognitivo analisando o desempenho da linguagem verbal e não verbal a manifestações psicomotoras, orientação espaço temporal, percepção, lateralidade e esquema corporal para a alfabetização. Crianças com problemas de aprendizagem e deficiência mental leve frente a alfabetização, são discutidas por Maria e Linhares (1999)



e mais uma vez podemos verificar a importância de dados coletados pelo IBGE quando Fonseca(1988) cita trabalhos realizados utilizando-se destes dados tais como Rosemberg (1996) quando analisando a disfunção idade série para a creche e a pré escola se apoia. Esta pesquisadora além dos dados fornecidos pelo IBGE, se apoia também em dados fornecidos pelo PNADs.

### **6.5- Leitura**

Neste foco foram colocados todos os autores que de alguma forma relacionaram alfabetização e leitura.

Através do foco da leitura temos uma retrospectiva histórica feita por Moysés (1994).

O autor lembrou que a República necessitava de um cidadão alfabetizado e que a realidade do século XIX configurava um quadro bastante diferente dos atuais em alfabetização.

Segundo ele a Constituição de 1824 proibia o acesso à Educação aos pretos, negros e crioulos levando a precariedade os índices de alfabetização. Por isso, o perfil específico no século XIX é muito pouco estudado na sua história de alfabetização.

Afirmou que em 1872, os registros oficiais na Bahia, mostraram que 30% das crianças brancas já eram escolarizadas, nada se referindo a crianças negras. Apenas a existência de dados referentes a proibição de sua presença nas escolas religiosas, foi registrado no início do século XIX.

Park (1996) dentro desta perspectiva, focalizou a história pelos almanaques mostrando que a passagem de um modelo de sociedade agrária , para um modelo industrial desenvolvimentista, fez a alfabetização torna-se algo necessário.

Boto (2004) identificou o lugar social ocupado pela cartilha de primeira leitura nos usos e costumes da história, da moderna escolarização primária.

Averiguou o entrecruzamento entre o livro didático e as práticas da escola primária, mediante a clivagem analítica do campo da História da Educação, destacando o contexto do letramento como alternativa para a oralidade do mundo infantil.

Com tal pressuposto, o trabalho por ela desenvolvido debruça-se sobre a produção didática de um intelectual português de meados do século XIX, Francisco Júlio Caldas Aulete, abordando especificamente a Cartilha nacional de sua autoria.

Segundo a autora, este livro de ensinar a ler e a escrever propôs um ensino, a um só tempo, simultâneo, calcado no aprendizado paralelo da leitura e da escrita; e explicitamente contrário à prática da soletração - o que aproximava o modo de ensino prescrito por Caldas Aulete, da marcha do que posteriormente se caracterizaria como método analítico de alfabetização. Voltou-se a aspectos sócio - históricos de singular relevância, posto que havia ali, um rascunho nítido de um projeto de país: civilidade, civismo e civilização eram os dísticos que norteavam a proposta do ensino no rito inicial da escola primária em Portugal.

Chartier (1993) é traduzido por Daher (1995).

Analisando a leitura, trouxe citações sobre a alfabetização afirmando que a grande classe é aquela onde se aprende a ler.

Para a pesquisadora, ainda hoje, o saber ler é reduzido a esta competência, elementar, mas fundadora, do bom domínio da decifração; e esta pedagogia segundo ela é identificada aos métodos que permitem adquiri-la.

Dentro da etapa de alfabetização mais difícil, a primeira, o método que se pratica massivamente é o silábico. Utilizado desde o começo do século, ou sua versão reformada dos anos 50 (o método misto) faz alguns empréstimos ao método global.

Segundo ela, qualquer que seja o método escolhido, perde-se aí dois anos para o aperfeiçoamento dos automatismos chegando então à leitura corrente do curso, chamado por ela de elementar (tenha dito que a análise é estabelecida na França) não devendo ser mais silábica. Uma importante afirmação sua é de que a leitura não leva a ser um leitor. Para se tornar um, é necessário à entrada no mundo dos diferentes e diversos tipos de textos.

Moysés (1995) mostrou que o século XIX se iniciou em nosso país, marcado por movimentos e ideais de libertação, de formação de uma nação, de instrução, discutidos por aqueles que voltam da Europa.

Relembra que a busca do letramento, como também da instrução, sempre foi considerada pelo ideário republicano condição de cidadania e modernização da nação.

Medeiros e Teixeira (2000) fizeram um estudo de caso pegando seis crianças (indicadas pela professora) de uma sala de aula de 1º série do ensino fundamental, as quais possuíam dificuldades na aquisição do repertório de leitura e escrita.

Estas crianças pertenciam a um histórico de fracasso escolar.

Inicialmente os autores aplicaram WISC (teste de inteligência) e o IAR (Instrumento de Avaliação do Repertório Comportamental).

Frente ao aprendizado da leitura e escrita, as que possuíram resultados mais baixos nestes testes fizeram parte no G1 e as que obtiveram resultados mais altos fizeram parte do G2 ,para aplicação de diferentes procedimentos.

Maia e Fonseca (2002) também realizam um estudo de caso. O trabalho realizado por estes pesquisadores foi de desenvolver um estudo para investigação da relação entre QI, medido pelo teste de inteligência WISC, e a aquisição de leitura de palavras simples.

Analisaram cinquenta e seis alunos de ambos os sexos, de 7 a 15 anos, do Ciclo Básico de alfabetização de uma escola pública no início e no final do ano letivo.

Segundo os autores, os alunos apresentaram níveis aumentados de QI e de aquisição de leitura na segunda avaliação, entretanto, sem correlação entre as variáveis; o QI mostrou-se ineficiente para prever sucesso ou fracasso na aquisição da leitura.

Os dados sugeriram a necessidade de mais investigações sobre o uso de testes de inteligência na avaliação psicológica, no contexto educacional.

Fontes e Martins (2004) em seu estudo, investigam o impacto de um programa de leitura de histórias no desenvolvimento de habilidades da linguagem oral e escrita de crianças de baixo poder aquisitivo. Analisam 38 crianças entre 4 a 6 anos de idade submetendo-as a um programa interativo de leitura de histórias.

As crianças designadas por eles, para o grupo controle, não foram submetidas a nenhum tratamento especial.

Os resultados obtidos pelos pesquisadores sugerem que programas interativos de leitura de histórias podem ter um impacto positivo no desenvolvimento da linguagem oral de crianças de classe sócio - econômica baixa.

Embora os dois grupos tenham apresentado níveis comparáveis de desenvolvimento da linguagem, no início do estudo, as crianças do grupo experimental excederam as crianças do grupo controle em todas as medidas de compreensão de histórias e vocabulário administrados após o término do programa de treinamento.

Bajard (1992) focando a leitura, demonstrou em seu estudo que a ausência de material escrito em exposição e disposição dos alunos das séries iniciais de escolas públicas no Brasil alertou para uma grave distorção. Falou que tanto no construtivismo ou em outra tendência, a introdução à língua escrita se deu através da produção de texto da criança, negligenciando-se a leitura. Apresentou um apanhado das práticas sociais da escrita e leitura, assim como do nexos entre o papel do pedagogo e a pesquisa sobre alfabetização.

Focou principalmente o trabalho de Emília Ferreiro e seus seguidores.

O pesquisador pretendeu apontar os efeitos, em sala de aula, decorrentes da primazia à produção de texto na aprendizagem da língua, pleiteando medidas para correção a distorção verificada e levar alfabetizados ao efetivo domínio da leitura.

Barbosa, Almeida e Faury (1993) afirmaram que a distribuição desigual da população que tem acesso à escrita entre “alfabetizados” e “leitores” é colocada em questão, obrigando os sistemas educacionais de todos os países a reconsiderar o ensino da leitura ou, mais precisamente, a considerá-lo.

Assim partem do esclarecimento da própria natureza da escrita e da leitura, bem como do estatuto do leitor, para promover uma discussão das condições para que uma criança aprenda a ler, avançando sugestões para uma política que permita a todos os escolares a apropriação da leitura com significado.

Podemos perceber que Moysés (1994), Moyses (1995), Boto (2004), Medeiros e Teixeira (2000) e Bajard (1992) mostraram a alfabetização, dentro do foco de leitura, por três perspectivas históricas diferentes. Existe a lembrança e a discussão da importância do acesso à alfabetização a todos os cidadãos, independentes de raça, cor, credo ou religião. A necessidade de alfabetização dos negros frente à nova sociedade industrial desenvolvimentista que está a se formar como também análise de cartilhas utilizadas na época para a escolarização primária.

Chartier (1993) traduzida por Daher (1995) valoriza a classe de alfabetização, cita métodos utilizados e volta a sua discussão para a formação de um bom leitor.

Dentro dos estudos de caso apresentados temos as discussões trazidas por Medeiros e Teixeira (2000), Maia e Fonseca (2002), Fontes e Martins (2004) mostrando a análise de crianças com dificuldades na aquisição de repertório de leitura e escrita, a relação entre QI e a aquisição de leitura de palavras simples através de método previamente determinado (teste de inteligência WISC) como também a interferência de leitura de histórias dentro do desenvolvimento de linguagem oral e escrita de crianças de baixo poder aquisitivo.

Outro fator analisado por Bejardt (1992) é a interferência do material escrito, em uma sala onde a alfabetização é realizada para a leitura.

#### **6.6-Análise do foco Construtivismo.**

Neste item, serão adicionados textos que trazem a palavra construtivismo no título do artigo.

Corazza (1994) descreveu o construtivismo e o seu lugar dentro da psicologia da criança. A formação, a partir daí, da chamada Epistemologia Genética e sua nova interrogação feita. Procurando descobrir como o conhecimento é produzido, deixando para trás a reflexão de base dedutiva.

Piaget foi citado juntamente com seu método clínico, na verificação das respostas, e o construtivismo visto como superior em termos de qualidade.

Franco e Domingues (1996) analisaram o caráter progressista ou regressivo do construtivismo, enfatizando o potencial da Epistemologia Genética para a atualização e renovação do pensamento filosófico de esquerda. Criticam as avaliações homogeneizadoras acerca do papel da psicologia no pensamento educacional brasileiro.

Pretendem indicar também as potencialidades e limitações teóricas do construtivismo criticando a tentativa de qualificação a priori do construtivismo como uma tendência regressiva.

Enfatizam a obra de Piaget, no campo da Teoria Social, discutindo a importância das contribuições proveniente de diversos campos disciplinares para a constituição de teorias.

Corazza (1996) parte de uma perspectiva sociológica, integrada por ferramentas conceituais da teorização - social pós - estruturalista / pós - modernista

Aborda seu texto por dois sentidos: o da evolução e o de modismo Arendt (2003) discutindo duas abordagens contemporâneas da Psicologia, o Construcionismo e o Construtivismo. Diz ser a primeira proveniente da Psicologia Social, e a segunda da Psicologia do Desenvolvimento.

Para ele, ainda que aparentemente conflitantes - o Construcionismo procura dar conta das construções que os indivíduos elaboram coletivamente, enquanto que o construtivismo busca dar conta da construção das estruturas cognitivas que o indivíduo elabora no decorrer do seu desenvolvimento.

Procura indicar que ambas as propostas teóricas se reportam aos princípios conceituais da filosofia pós - moderna: crítica ao acesso possível a uma realidade independente do indivíduo, rejeição de um enfoque cartesiano de investigação científica fundado no rigor e na objetividade.

Entretanto, conclui que os modelos considerados efetuam uma redução, seja para o nível social, seja para o individual.

O autor finaliza com uma tentativa de integração de ambos, como proposta de fugir ao desequilíbrio típico das teorizações na Psicologia Social que, tradicionalmente, enfatizou o indivíduo ou o contexto em seus modelos teóricos.

Podemos perceber que os autores buscam maior conhecimento sobre o assunto seja explicando-o, comparando-o com “outra teoria” ou buscando o entendimento de sua real concepção.

### **6.7- Análise do foco letramento**

Neste item, serão adicionados os textos que tragam no título do artigo a palavra-chave letramento.

Goulart (2001) fundamentando seu estudo em uma base teórica, aprofunda a compreensão de aspectos da noção de letramento, na perspectiva de ampliar possibilidades de discussão para novas bases frente à prática alfabetizadora.

Tem como objetivo dar continuidade à discussão e explicitação de uma concepção teórico - metodológica de alfabetização que parece se organizar na direção do que é definido como letramento.

O trabalho alfabetizador ressaltado pela autora, foi desenvolvido no Colégio Fernando Rodrigues da Silveira – Colégio de Aplicação da UERJ (CAp-UERJ) –tendo como ponto de partida os textos orais produzidos pelas crianças e professores em diálogo, bem como os textos escritos que circulam na sala de aula de várias maneiras e com várias funções.

Soares (2004) discutindo a necessidade que a alfabetização tem de ser reconhecida em sua especificidade, juntamente com a importância de ser desenvolvida em um contexto de letramento, reconhece que ambos os conceitos possuem suas dimensões específicas, demandando metodologias diferentes. Para ela o ensino inicial da língua escrita exige uma diversidade metodológica.

Atenta também para a necessidade de revisão, reformulação dos professores das séries iniciais do ensino fundamental, de modo a torná-los capazes de enfrentar o grave e reiterado fracasso escolar, na aprendizagem inicial da língua escrita nas escolas brasileiras.

Macedo, Mortimer e Green (2004) analisam aspectos que constituem o letramento escolar numa turma de primeiro ciclo, em que o livro didático segundo eles é o elemento central.

Buscam saber como se configuram as interações mediadas pelo livro didático, o discurso construído neste espaço interacional, as vozes levantadas pelo livro analisando e os processos interacionais constituídos entre aluno- professora em torno do livro didático de português. Apoiaram-se teórico metodologicamente em Bakhtin.

Ribeiro (2001) discute questões em torno da construção de indicadores de analfabetismo e de seu oposto, o letramento. Analisa a evolução desses conceitos e sua relevância para o campo da educação.

Descreve a situação brasileira em relação a três estratégias de medição de analfabetismo e letramento: os censos populacionais, as avaliações do sistema de ensino e os estudos por amostragem.

Fazendo uma análise dos problemas metodológicos, de cada uma dessas estratégias, e suas implicações políticas e ideológicas, critica os dados censitários na categorização do analfabetismo funcional apontando as potencialidades de avaliação dos sistemas de ensino.

Para ela, a divulgação de pesquisas sobre letramento e sua distribuição na população, proporcionou uma rica oportunidade de reflexão, por parte da sociedade, sobre sua própria cultura, expectativas com relação à escola e outras instituições.

Lopes (1999) parte da caracterização de uma cultura acústica, como moçambicana, fazendo uma análise da importância da língua materna. Apresenta para isso traços gerais de Moçambique como dados históricos, políticos e sociais, buscando esclarecer em que medida o poder político, saído da independência, levou em consideração os traços fortes da oralidade, presentes nesta cultura. De que modo esta política influenciou, ou não, o processo de letramento.

Para o autor, a adoção da língua portuguesa está levando a índices de analfabetismo altos, com perdas irreversíveis das tradições orais, desvalorizando várias culturas étnicas.

Sugere a adoção do bilingüismo.

Geraldi (2000) analisando a relação entre linguagem e cultura, apresenta as diferentes funções da escrita e as formas pela quais existe a sua apropriação social em sociedades letradas.

Estudando o povo indígena Jarawara, discute as diversas relações de poder que transformaram o alfabeto, de artefato histórico construído, para o registro da oralidade, em espaço social de construção de distinções, clivagens e exclusões.

Para ele foi o contato com o outro, o letrado, que levou este povo a querer aprender a ler e a escrever, a ter a escrita.

Feita a descrição fonológica da língua e elaborado um material didático inicial, foi instaurado um processo de apropriação da técnica da escrita junto a um processo de construção de uma prática social, produzindo-se através da escrita, cartas com características muito particulares.

Ferraro (2002) discutiu a questão da qualidade das estatísticas educacionais e alguns aspectos metodológicos relacionados com a utilização destas na pesquisa em educação.

Analizou também o analfabetismo, descrevendo a emergência, como problema político no final do período imperial.

Realizou uma análise da evolução do conceito e sua tendência secular em números percentuais e absolutos desde o primeiro censo realizado em 1872 até o censo de 2000, classificando através deste último a população em diferentes níveis de letramento.

Bonamino, Coscarelli e Franco (2002) procuraram apresentar as concepções de letramento que serviram de base para a construção das provas de duas avaliações em larga escala, a saber, o SAEB 1999 e o PISA 2000. Apresentam também um panorama geral destes dois programas avaliativos e as habilidades de leitura avaliadas em cada um deles. Realizam uma comparação discutindo algumas das possíveis implicações da avaliação do letramento para a escola básica.

Galvão (2002) discutiu em seu artigo as especificidades da relação que sujeitos vinculados, em sua origem, a uma cultura em que a oralidade é predominante estabelecem com a cultura escrita.

Partiu da discussão de dados obtidos em uma pesquisa na qual, (re)construiu o público leitor/ ouvinte e os modelos de ler/ouvir literatura de cordel entre 1930 e 1950 em Pernambuco.

Afirmou que vários fatores tais como: a leitura em voz alta, intensiva e coletiva e o papel desempenhado pela memorização, facilitada pelas situações de leitura e pela própria estrutura narrativa e formal dos poemas, contribuíram para que as relações entre analfabetos e semi-analfabetos e a leitura de folhetos, segundo a autora, fossem marcadas pelo prazer e por um relativo desprendimento.



Essas práticas segundo a pesquisadora permitiram que pessoas vivenciassem práticas de letramento utilizando as palavra escrita e impressa.

Soares (2002) dentro de um contexto diferenciando cultura do papel e a cultura da tela, ou cibercultura, busca melhor compreender o conceito de letramento, confrontando tecnologias tipográficas e tecnologias digitais de leitura e de escrita, a partir de diferenças relativas ao espaço da escrita e aos mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita; argumenta que cada uma destas tecnologias tem determinados efeitos sociais, cognitivos e discursivos, resultando em modalidades diferentes de letramento, o que sugere que a palavra seja pluralizada: há segundo a pesquisadora letramentos e não letramento.

Percebe-se aqui a alfabetização vista por outro ângulo, o do letramento.

A preocupação dos autores em destrinchar todas as possíveis dificuldades visando uma plena alfabetização dos alunos, seja compreendendo melhor os conceitos de letramento, discutindo ou explicitando suas possíveis concepções metodológicas ou reconhecendo a diferença entre alfabetização e letramento como também sua necessidade de complementação frente a alfabetização.

Percebem o surgimento de um novo conceito de alfabetização e tentam compreendê-lo de todas as formas.

#### **6.8- Análise do foco Professores**

Foram anexados a este foco, todos os artigos que tratassem de professores tanto do chamado Ensino Fundamental como o denominado primeiro grau.

Gatti, Espósito e Silva (1994) pegaram uma amostra de professores composta de professores ativos no 1º grau de ensino (1º a 8º séries) da rede pública.

Foi incluído na pesquisa, docentes de regiões diferenciadas do país, analisando profissionais dos estados do Maranhão, Minas Gerais e de São Paulo. Levantaram informações sobre condições de vida , de trabalho, juntamente com concepções, expectativas e imagem social.

Freitas (1999) apresentou uma discussão, e esta, têm orientado o debate acerca da formação dos profissionais da educação. Vai desde análise da LDB 9.394/96 e seu marco dentro da institucionalização de políticas educacionais resgatadas e implantadas pelo MEC

e governo anterior como também a posição da Anfope e do movimento dos educadores em relação a elas.

Termina com uma nota dizendo que após ter escrito o artigo, e frente a tantas discussões, tomou conhecimento do decreto Presidencial nº 3.276 de 6 de dezembro de 1999, regulamentando a formação de professores para a educação básica, e estabelecendo que a formação de professores para as séries iniciais e educação infantil se dará exclusivamente nos Cursos Normais Superiores, reformando assim de forma violenta o campo da formação.

Melo (1999), discutindo a formação de professores, afirma uma ligação que existe entre formação e organização curricular. Isto teria feito com que recentes documentos produzidos pela Secretaria de Ensino Fundamental, para professores de 1º a 4ª série, os tornassem totalmente dependentes dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Para a autora este documento deveria ser objeto de programas de formação e não matrizes como estão sendo.

Kishimoto (1999), analisando professores da área de educação infantil, várias vezes, cita professores da área onde a alfabetização é realizada e a urgência em integrar (isto em 1996) ao cuidado e a educação infantil, buscando dar continuidade à formação da criança em instituições diversas. Citou classes de alfabetização, atentando para a precária formação dos profissionais que estão atuando nelas, como também o grande contingente de leigos, desnudando com isto a permanência de reformas institucionais e preparo dos profissionais.

Apresentou um quadro, onde demonstrou a formação de professores em classes de alfabetização em 1998. Os dados apresentados, indicam que a grande maioria dos profissionais de pré - escola e classes de alfabetização já possui nível médio (66,57% e 62,31% respectivamente). Dos professores que atuam nas pré escolas, 20% já adquiriram formação superior, enquanto nas classes de alfabetização apenas 9,14 % têm nível superior.

A autora atenta que durante a década da Educação ( 1997-2007 ), políticas de formação profissional para a educação básica deverão prever a formação dos quadros docentes em nível superior. Explica a formação do curso normal superior, dizendo que os Institutos Superiores de Educação ficariam responsáveis pela formação do profissional de educação infantil e fecha com um pequeno histórico de como as habilitações eram realizadas.

Brzezinski (1999) apresentou o Decreto Presidencial nº 3276 de 6/12/99 que dispõe sobre a formação de professores para atuar na educação básica, e dá outras providências”. Segundo a autora, este decreto ignora a realidade do cotidiano dos professores e seus saberes, trazendo “ a formação de nível superior de professores para atuação multidisciplinar, destinada ao magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, como sendo exclusivamente realizada em cursos normais superiores (art 3º § 2º).

Afirma em seu artigo que a formação de professores no Brasil segue ditames do Banco Internacional, se preocupando mais em conceder uma certificação, do que conferir uma boa qualificação aos leigos atuantes no sistema educacional e aos futuros professores.

Para ela este Decreto foi um golpe fatal em todo o histórico de Movimento Nacional de Educadores que se dedicou anos em debates e estudos sobre a formação dos profissionais para a educação básica. Apresenta um histórico de políticas, instituições e cursos de formação de professores de atuação multidisciplinar nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Campos (1999), discutindo a formação de professores para crianças de 0 a 10 anos mostra questões envolvidas na definição de um novo perfil para os professores de educação infantil e das quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Devido a isto nos apresenta historicamente como formaram-se dois modelos diferentes de professores. Um deles inclui aqueles que trabalham com crianças de 0 a 10 anos sendo sua formação generalista, em nível médio.

A autora chamou o artigo de professores de crianças de 0 a 10, devido a prescrição trazida na LDB de 1996, que segundo ela, ao incluir a educação em creches e pré - escolas na educação básica definindo o mesmo tipo de formação para os professores que atuam na educação infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental assim o fez juz.

Afirma existir no interior desta faixa etária de 0 a 10 anos, uma sub - hierarquização dos profissionais que é preciso levar em consideração no momento de analisar as propostas de reforma em pauta. Apoiada em dados apresentados por Gatti (1997) diz que em 1994 somavam-se mais de 280 mil funções docentes na pré - escola e mais de 1 milhão e 300 mil no Ensino Fundamental. Números estes acompanhados de perda de qualidade, com diminuição de salários, classes super lotadas, aumento do número de turnos diários nas escolas das grandes cidades entre outros problemas.

Demonstra as reformas educacionais falando da Constituição que introduziu mudanças importantes, da LDB de 1996 e das mudanças no sistema de financiamento,

currículo nacional, sistema de avaliação, utilização de informática e televisão, organização da gestão, estabelecimento de parcerias com organizações não governamentais etc.

Sipavicius (1988) pretende esclarecer de que forma, a atuação do professor de crianças de primeira série, afeta o rendimento escolar, levando em conta o tipo de atividade desenvolvida em cada área curricular, seu grau de significância, diversificação, intensidade do diálogo, uso de lousa, supervisão docente, clima disciplinar e atenção especial aos alunos mais fracos.

Ribeiro (2000) faz uma retrospectiva histórica para analisar como vem se constituindo a relação entre a formação do professor em curso superior e a qualificação da escola básica. Seu intuito é fazer compreender as propostas colocadas para a formação universitária de professores, principalmente as perspectivas para a licenciatura em Pedagogia, tendo em vista o Decreto nº 3.276/99 que transfere para os cursos normais superiores a formação de professores para a educação infantil e as séries iniciais do ensino fundamental.

No geral os textos apresentaram discussões sobre as reais condições sociais dos professores, suas precárias condições de trabalho, ambigüidades em suas perspectivas pedagógico - sociais, Leis que alteram suas condições de formação e trabalho, decisões governamentais impostas sem discussões, organização curricular através da necessidade de seguir os Parâmetros Curriculares Nacionais, a necessidade de superação de leigos ministrando aula sendo agora exigido formação de nível superior para docência no ensino fundamental I.

## 7 – Conclusão

Em uma breve leitura do foco política pública, podemos perceber como é recente a consciência da importância da criança em nosso país.

Nada melhor do que nossa atual Constituição para provar isso. Foi somente em 1988 que a criança, menor de seis anos, foram incluídas como cidadão, tendo os seus direitos de plena formação garantidos neste documento.

Levando em conta que não acreditamos em “maturação” para a alfabetização devido a criança ser um cidadão que influi e é influenciado pelo meio, podemos afirmar que o acesso desta criança à educação infantil beneficiou em muito o foco aqui discutido, alfabetização infantil.

Outro recente benefício trazido pelas políticas públicas, para a melhoria no índice de crianças alfabetizadas no país, foi a forma de redação presente no documento. Especialistas afirmam que sua escrita permite uma cobrança maior, por parte da sociedade, do direito a educação. Isto beneficiou crianças no que diz respeito ao acesso a palavra escrita.

Terminada e proclamada a Constituição surgiu uma nova preocupação, o Currículo Nacional. Para que este fosse realizado exigiam a formulação dos Parâmetros Curriculares Nacionais garantido pelo artigo 210 da Constituição de 1988.

O currículo nacional mínimo foi estabelecido, para a área onde a alfabetização de crianças se realiza, somente em 1996. Este documento trouxe o pedido de uma revisão metodológica adotada para a alfabetização até então baseada no ensino do sistema alfabético de escrita (a correspondência fonográfica), algumas convenções

ortográficas do português sendo seguida de exercícios de redação e treinos tanto ortográficos como gramaticais<sup>1</sup>.

Fora o currículo de formação das futuras crianças a serem alfabetizadas, preocupou-se também com o currículo de formação dos professores(as) alfabetizadores(as) e mais ainda, com a formação dos professores responsáveis pela formação destes, os profissionais que ministravam a disciplina de Metodologia do Ensino no então curso de magistério - segundo grau.

Para os autores analisados, a deficiência profissional verificada é consequência da existência de currículos mínimos, que se tornam máximos, em instituições com baixa qualidade de ensino. Afirmam existir uma falha no papel exercido pela Universidade Pública pois esta não cumpre a responsabilidade, que lhe cabe, de fornecer formação adequada a estes profissionais. Segundo esses autores, só ela poderia dar subsídios para uma adequada formação a todos eles, mudando sua antiga e ultrapassada concepção de escrita. Alguns autores apresentam experiências de sucesso na parceria Universidade – Ensino Fundamental para colaborar nesta discussão.

Outros dois pontos importantes verificados nesta pesquisa foram as discussões sobre a hegemonia do Construtivismo na proposta adotada pelo governo, frente a diversidade de propostas existentes, como também a ausência da participação da Universidade na discussão de formulação do documento.

As consequências desta recente discussão e de todas as falhas verificadas surge em artigos discutindo números e um novo conceito - o indivíduo analfabeto funcional.

Pesquisadores apoiados em estatísticas apuradas pelo IBGE, relatam o fracasso da alfabetização infantil no país.

Fato curioso é que apesar do IBGE ser um órgão extremamente utilizados pelos pesquisadores, somente um questiona a sua concepção de indivíduo alfabetizado

---

<sup>1</sup> Baseado nos Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa.

lembrando que, para ser considerado alfabetizado pelo o IBGE, o indivíduo deve afirmar ser ou saber assinar o próprio nome.

Dentre os alfabetizados foi verificada a existência daqueles que não progredem e nem concluem qualquer curso, sendo definidos como analfabetos funcionais, vítimas de uma alfabetização mal sucedida. Surge mais um problema a ser superado pelas novas visões de alfabetização.

A avaliação, responsável pelo grande índice de repetência e evasão, também é discutida através dos dados do IBGE. Foi discutido a necessidade de uma nova forma de avaliação. Esta aparece surgindo lentamente frente as novas concepções de educação, não condutistas, apoiados nos estudos da psicogênese.

Dentre tantas dificuldades a serem superadas no campo da alfabetização a municipalização é vista como um fator universalizante da Educação Básica.

Acredita-se que os problemas sendo resolvidos por quem faz parte da comunidade, agilizará o processo que visa obter todos alfabetizados no período máximo de dez anos - como foi estabelecido na Conferência Mundial de Educação para Todos na Tailândia.

Embora os problemas sejam muitos, não podemos achar que os governantes dentro de seus respectivos estados cruzaram os braços vendo a alfabetização infantil afundar.

Os pesquisadores registraram diversos esforços, dos órgãos responsáveis, na luta de se melhorar o nível de alfabetização infantil dentro dos Estados.

Foram apresentados o PROMUNICÍPIO no nordeste, Centro de Aperfeiçoamento do magistério e Fóruns Itinerantes em Pernambuco (cursos estes advindos da municipalização do ensino), EDURURAL, Ciclo Básico, Jornada Única, PROFIC, CIACs, CEFANS no Estado de São Paulo, CIEPs no Rio de Janeiro.

Um estudo sociológico detectou relações profundas entre pobreza e analfabetismo, constituindo-se importante indicador das singularidades sociais ou regionais.

Infelizmente quando da leitura deste foco tivemos a sensação que a alfabetização no Brasil resume-se ao Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e no máximo Pernambuco. Este fato talvez justifique ter sido encontrado crianças que nunca foram a escola nos estados de Amazonas, Pará. Elas dentre tantas outras, são vítimas inocentes da política pública neoliberal implantada que visa redução máxima em seus custos econômicos, políticos e principalmente sociais.

Passando para a análise do foco livro didático, podemos perceber várias vezes a preocupação dos acadêmicos para a “monopolização” da produção de livros didáticos e cartilhas por dez editoras, durante anos consecutivos. Estas reeditavam livros e cartilhas fazendo um mundo a parte, ignoravam o mundo da criança, juntamente com todo o conceito sócio-histórico envolvido. Fora isto relatam a preocupação da interferência do poder vigente e Igreja na formulação dos mesmos.

Tornando livros e cartilhas objetos repetitivos, cansativos, estáticos, desinteressantes frente ao dinamismo das crianças, fundamentadas em métodos, não importando-se com a aprendizagem infantil, possuindo muitas vezes erros conceituais em suas páginas, foram responsabilizadas por grande desinteresse e fracasso verificado na alfabetização Infantil.

Retomando a formação de professores, foi verificado que o profissional era tido como um simples “repassador de conceitos” dados previamente pela editora em manuais e guias dos professores que viam o professor alfabetizador como um perfeito ser não pensante ou idiotizado.



Os textos que trataram alfabetização já no título, apresentam autores que expõem a nova visão apresentada nos Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa, deixando a visão de alfabetização tradicional para trás, surgindo considerações frente as competências lingüísticas e cognitivas da criança.

As péssimas condições sociais, de trabalho e de formação do professor alfabetizador são questionadas diversas vezes demonstrando aqui uma urgência em se pensar no profissional da educação, superando assim a sua incompetência profissional uma das responsáveis pelo alto índice de analfabetismo no país. É retomada a discussão da concepção que o professor de Metodologia da Educação passa a suas alunas no curso de formação de magistério.

Gatti, Silva e Espósito (1990) acreditam que existe muita complacência dentro da sociedade dos alfabetizados em considerar alfabetizada uma pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples(o IBGE nem isto considera).Para elas, deveria ser adotado uma maior exigência incluindo entre os alfabetizados apenas indivíduos com quatro anos de ensino básico e , portanto, não sujeitos a regressões no processo de alfabetização.

O IBGE novamente é utilizado para que pesquisadores mostrassem o efeito das políticas públicas (já discutidas anteriormente) frente a expansão da Educação Básica. Verificaram aumento de crianças freqüentando escola.

O questionamento de onde se alfabetizar pré ou primeira série também é relatado.

Para a Educação Infantil a discussão retoma a idade correta para se alfabetizar afirmando alguns pesquisadores que isto seria desconsiderar o importantíssimo trabalho realizado por Ferreiro.

Artigos direcionados ao estudo do desenvolvimento cognitivo da criança, procurando identificar interferentes nos problemas verificados por crianças em fase de alfabetização são desenvolvidos.

Alguns pesquisadores denunciam que muitas crianças ficam na pré – escola, durante anos, sendo alfabetizadas sem sucesso, obscurecendo os reais níveis de repetência da 1º série, já que as estatísticas de reprovação por alfabetização não contabilizam a pré-escola.

Um dos fatores apresentados que levantam grande impacto para nós é o relato de que crianças com problemas de aprendizagem e deficiência mental (leve) são alfabetizadas quando seguido um programa curricular na idade, adaptado às suas condições pessoais, alcançando todos os ajustamentos necessários enquanto crianças consideradas “normais” enchem estatísticas de fracasso escolar e repetência.

Os autores que discutiram especificadamente a leitura buscam diversas características históricas.

O período mais focalizado foi a República e o novo cidadão que se tinha em mente. Relembrem o conceito de letramento defendido pela então sociedade que se formava enfatizando o papel da leitura em sala de aula dentro do contexto.

Tratada como parceira da alfabetização a leitura foi apresentada como um ato que deve ser realizado periodicamente com as crianças em fase de alfabetização.

Para que a criança seja plenamente desenvolvida também deve ser estimulada com materiais escritos de fácil acesso nas salas onde a alfabetização é realizada, inclusive expostos pelas paredes.

O Construtivismo, considerado hegemônico nas propostas do governo, chamou a atenção devido a números. Foram pouquíssimos os autores que trataram de sua discussão.

Letramento, o novo conceito que surge para auxiliar uma plena alfabetização foi através dos autores descobertos. Dizemos isso porque na sua maioria trataram da concepção do conceito aprofundando sua relação com a alfabetização.

Para finalizar, o foco professores só veio a reiterar toda a problemática apresentada nesta discussão.

Alguns buscam, em uma retrospectiva histórica, razões para tal situação. O fato é que a realidade está nos mostrando que antes de pensarmos na criança a ser alfabetizada, temos que pensar no profissional que será responsável por esta importante e difícil missão.

**ANEXO 1- ARTIGOS UTILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DO FOCO**

**POLÍTICA PÚBLICA ( ITEM 6.1 ).**

Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	61	1987	Jacques Velloso	Política Educacional e recursos para o ensino salário - educação e a Universidade Federal	Faculdade de Educação da Universidade de Brasília
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	65	1988	Vitor Henrique Paro* **Celso João Ferreti **Cláudia Pereira Vianna **Denise Trento Rebello de Souza	A escola pública de tempo integral	*Fundação Carlos Chagas, USP e PUC/ SP  **Da Fundação Carlos Chagas
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	66	1988	Inah Passos* Marília Carvalho** Zoraide I. Faustini da Silva***	Uma experiência de gestão colegiada	*Assistente Social **Professora Estadual de 1º e 2º graus ***Professora Municipal de 1º grau Alunas de pós-graduação em Filosofia da Educação PUC/ SP.
Revista da Faculdade de Educação	14 nº 2	1988	José Mario Pires Azanha	Objetivos da Educação Nacional e currículo para o ensino de 1º/2º e 3º graus	Professo Doutor e Chefe do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

Revista da Faculdade de Educação	15n°1	1989	Romualdo Portela de Oliveira	A educação na Nova Constituição: mudar para permanecer	Professor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Revista da Faculdade de Educação	15n°2	1989	José Mario Pires Azanha	O ensino superior e sua articulação com os ensinos fundamental e médio	Chefe do Departamento de Filosofia e Ciências da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Revista Educação e Sociedade - UNICAMP	35	1990	Maria de Fátima Costa Félix	Municipalização do ensino de 1° grau -- uma proposta de democratização ou de sonegação da educação destinada às classes populares?	Universidade Estadual do Maranhão - doutorada da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas UNICAMP
Revista da Faculdade de Educação	16 n° ½ 1991	1990	João Pedro da Fonseca	Municipalizar, verbo intransitivo.	Professor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Revista da Faculdade de Educação	17 n° 1/2	1991	Sueli Grant Bonitatibus	Extensão da jornada escolar: uma (velha) questão em debate	Professora do Departamento de

					Metodologia de Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Revista da Faculdade de Educação	18 n°1	1991	Romualdo Portela de Oliveira	Política Educacional no Brasil: Alguns desafios dos anos 90	Professor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Revista da Faculdade de Educação	18 n°1	1991	Marília Pinto de Carvalho	A gestão democrática da escola na visão do Centro do professorado Paulista	
Revista Educação e Sociedade UNICAMP	42	1992	Silke Weber	Autonomia, qualidade e gratuidade no ensino fundamental.	Departamento de Psicologia UFPE
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	80	1992	Rose N. da Silva Claudia Davis	O nó górdio da educação brasileira: ensino fundamental	
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	80	1992	Elba Siqueira de Sá Barreto	Onde se quer chegar com a municipalização do ensino fundamental?	
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	83	1992	Elba Siqueira de Sá Barreto	Estado e municípios: A prioridade ao ensino fundamental em São Paulo	Da Fundação Carlos Chagas e FE/ USP
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	84	1993	Rose Neubauer da Silva* Claudia Davis** Yara Lúcia Esposito***	O Descompromisso das políticas públicas com a qualidade do ensino	***Da Fundação Carlos Chagas ****Do IESP/ FUNDAP- Instituto de

			Guiomar Namó de Mello****		Economia do Setor Público
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	97	1996	Antonio Aguirre	A economia do ensino básico: o caso do estado de Minas Gerais	Professor da FACE e Pesquisador do CEDEPLAR-UFGM
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	99	1996	Luiz Antônio Cunha	Os parâmetros curriculares para o ensino fundamental; convívio social e ética.	Faculdade de Educação da UFRJ
Educação e realidade	21 n° 1	1996	Antônio Flávio Barbosa Moreira	Os Parâmetros Curriculares nacionais em questão	Professor da Faculdade de Educação da UFRJ
Educação e realidade	22n°1	1996	Lilian do Valle	O papel da educação: do direito natural ao direito à instrução	Pertence a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ)
Revista Brasileira de Educação	1	1996	Celso de Rui Beisiegel	Participação popular na melhoria do ensino público	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Revista Brasileira de Educação	2	1996	Carlos Roberto Jamil Cury	Os parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino fundamental	Faculdade de Educação da Universidade de Minas Gerais
Revista Brasileira de Educação	2	1996	ANPEd	Parecer da ANPEd sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais	ANPEd
Revista da Faculdade de Educação	24 n°1	1998	Magali de Castro	Um estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito.	Professor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Educação e realidade	23n°1	1998	Volker Lenhart	Educação numa sociedade mundial: globalização como desafio à pedagogia	Professor da Universidade de Heidelberg, Alemanha - traduzido por Ana Maria Santos Hubner e Nadja Hermann
Revista	8	1998	Carlos Roberto	Lei de Diretrizes e Bases e	Faculdade de

Brasileira de Educação			Jamil Cury	perspectivas da educação Nacional	Educação da Universidade de Minas Gerais
Revista Brasileira de Educação	11	1999	Romualdo Portela de Oliveira	O direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de justiça	Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
Revista Educação e Sociedade UNICAMP	69	1999	Paulo Sérgio Fracalanza	A gestão do Ensino Fundamental pelo governo do estado de São Paulo: Uma análise do financiamento e dos indicadores de sociais e de educação(1980-1993)	Bacharel em ciências Econômicas e Ciências Sociais pela Unicamp e mestre em Economia pela FEA /USP.Doutor pela Universidade Louis Pasteur na França, doutorando no Instituto de economia da Unicamp e professor da Unicamp.
Revista Educação e Sociedade UNICAMP	75	2001	Nelson Cardoso Amaral	Um novo FUNDEF? As idéias de Anísio Teixeira	Professor do Instituto de Física da Universidade Federal de Goiás (UFG) e doutorando em Educação na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep)
Revista Educação e Sociedade UNICAMP	79	2002	Alceu Ravello Ferraro* Nádie Christina Ferreira Machado**	Da universalização do acesso à escola no Brasil	*Professor da Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo /RS.Professor Titular aposentado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.Ex-Professor Titular do PPG em Desenvolvimento Social e da Escola de Serviço Social



					da Universidade Católica de Pelotas. Pesquisador do CNPq **Psicóloga pela Universidade Católica de Pelotas. Mestranda em Educação pela UFRGS.
Revista Educação e Sociedade UNICAMP	80	2002	Carlos Roberto Jamil Cury	A Educação Básica no Brasil	Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e membro do CNE.
Revista Educação e Sociedade UNICAMP	80	2002	Carlos Augusto Abicalil	Sistema Nacional de Educação Básica: nó da avaliação?	Secretário de Projetos e Cooperação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
Revista Educação e Sociedade UNICAMP	80	2002	Luiz Carlos de Freitas	A internalização da Exclusão	Professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas
Revista Educação e Sociedade UNICAMP	80	2002	Luciola Licínio de C. Santos.	Políticas Públicas para o ensino Fundamental Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB)	Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Revista Educação e Sociedade UNICAMP	80	2002	Alicia Bonamino* Sílvia Alcía Martínez**	Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental: A participação das instâncias políticas do Estado	*Professora e pesquisadora do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro **Professora e pesquisadora do Laboratório de Estudos de Educação e Linguagem da

					Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)
Revista Educação e Sociedade - UNICAMP	81	2002	Ana Maria Villela Cavaliere	Educação Integral; uma nova identidade para a escola brasileira.	Doutora em Educação e professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	113	2001	Nicholas Davies	O FUNDEF e os equívocos na legislação e documentação oficial	Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	120	2003	Angela Maria Martins	Uma análise da municipalização do ensino no Estado de São Paulo	Fundação Carlos Chagas Programa de pós-graduação da Universidade Católica de Santos
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	121	2004	Ione Ribeiro Valle* Gláucia Elisa de Paula Mizuki**  Inaiara Maria Ferreira de Castro***	Democratizar, descentralizar, municipalizar: a expansão do ensino fundamental catarinense.	*Centro de Ciência da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina **Programa de Iniciação Científica do CNPq Pibic para o centro de ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina ***Programa de Iniciação Científica do CNPq /Pibic para o Centro de Ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina

ANEXO 2 - ARTIGOS UTILIZADOS PARA A DISCUSSÃO DO FOCO LIVRO DIDÁTICO (ITEM 6.2).

Revista Educação e Sociedade -UNICAMP	27	1987	Nilda Alves	O conteúdo e o método nos livros didáticos de 1º a 4º série do 1º grau	FLASCO/UFF/UERJ
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	75	1990	Mary Júlia Dietzsch	Cartilhas: Um mundo de personagens sem texto e sem história	Da Faculdade de Educação da USP
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	94	1995	Adriana Mohr	A saúde na escola: Análise de livros didáticos de 1º a 4º séries	Pesquisadora auxiliar da Escola Nacional de Saúde Pública Fundação Oswaldo Cruz/RP
Revista da Faculdade de Educação	22nº1	1996	Circe Maria Fernandes Bittencourt	Práticas de leitura em livros didáticos	Professora Doutora do Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada da Faculdade de Educação da USP
Revista Brasileira de Educação	20	2002	Antônio Augusto Gomes Batista* Ana Maria de Oliveira Galvão** Karina Klinke***	Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956)	*Universidade Federal de Minas Gerais – Faculdade de Educação **Universidade Federal de Pernambuco – Centro de Educação ***Universidade Federal de Minas Gerais- Doutoranda em Educação

ANEXO 3 - ARTIGOS UTILIZADOS PARA A DISCUSSÃO DO FOCO ALFABETIZAÇÃO- QUANDO APARECE A PALAVRA ALFABETIZAÇÃO NO TÍTULO ( ITEM 6.3).

Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	26	1987	Maria Regina Maluf	Alfabetização na pré - escola: Conceitos e preconceitos	Instituto de Psicologia da USP e Setor de Pós -Graduação da PUC-SP
Revista Educação e Sociedade -UNICAMP	28	1987	Regina Leite Garcia	Caminhos e descaminhos na alfabetização	UFF- RJ- Faculdade de Educação
Revista Educação e Sociedade -UNICAMP	73	2000	Donald Macedo	Alfabetização, linguagem e ideologia	Professor da Universidade de Massachusetts em Boston
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	72	1990	Bárbara Freitag	Alfabetização e psicogênese : um estudo longitudinal	Departamento de Sociologia UnB e do Instituto de Sociologia da Universidade Livre de Berlim
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	75	1990	Bernadete Gatti* Rose(Teresa Roserley) Neubauer da Silva** Yara Lúcia Espósito***	Alfabetização e Educação Básica no Brasil	*Da Fundação Carlos Chagas **Da Fundação Carlos Chagas ***Da Fundação Carlos Chagas e do CENPEC
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	80	1992	Yara Lúcia Espósito	Alfabetização em revista: uma leitura	Nada consta
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	87	1993	Silvia M. Gasparian Colello	Alfabetização e motricidade: Revendo essa antiga parceria	Professora assistente da Faculdade de Educação da USP
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	94	1995	Sergio Antônio da Silva Leite* Cláudia Bernadino de Souza*	A alfabetização nos cursos de habilitação para o magistério	*Professores da Faculdade de Educação UNICAMP **
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	75	1990	Maria Alice Setúbal S. Silva* Beatriz Penteadó Lomônaco*	A construção do papel do professor: Uma experiência com alfabetizadoras	*Do CENPEC
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	110	2000	Cecília Maria Goulart	A apropriação da linguagem escrita e o trabalho alfabetizador na escola	*Programa de Pós-graduação e Educação da Universidade Federal Fluminense

					Coordenadora do GT Alfabetização, Leitura e Escrita da Anped
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	114	2001	Elisabete Regina do Carmo* Eneida Maria Chaves**	Análise das concepções de aprendizagem de uma alfabetizadora bem - sucedida	*Especialista em Alfabetização pela Fundação de Ensino Superior de São João del-Rei  **Graduate School/Indiana University-USA Departamento de Ciências da Educação da Fundação de Ensino Superior de São João Del Rei Coordenad. visitante do Mestrado Inter-institucional em Educação da PUC/RJ e Funrei/Capes
Revista da Faculdade de Educação	15nº2	1989	Raquel Souza Lobo Guzzo	Análise de tarefas em materiais preparatórios e de alfabetização	Pesquisadora CNPq junto ao Departamento de Pós-graduação em psicologia/Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP
Revista Brasileira de Educação	2	1996	Justino Pereira Magalhães	Linhas de investigação em História da Alfabetização em Portugal	Instituto de Educação e Psicologia Universidade do Minho
Revista Brasileira de Educação	8	1998	Anne-Marie Chartier	Alfabetização e formação dos professores da escola primária	Service d' Historie de L'Education, Institut National de Recherche Pédagogique
Revista Brasileira de Educação	21	2002	Cecília Goulart* Sonia Kramer**	Alfabetização, leitura, escrita: 25 anos da ANPEd e 100 anos	*Universidade Federal

				de Drumond	Fluminense **Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação
Psicologia: reflexão e crítica	5 nº1	1992	Léa Fagundes Cleci Maraschin	Em busca de novos recursos para a alfabetização	Nada consta
Psicologia: reflexão e crítica	5 nº1	1992	Cleci Maraschin	Ambiente LOGO e Alfabetização	Nada consta
Psicologia: reflexão e crítica	12 nº 2	1999	Jane Correa* Morag Maclean	Aprendendo a Ler e a Escrever: A narrativa das crianças sobre a Alfabetização	*Universidade Federal do Rio de Janeiro **Oxford Brookes University, Inglaterra

117  
128  
132  
1  
Contribuição -

**ANEXO 4 – ARTIGOS UTILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DO FOCO EDUCAÇÃO INFANTIL  
(ITEM 6.4)**

Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	28	1987	Sonia Kramer* Solange Jobin e Souza	Avanços, retrocessos e impasses da política de educação pré-escolar no Brasil	*PUC-RJ **DEMEC - RJ
Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	52	1995	Cristina Almeida Cunha Filguieras	Os atores da mobilização por creches e pré-escolas comunitárias	UFMG- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Revista Educação e Sociedade- UNICAMP	60	1997	Tizuco Morchida Kishimoto	Brinquedo e brincadeira na educação infantil japonesa: Proposta curricular dos anos 90	Professora titular e vice-diretora da FACULDADE DE Educação da Universidade de São Paulo; coordenadora do Laboratório de BRINQUEDOS E Materiais Pedagógicos; docente dos cursos de pós graduação e especialização em educação pré-escolar
Revista Educação e Sociedade- UNICAMP	69	1999	Ana Lúcia Goulart de Faria	A contribuição dos parques de Mario de Andrade para a construção de uma pedagogia da educação Infantil	Docente da Faculdade de Educação da Unicamp.
Revista Educação e Sociedade- UNICAMP	85	2003	Alberto da Silva Moreira	Cultura midiástica e educação Infantil	Doutor em Teologia, professor pesquisador da Faculdade de Filosofia e Teologia da Universidade Católica de Goiás(Goiania) e pesquisador do Instituto Franciscano de antropologia
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	71	1989	Fúlvia Rosemberg	0 a 6:Desencontros de Estatísticas e Atendimento	Da Fundação Carlos Chagas e PUC/SP
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	80	1992	Maria Malta Campos Lenira Haddad	Educação Infantil: crescendo e aparecendo	Nada consta

Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	92	1995	Gisela Wajskop	O brincar na Educação Infantil	Professora do Centro de Educação da PUC/SP
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	96	1996	Fúlvia Rosemberg	Educação Infantil classe, raça e gênero	Fundação Carlos Chagas
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	97	1996	Silvia Helena Vieira Cruz	Reflexões acerca da Formação do Educador Infantil	Faculdade de Educação Universidade Federal do Ceará
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	98	1996	Izabel Galvão	A questão do movimento no cotidiano de uma pré-escola	Pedagoga e doutoranda pela Faculdade de Educação da USP
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	101	1997	Maria Malta Campos	Educação Infantil: O debate e a pesquisa	Fundação Carlos Chagas Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	105	1997	Debora Cristina Pioto, Ana Cecilia Chaguri, Ana Maria Mello, Ana Paula Soares da Silva, Caroline Eltink, Cândia Helena Yazlle, Izabel Cristina Carniel, Geórgia de Sordi, Luciane Sá de Andrade Baldin, Marilú Ingrid Biben Frederick, Regiane Morais, Viviane Besani, Maria Clotilde Rossetti-Ferreira	Promoção da qualidade e avaliação na educação infantil: uma experiência	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	115	2002	Fúlvia Rosemberg	Organizações multilaterais, estados e políticas de educação infantil.	Fundação Carlos Chagas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	119	2003	Bianca Cristina Corrêa	Considerações sobre qualidade na educação infantil	Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo
Revista da Faculdade de Educação	13 n°2	1987	João Pedro da Fonseca	A pré - escola no Projeto de Constituição(Cabral II)	Professor Assistente Doutor do Departamento de



					Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da USP
Revista da Faculdade de Educação	14n º2	1988	João Pedro da Fonseca	Assistência ao educando: pré - escola, merenda e saúde escolar.	Professor Doutor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Revista da Faculdade de Educação	21n º1	1995	Elba Siqueira de Sá Barreto	Desafios à expansão da pré-escola nos municípios paulistas	Da Fundação Carlos Chagas.
Revista da Faculdade de Educação	23 nº1 e 2	1997	Marieta Lúcia Machado Nicolau	Um estudo das potencialidades e habilidades no nível da pré-escolaridade e sua possível interferência na concepção que a criança constrói sobre a escrita	Professora Associada do Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da USP
Revista da Faculdade de Educação agora chamada de Educação e Pesquisa	25n º2	1999	Ana Carolina Brandão* Ana Coelho V.Selva*	O livro didático na educação infantil	Universidade Federal de Pernambuco
Revista da Faculdade de Educação agora chamada de Educação e Pesquisa	27 nº2	2001	Tizuco Morchida Kishimoto	Brinquedos e materiais pedagógicos nas escolas infantis	Universidade de São Paulo
Educação e realidade	13n º1	1988	Euclides Redin	Representação da criança e prática pedagógica na pré-escola	
Educação e realidade	18 nº1	1993	Helena Vellino Corso	A representação infantil e a educação pré-escolar	É psicopedagoga e professora da URCAMP Bagé RS
Revista Brasileira de Educação	14	2000	Moysés Kuhmann Jr	História da educação infantil brasileira	Fundação Carlos Chagas São Paulo
Revista Brasileira de Educação	16	2001	Eloisa Acires Cardal Rocha	A pedagogia e a educação infantil	UNICAMP
Revista Brasileira de Educação	24	2004	Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto	A educação infantil no contexto das políticas públicas	Universidade de Brasília Instituto de psicologia
Psicologia: reflexão e crítica	5 nº1	1992	Rosane Aragón de Nevado	A utilização do microcomputador na pré-escola como prevenção de	Nada consta

				distúrbios de aprendizagem	
Psicologia: reflexão e crítica	5 n°1	1992	Cleci Maraschin	A criança pré-escolar e a linguagem Logo	Nada consta
Psicologia: reflexão e crítica	10 n°1	1997	Maria Regina Maluf Sylvia Domingos Barrera	Consciência fonológica e linguagem escrita em pré-escolares	Universidade de São Paulo
Psicologia: reflexão e crítica	12 n°2	1999	Wagner Bandeira Andriola Luanna Rodrigues Cavalcante	Avaliação da Depressão Infantil em Alunos da Pré-escola	Universidade Federal do Ceará
Psicologia: reflexão e crítica	14 n°3	2001	Patrícia Alvarenga Cesar Piccinini	Práticas Educativas Maternas e Problemas de Comportamento em Pré-escolares	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**ANEXO 5- ARTIGOS UTILIZADOS PARA A DISCUSSÃO DO FOCO LEITURA ( ITEM 6.5 ).**

Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	48	1994	Sarita M. Affonso Moyses	Leitura e apropriação de textos por escravos e libertos no Brasil do século XIX	UNICAMP
Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	54	1996	Margareth Brandini Park	Leituras de almanaques: O cordãozinho e o Jeca	UNICAMP
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	83	1992	Élie Bajard	Afinal, onde está a leitura?	Consultor do MEC e Adido Lingüístico do Consulado Geral da França/SP
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	84	1993	Jean Foucambert* José Juvenio Barbosa**	Para uma política de leiturização dos 2 aos 12 anos	*Do institut National de Recherches Pédagogiques Paris **Revisão e introdução, Da FDE/SEESP Texto final Maria Célia Rua de Almeida Tradução Jelssa Ciardi Avolio e Mára Lúcia Faury
Revista da Faculdade de Educação agora chamada de Educação e Pesquisa	30 n°3	2004	Carlota Boto	Aprender a ler entre cartilhas: civilidade, civilização e civismo pelas lentes do livro didático	Universidade de São Paulo
Revista Brasileira de Educação	0	1995	Anne-Marie Chartier	Leitura escolar: entre pedagogia e sociologia	Institut Universitaire de Formation des Maitres de L' Académie de Versailles
Revista Brasileira de Educação	0	1995	Sarita Maria Affonso Moyses	Literatura e história Imagens de leitura e de leitores no Brasil no século XI	FE-UNICAMP
Revista Brasileira de Educação	22	2003	Alessandra Sexto Bernardes	Do texto pelas mãos do escritor ao texto nas mãos do leitor: pensando a leitura e a escrita na biblioteca	Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestrado em

					Educação
Estudos de psicologia - Natal	5 n°1	2000	José Gonçalves Medeiros Sonia Aparecida Teixeira	Ensino de leitura e escrita através do pareamento com o modelo e seus efeitos sobre medidas de inteligência	UFSC
Psicologia: reflexão e crítica	14 n°2	2001	Ângela Maria Vieira Pinheiro Rui Rothe Neves	Avaliação Cognitiva de Leitura e Escrita: As Tarefas de Leitura em Voz Alta e Ditado	Universidade Federal de Minas Gerais
Psicologia: reflexão e crítica	14 n°2	2001	Fernando César Capovilla* Alessandra Gotuzo Seabra Capovilla** Elizeu Coutinho de Macedo***	Rota Perilexical na Leitura em Voz Alta: Tempo de Reação, Duração e Segmentação na Pronúncia	*Universidade de São Paulo **Universidade de Santo Amaro ***Universidade Presbiteriana Mackenzie
Psicologia: reflexão e crítica	14 n°3	2001	Ângela Maria Vieira Pinheiro	Heterogeneidade entre Leitores Julgados Competentes pelas Professoras	Universidade Federal de Minas Gerais
Psicologia: reflexão e crítica	15 n°2	2002	Ana Cláudia Bortolozzi Maia* Mônica Lúcia Fonseca**	Quociente de Inteligência e Aquisição de Leitura: Um estudo Correlacional	*Universidade Estadual de São Paulo  **Universidade Federal de São Carlos
Psicologia: reflexão e crítica	15 n°2	2002	Jerusa Fumagalli de Salles Maria Aalice de Mattos Pimenta Parente	Processos Cognitivos na Leitura de Palavras em Crianças: Relações com Compreensão e Tempo de Leitura	Universidade do Rio Grande do Sul
Psicologia: reflexão e crítica	17 n°1	2004	Maria José de Oliveira Fontes* Cláudia Cardoso Martins**	Efeitos da Leitura de Histórias no Desenvolvimento da Linguagem de Crianças de Nível Sócio - econômico Baixo	*Universidade Federal de Viçosa ** Federal de Minas Gerias

**ANEXO 6 - ARTIGOS UTILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DO FOCO CONSTRUTIVISMO. (ITEM 6.6)**

Educação e realidade	18 n°1	1993	Lino de Macedo	O construtivismo e sua função educacional	Professor e Vice-Diretor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Educação e realidade	18 n°2	1993	Tomaz Tadeu da Silva	Desconstruindo o construtivismo pedagógico	Professor do Departamento de Ensino e Currículo da Faculdade de Educação da UFRGS
Educação e realidade	19 n°1	1994	Sandra Mara Corazza	Construtivismo que lugar é esse?	Nada consta
Educação e realidade	21n°2	1996	Creso Franco* José Maurício Domingues	Construtivismo, epistemologia e educação consta no índice como O debate contemporâneo sobre constutivismo eeducação	*Professor do Departamento de Educação da PUC-Rio **Professor do IFCS/UFRJ
Educação e realidade	23n°1	1998	Marcos Rodrigues da Silva	Michael Matthews:os compromissos epistemológicos e ontológicos do construtivismo	Mestre em Filosofia pela PUC/RS, professor da Universidade Estadual de Londrina(UEL/PR)
Estudos de psicologia - Natal	8 n° 1	2003	Ronald João Jacques Arendt	Construtivismo ou construcionismo? Contribuições deste debate para a Psicologia Social	Universidade do Esatdo do Rio de Janeiro

**ANEXO 7- ARTIGOS UTILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DO FOCO LETRAMENTO  
(ITEM 6.7)**

Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	73	2000	João Wanderley Geraldí	Culturas orais em sociedades letradas	Professor do Instituto dos Estudos da Linguagem/Unicamp
Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	81	2002	Alceu Ravello Ferraro	Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: O que dizem os censos?	Professor do Departamento de Educação e do Instituto Ecumênico de Pós – Graduação da Escola Superior de Teologia,São Leopoldo RS,Professor Titular aposentado da UFRGS.Ex-professor titular da UNISINOS e da UCPEL.Ex-presidente da ANPED1989/93. Pesquisador do CNPq
Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	81	2002	Vera Masagão Ribeiro Claudia Lemos Vóvio Myara Patrícia Moura*	Letramento no Brasil:Alguns Resultados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional	*Pesquisadora da ONG Ação Educativa-Assessoria e Informação.
Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	81	2002	Alicia Bonamino* Carla Coscarelli** Creso Franco***	Avaliação e Letramento: Concepções de aluno letrado subjacentes ao saber e ao pisa	*Professora do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro **Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais(UFMG) ***Professor do Departamento de Educação da

					Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro(PUC-RJ)
Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	81	2002	Ana Maria de Oliveira Galvão	Oralidade, memória e a mediação do outro:práticas de letramento entre sujeitos com baixos níveis de escolarização- o caso do cordel(1930-1950)	Professora do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco(UFPE) mestra e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	81	2002	Magda Soares	Novas práticas de leitura e escrita letramento na cibercultura	Professora Titula Emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Revista da Faculdade de Educação agora chamada de Educação e Pesquisa	25 n°1	1999	José de Souza Miguel Lopes	Cultura Acústica e Letramento em Moçambique	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Revista da Faculdade de Educação agora chamada de Educação e Pesquisa	27 n°2	2001	Vera Masagão Ribeiro	Questões em torno da construção de indicadores de analfabetismo e letramento	Ação Educativa-Assessoria, Pesquisa, Informação
Revista Brasileira de Educação	18	2001	Cecília M A Goulart	Letramento e polifonia:um estudo de aspectos discursivos do processo de alfabetização	Universidade Federal Fluminense Faculdade de Educação
Revista Brasileira de Educação	25	2004	Magda Soares	Letramento e alfabetização: as muitas facetas	Universidade federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita
Revista Brasileira de Educação	25	2004	Maria do Socorro Alencar Nunes Macedo* Eduardo Fleury Mortimer** Judith Geen	A constituição das interações em sala de aula e o uso do livro didático:análise de uma prática de letramento no primeiro ciclo	*Secretaria Municipal de ensino de Belo Horizonte Minas Gerais **Eduardo Fleury Mortimer

					***Universidade da Califórnia Santa Bárbara, Centro para o ensino e Justiça Social
--	--	--	--	--	--



**ANEXO 8 – ARTIGOS UTILIZADOS PARA A REALIZAÇÃO DO FOCO PROFESSORES  
(ITEM 6.8)**

Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	48	1994	Bernadet A Gatti* Yara Lúcia Esposito** Rose Neubauer da ***Silva	Características de professores(as) de 1º grau no Brasil:Perfil e expectativas	Nada consta
Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	68	1999	Helena Costa Lopes de Freitas	A reforma do Ensino superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: As políticas educacionais e o movimento dos educadores	Professora a FACULDADE DE Educação, Unicamp e presidente da Associação Nacional pela Formação dos profissionais da Educação(Anfop e)
Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	68	1999	Maria Teresa Leitão de Melo	Programas Oficiais para Formação dos Professores da Educação Básica	Secretária de assuntos Educacionais da confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e Presidente do sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe)
Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	68	1999	Tizuco Morchida Kishimoto	Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior	Professora titular e vice diretora da faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.Docente e pesquisadora na área da educação infantil.Membro da Comissão de Especialistas de Ensino de Pedagogia do SESu/MEC no período de 1998/2000

Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	68	1999	Iria Brzezinski	Embates na definição das políticas de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do Ensino Fundamental; Respeito à cidadania ou disputa pelo poder?	Professora Titular da Universidade Católica (UCG), pesquisadora associada da Universidade de Brasília (UnB) e ex-presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope)
Revista Educação e Sociedade-UNICAMP	68	1999	Maria Malta Campos	A formação de professores para crianças de 0 a 10 anos :Modelos em debate	Pesquisadora na Fundação Carlos Chagas e Professora na PUC de São Paulo.
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	86	1993	Zélia de Brito Fabri Demartini* Fátima Ferreira Antunes**	Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina	*centro de Estudos Rurais e Urbanos CERU/ USP  **UNICAMP Centro de Estudos Rurais e Urbanos CERU/USP
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	87	1993	Rose Neubauer da Silva Cláudia Davis	Formação de professores das séries iniciais	Fundação Carlos Chagas
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	102	1997	Yves Lenoir	A importância da interdisciplinariedade na formação de professores do ensino fundamental	Doutor em Sociologia, professor –titular e vice-decano de estudos avançados e pesquisa na Faculdade de Educação da Universidade de Sherbrooke, Quebec
Cadernos de Pesquisa da	106	1999	Sonia Kramer	Leitura e escrita de professores em suas histórias	Professora da Pontifícia

Fundação Carlos Chagas					de vida e formação	Universidade Católica do Rio de Janeiro
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	108	1999	Philippe Perrenoud		Profissionalização do Professor e desenvolvimento de ciclos de aprendizagem	Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação Universidade de Genebra
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	110	2000	Maria Lucia de A Machado		Desafios iminentes para projetos de formação de profissionais para a educação Infantil	Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	122	2004	Sonia Kramer		Professoras de Educação infantil e mudança: Reflexões a partir de Bakhtin	PUC/RJ
Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas	113	2001	Alessandra Arce		Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil	Doutoranda pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista/Araraquara
Revista da Faculdade de Educação	22Nº2	1996	Ainda Maria Monteiro Silva		A formação continuada do professor: a relação institucional entre Secretaria de Educação e Universidade	Professora da Universidade Federal de Pernambuco e aluna do Doutorado do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da USP
Revista da Faculdade de Educação	22nº2	1996	Angela Maria Martins		Formação contínua de professores	Fundação Carlos Chagas
Revista da Faculdade de Educação agora chamada de Educação e Pesquisa	30 nº2	2004	José Mario Pires Azanha		Uma reflexão sobre a formação do professor da escola básica	Nada consta
Revista da Faculdade de Educação agora chamada de Educação e Pesquisa	30 nº2	2004	Dília Maria Andrade Glória* Leila de Alvarenga Mafra**		A prática da não- retenção escolar na narrativa de professores do ensino fundamental: dificuldades e avanços na busca do sucesso escolar.	*Universidade Federal de Minas Gerais **Pontificia Universidade Católica de

					Minas Gerais
Educação e realidade	22n°1	1996	Rosa Maria Hessel Silveira	Ela ensina com amor e carinho, mas toda enfezada, danada da vida	Professora do Programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Educação e realidade	25 n°2	2000	Marlene Ribeiro	Formação de professores e escola básica: perspectivas para a pedagogia	Professora de Filosofia da educação na Faculdade de Educação da UFRGS
Revista Brasileira de Educação	7	1998	Sonia Kramer	Leitura e escrita de professores Da prática de pesquisa à prática de formação	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Revista Brasileira de Educação	14	2000	Leonor Maria Tanuri	História da formação de professores	Universidade Estadual de São Paulo

SILVA, R. N.; DAVIS,C.; ESPÓSITO,Y. L.; MELLO,G. N. M. O descompromisso das políticas públicas com a qualidade de ensino. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo. v.84, 1993.

VELLOSO, J. Política Educacional e recursos para o ensino salário – educação e a Universidade Federal. **Caderno de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, V.61,1987.

WEBER, SILKE. Autonomia, qualidade e gratuidade no ensino fundamental. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 42, 1992.

AGUIRRE, A. A economia do ensino básico: o caso do estado de Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 97, 1996.

CUNHA,L . A . Os parâmetros curriculares para o ensino fundamental; convívio social e ética. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 99, 1996.

MOREIRA, F. A. B. Os Parâmetros Curriculares Nacionais em questão. **Educação e Realidade**, Porto Alegre,v.21 n° 1, 1996.

VALLE, L.O papel da educação: do direito natural ao direito à instrução. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22 n° 1, 1996.

BEISIEGEL, C. R. Participação popular na melhoria do ensino público. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 1, 1996.

CURY, C. R. J. Os parâmetros Curriculares Nacionais e o ensino fundamental. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 2, 1996.

ANPEd. Parecer da ANPED sobre os Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo v. 2, 1996.

CASTRO, M. Um estudo das relações de poder na escola pública de ensino fundamental à luz de Weber e Bourdieu: do poder formal, impessoal e simbólico ao poder explícito. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n° 1, 1998.

LENHART,V. Educação numa sociedade mundial: globalização como desafio à pedagogia. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.23, n° 1.

CURY, C. R. J. Lei de Diretrizes e Bases e perspectivas da Educação Nacional. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.8, 1998.

CURY, R. J. C. A educação Básica no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 80, 2002.

ABICALIL, C. A. Sistema Nacional de Educação Básica : nó da avaliação? **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, 80, 2002.

FREITAS, L. C. A internalização da Exclusão. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 80, 2002.

SANTOS, L . L . Políticas Públicas para o ensino Fundamental Parâmetros Curriculares Nacionais e Sistema Nacional de Avaliação (SAEB). **Revista Educação e Sociedade**, Campinas v. 80, 2002.

BONAMINO, A. ; MARTÍNEZ S. A . Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental :A participação das instâncias políticas do Estado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 80. 2002.

CAVALIERE,A . M. Educação Integral; uma nova identidade para a escola brasileira. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 81, 2002.

DAVIES,N. O FUNDEF e os equívocos na legislação documentação oficial. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 113, 2001.

MARTINS, A . M. Uma análise da municipalização do ensino no Estado de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 120, 2003.

VALLE, I. R. ; MUZUKI, G. E. P. ; CASTRO, I. M. F. Democratizar, descentralizar, municipalizar : a expansão do ensino fundamental catarinense. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº 121, 2004.

ALVES, N. O conteúdo e o método nos livros didáticos de 1º a 4 º série do 1º grau. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, nº 27, 1987.

DIETZSCH, J. M. Cartilhas : Um mundo de personagens sem texto e sem história. **Cadernos de pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº 75, 1990.

MOHR, A. A SAÚDE NA ESCOLA: Análise de livros didáticos de 1º a 4 º séries. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº 94, 1995.

BITTENCOURT,M .F.C. Práticas de leitura em livros didáticos. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.22 nº 1,1996.

BATISTA, A . A . G .; GALVÃO, A . M. O .; KLINKE, K. Livros escolares de leitura: uma monografia (1866-1956). **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 20, 2002.

MALUF,M . R. Alfabetização na pré - escola : Conceitos e preconceitos. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, nº 26, 1987.

GARCIA,R .L. Caminhos e descaminhos na alfabetização. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, nº 28,1987.

MACEDO, D. Alfabetização, linguagem e ideologia. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, nº 73, 2000.

FREITAG, B. Alfabetização e psicogênese: um estudo longitudinal. **Cadernos de pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº 73, 1990.

GATTI, B. A.; SILVA, R. N.; ESPÓSITO, Y. L.; Alfabetização educação Básica no Brasil. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº 75, 1990.

ESPÓSITO, Y. L. Alfabetização em revista : uma leitura. **Cadernos de pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº 80, 1992.

COLELLO, S. M. G. Alfabetização e motricidade: Revendo essa antiga parceria. **Cadernos de pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº 87, 1993.

LEITE, A. S. S.; SOUZA, C. B. A alfabetização nos cursos de habilitação para o magistério. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, Nº 94, 1995.

SILVA, M. A. S.; LOMÔNACO B. P. A construção do papel do professor: Uma experiência com alfabetizadoras. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº 75, 1990.

GOULART, C. M. A apropriação da linguagem escrita e o trabalho alfabetizador na escola. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº 110, 2000.

CARMO, E. R.; CHAVES, M. E. Análise das concepções de aprendizagem de uma alfabetizadora bem-sucedida. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº 114, 2001.

GUZZO, R. S. L. Análise de tarefas em materiais preparatórios e de alfabetização. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 15 nº 2, 1989.

MAGALHÃES, J. P. Linhas de Investigação em História da Alfabetização em Portugal. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 2, 1996.

CHARTIER, Anne-Marie. Alfabetização e formação dos professores da escola primária. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 21, 2002.

Goulart, C.; Kramer, S.; Alfabetização, leitura, escrita : 25 anos da ANPEd e 100 anos de Drumond. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 21, 2002.

FAGUNDES, L.; MARASCHIN C. Em busca de novos recursos para a alfabetização. **Psicologia: Reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 5, nº 1, 1992.

MARASCHIN, C. Ambiente LOGO e Alfabetização. **Psicologia: Reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 5 nº 1, 1992.

Correa, J. ; Morag, M. ; Aprendendo a ler e a escrever: A narrativa das crianças sobre a alfabetização. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v.12 n° 2, 1999.

KRAMER, S.; SOUZA, S. J. Avanços, retrocessos e impasses da política de educação pré-escolar no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n° 28,1987.

FILGUIERAS, C .A . C. Os atores da mobilização por creches e pré - escolas comunitárias. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n° 52, 1995.

KISHIMOTO, T. M. Brinquedo e brincadeira na educação infantil japonesa: Proposta curricular dos anos 90. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n° 60, 1997.

FARIA, A. L. G. A contribuição dos parques de Mario de Andrade para a Construção de uma pedagogia da educação Infantil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n° 69, 1999.

MOREIRA, A . S. Cultura midiástica e educação infantil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, n° 85, 2003.

ROSEMBERG, F. 0 a 6: Desencontros de Estatísticas de atendimento. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n° 71, 1989.

CAMPOS, M. M. ; HADDAD, Lenira. Educação Infantil: crescendo e aparecendo. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n° 80, 1992.

WAJSKOP, G. O brincar na Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, n° 92, 1995.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação Infantil classe raça e gênero. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n° 96, 1996.

CRUZ, S . H . V. Reflexões acerca da Formação do Educador Infantil. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n° 97, 1996.

GALVÃO, Izabel. A questão do movimento no cotidiano da pré-escola. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n° 98, 1996.

CAMPOS, M. M. Educação Infantil: O debate e a pesquisa. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n° 101 n° 1997.

PIOTO, D. C. ; CHAGURI, A . C. ; MELLO, A . .M . ; SILVA, A . P. S. ; ELTINK, C. ; YAZLLE, C. H. ; CARNIEL, I. C. ; SORDI, G. ; BALDIN, L. S. A . ; FREDERICK, M. I. B. MORAIS, R. ; BESANI, V. ; FERREIRA, M. C. R. Promoção da qualidade e avaliação na educação infantil: uma experiência. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, n° 105, 1997.



- ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estados e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº115, 2002.
- CORRÊA, B. C. Considerações sobre qualidade na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº119 nº 2003.
- FONSECA, J.P.A pré-escola no Projeto de Constituição (Cabral II). **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.13 nº 2.
- BARRETO, E.S.S. Desafios à expansão da pré-escola nos municípios paulistas. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.21 nº1, 1995.
- NICOLAU, M. L. M. Um estudo das potencialidades e habilidades no nível da pré-escolaridade e sua possível interferência na concepção que a criança constrói sobre a escrita. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 23 nº1 e 2, 1997.
- BRANDÃO, A . C. ; SELVA, A .C . S. O livro didático na educação infantil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, nº 2, 1999.
- KISHIMOTO, T.M. Brinquedos e materiais pedagógicos nas escolas infantis. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, nº2, 2001.
- REDIN, E. Representação da criança e prática pedagógica na pré-escola. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.13, nº1, 1988.
- CORSO, H.V. A representação infantil e a educação pré-escolar. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.18, nº1, 1993.
- JUNIOR, M. K. História da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.14, 2000.
- ROCHA, E. A . C . A pedagogia e a educação infantil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v.16, 2001.
- BARRETO, A .M.R.F. A educação infantil no contexto das políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 24, 2004 .
- NEVADO, R. A . A utilização do micromcomputador na pré- escola como prevenção de distúrbios de aprendizagem. **Psicologia : Reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 5, nº 1, 1992.
- MARASCHIN, C. A criança pré-escolar e a linguagem Logo. **Psicologia: Reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 5 nº 1, 1992.
- MALUF, M. R.; BARRERA, S. D. Consciência fonológica e linguagem escrita em pré-escolares. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 10, nº 1, 1997.

ANDRIOLA, W.B. ; CAVALCANTE, L. R. Avaliação da Depressão Infantil em Alunos da Pré-escola. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 12, nº 2, 1999.

PICCININI, P. A . C. Práticas Educativas Maternas e Problemas de Comportamento em Pré-escolares. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 14, nº 3, 2001.

MOYSES, S. M. A . Leitura e apropriação de textos por escravos e libertos no Brasil do século XIX. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, nº 48, 1994.

PARK, M. B. Leituras de almanaques: O cordãozinho e o Jeca. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, nº 54, 1996.

BAJARD, É. Afinal, onde está a leitura? **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, v. 83, 1992.

FOUCAMBERT, J.; BARBOSA, J. J. Para uma política de leiturização dos 2 aos 12 anos. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, nº 84, 1993.

BOTO, C. .Aprender a ler entre cartilhas civilidade, civilização e civismo pelas lentes do livro didático. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, nº3, 2004.

CHARTIER, A . M. Leitura escolar: entre pedagogia e sociologia. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº.0, 1995.

MOYSÉS, S.M.A .Literatura e história. Imagens de leitura e de leitores no Brasil no século XI. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 0, 1995.

Bernardes, A .S. Do texto pelas mãos do escritor ao texto nas mãos do leitor: pensando a leitura e a escrita na biblioteca. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, nº 22, 2003.

### **Bibliografia consultada**

FERREIRA, N. S.F. A .Pesquisa em leitura : um estudo dos resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado defendidas no Brasil, de 1980 a 1995.Campinas, 1999.

FERREIRA,N.S.F.A. As pesquisas denominadas “Estado da arte”. Revista Educação e Sociedade, nº 79, pg. 257-271, 2002

SOARES, M. B. **Alfabetização no Brasil o estado do conhecimento**. INEP. Rede Latino – Americana de Informação e documentação em educação: Brasília,1989.

SOARES, M.B. ; MACIEL,F. **Alfabetização - Série o estado do conhecimento**. NEP.MEC/ Inep / Comped : Brasília 2000.